

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

AMOR E SUA RELAÇÃO COM A GENEROSIDADE: ESTUDO COM
ADOLESCENTES SOB A ÓTICA DA MORALIDADE

Ariadne Dettmann Alves

VITÓRIA

2016

ARIADNE DETTMANN ALVES

AMOR E SUA RELAÇÃO COM A GENEROSIDADE: ESTUDO COM
ADOLESCENTES SOB A ÓTICA DA MORALIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Heloisa Moulin de Alencar e coorientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Ortega.

UFES

Vitória, Julho de 2016.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

A474a Alves, Ariadne Dettmann, 1984-
Amor e sua relação com a generosidade : estudo com
adolescentes sob a ótica da moralidade / Ariadne Dettmann
Alves. – 1984.
168 f. : il.

Orientador: Heloisa Moulin de Alencar.
Coorientador: Antonio Carlos Ortega.
Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Virtudes. 2. Amor. 3. Generosidade. 4. Adolescentes. 5.
Juízo moral. I. Alencar, Heloisa Moulin de. II. Ortega, Antonio
Carlos. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 159.9

AMOR E SUA RELAÇÃO COM A GENEROSIDADE: ESTUDO COM
ADOLESCENTES SOB A ÓTICA DA MORALIDADE

ARIADNE DETTMANN ALVES

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Aprovada em 17 de agosto de 2016, por:

Prof^a. Dr^a. Heloisa Moulin de Alencar - Orientadora, UFES

Prof^a. Dr^a. Luciana Souza Borges - UVV

Prof^a. Dr^a. Simone Chabudee Pylro- UVV

Prof^a. Dr^a. Cláudia Patrocínio Pedroza Canal - UFES

Prof. Dr. Sávio Silveira de Queiroz – UFES

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele nada seria possível!

À minha família, em especial aos meus pais, por todo o apoio, incentivo e compreensão; e aos meus irmãos por me fazerem acreditar que eu conseguiria. Obrigada por estarem ao meu lado!

Ao meu esposo Fernando, por ter sido um verdadeiro companheiro, me dando apoio em todos os momentos, estando ao meu lado quando precisava de companhia e compreendendo quando estive ausente.

Aos amigos que sempre me incentivaram e me deram forças para seguir em frente. Agradeço em especial a Ana Claudia Borgo, Aline Bernardes e Wilka França que no momento de dúvidas me incentivaram a tentar a seleção do doutorado, e me deram forças nos momentos de dificuldade. Agradeço também a Mariana Costa, que com sua delicadeza me fez acreditar que eu conseguiria chegar ao final, e a Daniele Garioli, que sempre, sempre mesmo, esteve ao meu lado compartilhando alegrias e angústias. Obrigada por todo o carinho!

Aos meus alunos, pela torcida, pela força e por compreenderem os momentos de “atrapalhadas”!

À minha orientadora Heloisa Moulin de Alencar e ao meu coorientador Antonio Carlos Ortega. Obrigada por confiarem em mim e acreditarem na proposta da pesquisa. Obrigada por toda a atenção e carinho. Com vocês aprendi muito, conhecimento que levarei por toda a vida profissional e pessoal!

Aos colegas do Laboratório de Psicologia da Moralidade (Lapsim) pelas discussões teóricas e momentos de descontração. Agradeço em especial à Jussara Abílio Galvão e à Tais Peres Fonseca, que me auxiliaram diretamente na pesquisa, contribuindo principalmente na coleta de dados, categorização e escrita de artigos.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) pelas contribuições teóricas e por todo incentivo dado. Agradeço em especial ao Professor

Doutor Sávio Silveira de Queiroz e à Professora Doutora Claudia Broetto Rossetti pelo apoio e pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação.

À Doutora Liana Gama do Vale pela colaboração ainda durante minha graduação, além das importantes contribuições no Exame de Qualificação. Seus trabalhos foram inspiradores!

À Maria Lúcia Ribeiro Fajóli e ao Arin Bernardes Filho (PPGP), que sempre estiveram dispostos a ajudar nos assuntos acadêmicos, mesmo quando eu perguntava a mesma coisa inúmeras vezes, “só para ter certeza”!

Aos participantes da pesquisa, à direção, à coordenação pedagógica e aos professores da escola onde parte da coleta de dados foi realizada. Agradeço a disponibilidade e a confiança na seriedade desta pesquisa.

E a todos que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho.

Obrigada!

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. ESTUDO DA MORALIDADE	22
3. VIRTUDES MORAIS	31
3.1 Amor	33
3.2 Generosidade	47
3.3 Relação entre Amor e Generosidade	51
4. OBJETIVOS	54
4.1 Estudo 1: Conceito de amor	55
4.2 Estudo 2: Amor: generosidade x justiça para consigo	55
4.3 Estudo 3: Amor: generosidade e vínculos	56
5. MÉTODO	58
5.1 Participantes	58
5.2 Instrumento	60
5.3 Procedimentos	63
5.4 Tratamento dos dados	64
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
6.1 ESTUDO 1 – Conceito de amor	66
<i>6.1.1 Exemplos e concepção de amor</i>	66
<i>6.1.2 Possibilidade de amar adolescente do sexo oposto e mesmo sexo</i>	74
<i>6.1.3 Possibilidade de amar amigo, desconhecido e inimigo</i>	81
6.2 ESTUDO 2 – Amor: generosidade X justiça para consigo	92
<i>6.2.1 Escolha entre generosidade ou justiça para consigo</i>	92
<i>6.2.2 Presença do amor na generosidade ou na justiça para consigo</i>	97
<i>6.2.3 Escolha entre generosidade ou justiça para consigo para presença e ausência do amor</i>	102

6.3 ESTUDO 3 – Amor: generosidade e vínculos	107
6.3.1 Possibilidade de ação generosa.....	107
6.3.2 Presença ou não do amor na generosidade ou na sua ausência.....	115
6.3.3 Escolha ou não da ação generosa na presença e ausência do amor.....	125
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
8. REFERÊNCIAS.....	145
APÊNDICES IMPRESSOS.....	155
Apêndice A. Carta de aprovação do Comitê de Ética em pesquisa	155
Apêndice B. Termo de Consentimento para a Instituição.....	159
Apêndice C. Termo de Consentimento para os responsáveis dos participantes	162
Apêndice D. Termo de Assentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa.....	165
APÊNDICES DIGITALIZADOS.....	168
Apêndice DA. Dissertação “A gênese da concepção de amor: um estudo sob a ótica da moralidade”	
Apêndice DB. Artigo “Amor e moralidade um estudo com participantes de 5 a 70 anos”.	
Apêndice DC. Artigo “Moralidade e concepção de amor em crianças de 6 e 9 anos”.	
Apêndice DD. Artigo “Exemplos sobre a importância do amor: estudo com crianças no contexto da moralidade”.	
Apêndice DE. Artigo “Possibilidade de amar menino e menina: um estudo sob a ótica de crianças”.	
Apêndice DF. Artigo “O juízo de crianças sobre a possibilidade de amar um amigo, um inimigo e um desconhecido”.	
Apêndice DG. Artigo “Estudo exploratório acerca da concepção do amor e possibilidade de amar para adolescentes”.	
Apêndice DH. Protocolos das entrevistas.	
Apêndice DI. Panorama detalhado e resumido por questão e justificativa.	
Apêndice DJ. Categorias de análise da tese	

Apêndice DK. Tabelas dos resultados da pesquisa.

Apêndice DL. Resumo dos resultados e discussão da tese

Apêndice DM. Tese.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos participantes de acordo com a idade e o sexo.	58
Tabela 2. Exemplos e concepção de amor.	67
Tabela 3. Justificativas para os exemplos e concepção de amor.	72
Tabela 4. Justificativa sobre amar ou não adolescente do sexo oposto .	74
Tabela 5. Justificativa sobre amar ou não adolescente do mesmo sexo .	78
Tabela 6. Justificativa sobre amar ou não um amigo .	81
Tabela 7. Justificativa sobre amar ou não um desconhecido .	84
Tabela 8. Justificativa sobre amar ou não um inimigo .	87
Tabela 9. Justificativas para a ação de não ajudar .	93
Tabela 10. Justificativas para a ação de ajudar .	95
Tabela 11. Justificativas sobre a possibilidade ou não de amar, mencionadas pelos adolescentes que optaram por não ajudar .	100
Tabela 12. Justificativas para a ação de ajudar ou não, na ausência do amor.	103
Tabela 13. Justificativas para a ação de ajudar o amigo .	107

Tabela 14. Justificativas para a ação de ajudar o desconhecido .	110
Tabela 15. Justificativas para a ação de ajudar o inimigo .	112
Tabela 16. Justificativas sobre a possibilidade ou não de amar, na situação de amizade .	116
Tabela 17. Justificativas sobre a possibilidade ou não de amar, na situação de desconhecidos .	118
Tabela 18. Justificativas sobre a possibilidade ou não de amar, mencionadas pelos adolescentes que optaram por ajudar um inimigo .	121
Tabela 19. Justificativas para a ação de ajudar ou não, na ausência do amor, sendo um amigo .	126
Tabela 20. Justificativas para a ação de ajudar ou não, na presença do amor, sendo um desconhecido .	131
Tabela 21. Justificativas para a ação de ajudar ou não, na presença do amor, sendo um inimigo .	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Quadro demonstrativo do instrumento referente ao Estudo 1	61
Figura 2. Quadro demonstrativo do instrumento referente ao Estudo 2.	61
Figura 3. Quadro demonstrativo do instrumento referente ao Estudo 3.	62
Figura 4. Comparação entre as respostas sobre a ação escolhida e a presença ou não do amor em função da idade (dados apresentados em número de respostas).	98
Figura 5. Comparação entre as respostas sobre a ação escolhida e a presença ou não do amor na situação de inimizade.	121

LISTA DE SIGLAS

CCHN – Centro de Ciências Humanas e Naturais

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

Lilacs – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

Pepsic – Periódicos Eletrônicos de Psicologia

PPGP – Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Scielo – *Scientific Electronic Library On Line*

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

Alves, A. D. (2016). *Amor e sua relação com a generosidade: estudo com adolescentes sob a ótica da moralidade*. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória- ES. 168 p.

RESUMO

Nosso objetivo foi investigar os juízos de adolescentes no que diz respeito ao conceito de amor e sua relação com a generosidade, em uma perspectiva psicogenética. Entrevistamos individualmente 40 adolescentes com 12 e 15 anos, igualmente divididos quanto à idade e ao sexo, a partir de um roteiro semiestruturado, com base no método clínico. Os dados foram apresentados em três Estudos. No **Estudo 1** verificamos que a concepção de amor tende a ser menos focada na própria ação para ser direcionada no outro. Em relação a possibilidade de amar outra pessoa, não houve diferença relevante quanto ao sexo da pessoa a ser amada; no entanto, verificamos a influência do vínculo, pois foi mais frequente amar um amigo do que um inimigo ou desconhecido. No **Estudo 2**, a maioria dos adolescentes optou por não ajudar o outro e fazer sua obrigação escolar, devido à necessidade do cumprimento da referida obrigação. Mais da metade dos participantes, principalmente os de 12 anos, consideraram a presença do amor havendo ou não a generosidade. Ainda, quando os adolescentes foram questionados se a ajuda ocorreria na presença ou na ausência do amor, a relação entre o amor e a generosidade foi mais acentuada. Esta relação entre as duas virtudes e a influência do vínculo também foi encontrada no **Estudo 3**, uma vez que a frequência dos adolescentes que optou por ajudar um amigo e um desconhecido foi maior do que em relação a um inimigo; a maioria dos participantes afirmou a presença do amor ao amigo, e poucos afirmaram em relação ao desconhecido e ao inimigo; quando foram questionados se a ajuda ocorreria na presença ou na ausência do amor, a generosidade foi mais acentuada na presença do amor, havendo diferença em relação ao vínculo. Verificamos, portanto, a relação entre a presença ou ausência do amor na possibilidade de generosidade além da influência do vínculo. Tendo em vista a relação encontrada em nosso estudo entre o amor e a generosidade e sua importância no desenvolvimento moral, sugerimos a inclusão da relação entre essas virtudes em propostas de Educação em Valores Morais. Por fim, apesar de a virtude do amor, e sua relação com a generosidade, ser pouco

estudada na Psicologia da Moralidade reconhecemos sua relevância e esperamos que o nosso trabalho possa contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema e práticas de intervenção.

Palavras-chave: juízo moral; virtudes; amor; generosidade; adolescentes.

Alves, A. D. (2016). *Love and its relationship with generosity: study with adolescents from the perspective of morality*. Doctoral Thesis not published. Postgraduate Program in Psychology, Federal University of Espírito Santo, Vitória ES. 168 p.

ABSTRACT

Our objective was to investigate adolescent judgments concerning the concept of love and its relationship with generosity, in a psychogenetic perspective. We have interviewed individually 40 adolescents aged 12 and 15, also split on the age and sex, from a semi-structured script, based on the clinical method. The data were presented in three studies. In **Study 1** we have found that the conception of love tends to be less focused on the action itself to be directed at the other. Regarding the possibility of loving another person, there was no significant difference in the sex of the person to be loved; however, we have seen the influence of the bond, for it was more frequent loving a friend than an enemy or an unknown person. In **Study 2**, most teenagers chose not to help each other and do their school obligation, because of the need to comply with that obligation. Over half of the participants, especially those aged 12, considered the presence of love with or without generosity. Yet, when teenagers were asked whether the aid would take place in the presence or absence of love, the relationship between love and generosity was more pronounced. This relationship between the two virtues and the influence of the link was also found in **Study 3**, since the frequency of adolescents who chose to help a friend and a stranger was higher than in relation to an enemy; most participants stated the presence of love to a friend, and a few stated it regarding the unknown people and the enemy; when they were asked whether the aid would take place in the presence or absence of love, generosity was more pronounced in the presence of love, with some differences in relation to the bond. We found, however, the relationship between the presence or absence of love in the possibility of generosity beyond the influence of the bond. Given the relationship found in our study between love and generosity and its importance in moral development, we recommend including the relationship among these virtues in Education in Moral Values proposals. Finally, although the virtue of love, and its relationship with generosity being little studied in the

Psychology of Morality, we recognize its importance and we hope that our work will contribute to the development of new research on the subject and intervention practices.

Keywords: moral judgment; virtues; love; generosity; adolescents.

Alves, A. D. (2016). *L'amour et sa relation avec la générosité: étudier avec les adolescents du point de vue de la morale*. Thèse de doctorat non publiée. Programme d'Études Supérieures en Psychologie, Université Fédérale de Espírito Santo, Vitória ES. 168 p.

RÉSUMÉ

Our objective was to investigate adolescent judgments concerning the concept of love and its relationship with generosity, in a psychogenetic perspective. We have interviewed individually 40 adolescents aged 12 and 15, also split on the age and sex, from a semi-structured script, based on the clinical method. The data were presented in three studies. In **Study 1** we have found that the conception of love tends to be less focused on the action itself to be directed at the other. Regarding the possibility of loving another person, there was no significant difference in the sex of the person to be loved; however, we have seen the influence of the bond, for it was more frequent loving a friend than an enemy or an unknown person. In **Study 2**, most teenagers chose not to help each other and do their school obligation, because of the need to comply with that obligation. Over half of the participants, especially those aged 12, considered the presence of love with or without generosity. Yet, when teenagers were asked whether the aid would take place in the presence or absence of love, the relationship between love and generosity was more pronounced. This relationship between the two virtues and the influence of the link was also found in **Study 3**, since the frequency of adolescents who chose to help a friend and a stranger was higher than in relation to an enemy; most participants stated the presence of love to a friend, and a few stated it regarding the unknown people and the enemy; when they were asked whether the aid would take place in the presence or absence of love, generosity was more pronounced in the presence of love, with some differences in relation to the bond. We found, however, the relationship between the presence or absence of love in the possibility of generosity beyond the influence of the bond. Given the relationship found in our study between love and generosity and its importance in moral development, we recommend including the relationship among these virtues in Education in Moral Values proposals. Finally, although the virtue of love, and its relationship with generosity being little studied in the

Psychology of Morality, we recognize its importance and we hope that our work will contribute to the development of new research on the subject and intervention practices.

Mots-clés: jugement moral; vertus; l'amour; générosité; adolescents.

“As pessoas que têm amor geralmente praticam o bem”

(Marcos, 15 anos, participante da pesquisa – nome fictício)

1. INTRODUÇÃO

Eu sempre vejo que esse assunto ninguém entende, eu vejo que ninguém sabe o que é o amor, a gente tem o conceito que é tipo gostar de alguém, de uma pessoa ou gostar de uma coisa, mas eu nunca ouvi falar de um conceito de amor (Maurício, 15 anos, participante da pesquisa – nome fictício).

Nas primeiras linhas de nossa tese pedimos licença para relatarmos as respostas para as diversas perguntas que nos foram feitas durante o doutorado. A primeira delas “o que vocês estudam?”, cuja resposta é a de que estudamos sobre o conceito de amor e sua relação com a moralidade. Durante o mestrado, nos dedicamos a analisar o conceito de amor em crianças (Alves, 2011; Alves, Alencar & Ortega, 2010, 2012, 2013, 2014a, 2014b¹). Na presente tese nosso objetivo é investigar o conceito de amor para adolescentes e sua relação com a generosidade.

Outra pergunta que nos foi proposta: “Sobre o amor?! Por que estudar o amor? ” Para a resposta, apropriamo-nos das palavras de Comte-Sponville (2011) na afirmação de que “não só o amor é o tema mais interessante, para a maioria de nós, mas qualquer outro tema só tem interesse à medida do amor que temos por ele” (p. 11). Assim, mesmo quando a pessoa diz que não se preocupa com o amor, apenas com dinheiro, demonstra que ele ama o dinheiro. Ou ainda que a pessoa afirme ““A mim, o que mais interessa não é o amor, não é o dinheiro, é minha profissão! Eu responderia: ‘Isso prova que você ama sua profissão!’ ”” (p. 11). Nesse sentido, tudo que nos dediquemos a fazer, fazemos de alguma forma por amor.

Além disso, o nosso trabalho versa sobre o amor na área da Psicologia da Moralidade. E conforme detalharemos posteriormente, o amor contribui para o início do desenvolvimento moral, a partir do amor que temos às figuras de autoridade (Piaget, 1932/1994). Este amor pode evoluir até alcançar níveis mais próximos de um ideal, no qual amaríamos a todos (amigos, inimigos, desconhecidos) indiscriminadamente,

¹ A dissertação de mestrado e os artigos decorrentes estão disponibilizados, em CD, no Apêndice Digitalizado DA, DB, DC, DD, DE e DF.

buscando o bem do outro. Chegando a este patamar, não precisaríamos mais de regras para conduzir nossas ações: faríamos por amor, e não por coação (Comte-Sponville, 1999, 2011).

Com isso, dada a relevância do tema, nos foi questionado se já não existem muitos estudos sobre o amor. E há sim muitos trabalhos, mas não na área da Psicologia da Moralidade. Em nossa revisão de literatura verificamos que a maioria dos trabalhos encontrados se refere a outras áreas como Filosofia e Letras, sendo que quando observamos na Psicologia verificamos estudos especialmente na área da psicanálise, e com temas sobre relacionamento conjugal e sexualidade (dados também encontrados em Schlösser & Camargo, 2014). Ainda, quando analisamos os estudos em nossa área encontramos principalmente pesquisas sobre justiça e virtudes de uma forma geral.

Então, se não incluímos nosso trabalho na categoria de relacionamento conjugal e sexualidade, o que estamos chamando de amor? Em nossa pesquisa, buscamos a relação do amor com a moralidade considerando o próprio conceito que os adolescentes possuem, a partir de suas respostas e justificativas. No estudo com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014a) analisamos que a concepção de amor foi ampla, incluiu desde o amor a pessoas próximas (familiares e amigos) até ações que beneficiam outros. Nesse sentido, será que as respostas dos adolescentes se aproximam às das crianças? Discutiremos com base nos dados de nossa pesquisa.

Ainda, continuando as indagações que nos foram realizadas, temos: “o amor relaciona-se à generosidade?”. Em nosso estudo com crianças (Alves, 2011; Alves, Alencar & Ortega, 2012, 2013, 2014a, 2014b) verificamos que as crianças incluíam ações que beneficiavam o outro como exemplo de amor. A partir disso, nos indagamos a respeito dessa relação. Buscando na literatura, Comte-Sponville (1999, 2011) afirma que quando não amamos outrem, podemos realizar uma ação bondosa devido à virtude e à generosidade. Assim, investigar esta possível relação é um dos objetivos de nosso estudo.

Por fim, devemos nos indagar em relação à relevância social deste estudo. Muito se discute se estamos vivendo uma carência de sentido, uma ‘cultura do tédio’, e a exaltação de uma ‘cultura da vaidade’, onde se busca ser um vencedor (La Taille,

2009b, p. 201) e o que pode ser feito a partir disto. Afirmamos a importância da família, como também da escola, na formação moral das crianças e adolescentes, podendo atuar no sentido contrário à exaltação dessas culturas (La Taille, 2009b). Com isso, esperamos que as discussões realizadas neste trabalho possam contribuir na elaboração de propostas de Educação em Valores Morais, propiciando o desenvolvimento de sujeitos autônomos (Piaget, 1930/1996), contribuindo para o sentido de valores de cada indivíduo e sua comunidade (Puig, 1998a). Para isso é necessário não apenas momentos de reflexão moral dentro das disciplinas escolares, mas que todo o convívio escolar esteja propício a influenciar na educação do juízo moral.

Vejamos agora o caminho que percorremos neste trabalho. No capítulo 2, Estudo da Moralidade, apresentaremos nosso referencial teórico partindo de Jean Piaget, articulando com Lawrence Kohlberg e Carol Gilligan, e ainda ressaltando a discussão sobre moral e ética com base em La Taille. Por sua vez, no capítulo seguinte (3 – Virtudes Morais), discutimos a relevância das virtudes no campo da moral, com ênfase no amor, na generosidade e na relação entre essas virtudes. Apresentamos nossos objetivos no capítulo 4, que embasaram nosso método (capítulo 5). Em seguida, capítulo 6, detalhamos os resultados e discussões realizadas, para então apresentarmos nossas considerações finais (capítulo 7).

2. ESTUDO DA MORALIDADE

Porque quando uma pessoa é boa, ela tem valores e ética, uma forma de ética e de moral. O próximo é uma das pessoas que ele precisa ajudar, ele não tem obrigação, mas como ele teme essa moral e essa ética, ele vai lá e vai ajudar. Porque ele acha que é a forma de melhorar a sociedade. Então ele usaria esses princípios para conseguir ou tentar ajudar a pessoa (Mateus, 15 anos, participante da pesquisa – nome fictício).

Neste capítulo evidenciaremos os principais fundamentos teóricos relevantes para nosso trabalho. Inicialmente, destacamos algumas contribuições do filósofo Kant (1785/1980), para posteriormente, fazermos considerações sobre reflexões da Psicologia da Moralidade, de acordo com o proposto por Piaget (1932/1994), Kohlberg (1992), Gilligan (1982) e em seguida, apresentarmos a discussão sobre a moral e a ética realizada por La Taille (2006b).

Destacamos que Kant (1724-1804) exerceu grande influência para a Psicologia da Moralidade. Segundo este autor, a moral é composta por imperativos categóricos, seguindo o fundamento “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (1785/1980, p. 129), ou seja, devemos agir baseado em princípios universais, e não de acordo com regras circunstanciais.

Seguindo Freitas (2002), podemos fazer um paralelo desse autor com Piaget (1932/1994). Para Kant (1785/1980) todo ser humano é capaz de agir eticamente. Considerando Piaget (1932/1994), todo ser humano pode tornar-se capaz de ação moral, graças às trocas que estabelece com o meio. Este último autor desenvolve suas reflexões na obra *O juízo moral na criança*, publicada em 1932, que pode ser entendida como a primeira tentativa de submeter suas ideias sobre a moral a uma verificação empírica. Assim, o objetivo de Piaget (1932/1994) foi compreender a moralidade humana por meio do estudo da moralidade infantil, pois “a moral infantil esclarece, de certo modo, a do adulto. Portanto, nada é mais útil para formar os homens do que ensinar a conhecer as leis dessa formação” (p. 22).

Assim, por meio de jogos de regras e histórias com conteúdos morais, Piaget (1932/1994) investiga o desenvolvimento moral que é caracterizado pela evolução de uma tendência moral heterônoma para uma autônoma, sendo que o tipo de respeito que o sujeito estabelece para com os demais é o que fará a diferença. Segundo esse autor, até os quatro anos, aproximadamente, apesar de inserida em um universo de regras sociais, a criança não as sente como obrigatórias, desta forma não há normas propriamente ditas. Estas não são ainda associadas a valores como o bem e o mal, o certo e o errado. A este período, Piaget (1932/1994) denominou de anomia.

O ingresso no universo moral só ocorre com o desenvolvimento heterônimo. Piaget (1932/1994) considera esta fase como ‘realismo moral’, uma vez que a criança tende a pensar as regras como exteriores ao indivíduo, aceitando como correta toda regra imposta por uma figura de autoridade, não a compreendendo. Respeita as regras como imutáveis, tendendo a interpretá-las ao pé da letra. Além disso, julga a gravidade de uma falta pelo resultado do ato ou pelo seu caráter material e não em função da intenção do agente, ou seja, privilegia as consequências da ação, sem levar em conta a intenção que a motivou. O realismo moral é produzido pela conjunção do egocentrismo com a coação social. Nessa fase, predomina o respeito unilateral, a criança respeita os pais seguindo o binômio medo/amor. La Taille (2006b) destaca que o medo está relacionado a possíveis punições e a retirada de amor por partes dos pais (ou outra figura de autoridade) e por consequência a desproteção; o amor relaciona-se ao apego e à admiração a estas pessoas. Desta forma “é justamente pelo fato de os pais inspirarem, *ao mesmo tempo*, medo e amor, que eles inspiram respeito” (p. 109, grifos do autor). Sendo assim, a entrada no mundo da moral se dá por coação, desenvolvendo o sentimento de obrigatoriedade (Piaget, 1932/1994). Freitas (2002) destaca que, apesar de não ser suficiente, o respeito unilateral é condição necessária para a construção de outras formas de respeito.

Neste sentido, com a interação com outras crianças, pode-se desenvolver as relações de cooperação e de respeito mútuo. A criança pode, por conseguinte, por volta dos 10 anos, apresentar algumas características de autonomia, possibilitando-a agir por princípios de reciprocidade e igualdade. Uma das principais características desta fase é

compreender e interpretar as regras, permitindo-a fazer suas próprias avaliações morais, levando em conta a intenção do ato e não a sua consequência (Piaget, 1932/1994).

Vale ressaltar que nenhuma pessoa é totalmente heterônoma ou autônoma, é uma tendência na qual se pensa a moral, passando de um respeito unilateral (dever de obedecer ao outro por medo e amor) ao respeito mútuo, o que só será possível por meio das relações sociais vivenciadas (Piaget, 1932/1994). Desta forma, é o processo de socialização que pode tornar o sujeito autônomo e, portanto, capaz de seguir determinadas regras, não por medo de infringi-las, mas pela crença de que será o melhor para si e para a sociedade.

Não obstante, dentro de sua investigação, Piaget (1932/1994) se dedicou ao estudo da justiça para a compreensão do juízo moral da criança, afirmando ser a mais racional de todas as noções morais. A partir dos dados que encontrou, estabelece três grandes períodos. No primeiro, até mais ou menos os sete anos de idade, a justiça está subordinada à autoridade adulta, assim, a criança considera que é justo o que estiver de acordo com a autoridade. Estando em uma situação de escolha entre a obediência e a igualdade, optará em favor da obediência, deixando clara a primazia da autoridade sobre a justiça. Se a situação não envolver a autoridade, ela escolherá a igualdade. Do mesmo modo, ao optar por uma sanção que seja justa, ela escolherá a sanção expiatória, cujo conteúdo não possui relação com a natureza do delito.

Entre oito e onze anos, aproximadamente, desenvolve-se o segundo período, no qual a igualdade se sobrepõe à autoridade. Assim, o que é justo não depende da autoridade, mas relaciona-se com a igualdade. Além disso, a criança considera justa apenas a sanção por reciprocidade, na qual relaciona a natureza da falta e o conteúdo da punição e ainda uma proporcionalidade entre a gravidade daquela e o rigor desta. Finalmente, o terceiro período, que se inicia por volta dos onze anos, é caracterizado pelo sentimento de equidade, permitindo à criança analisar a igualdade, levando em conta as diferenças. Nas palavras de Piaget (1932/1994) “a criança não concebe mais os direitos iguais dos indivíduos, senão relativamente à situação particular de cada um” (p. 237), logo, não compreende a lei como igual a todos, mas reflete sobre as circunstâncias de cada pessoa. Sobre esse último período, o autor destaca que

Na moral, a reciprocidade implica um aperfeiçoamento dos comportamentos em sua orientação íntima, fazendo-os tender por etapas até a própria universalidade. Sem sair da reciprocidade, a **generosidade** – esta característica do nosso terceiro estágio – alia-se à simples justiça: deste modo, entre as formas refinadas da justiça, tais como a **equidade** e **o amor propriamente dito** [grifos nossos], não há mais oposição real (Piaget, 1932/1994, p. 242).

Acerca da relevância da justiça para o desenvolvimento moral, destacamos Kohlberg (1992) que elege essa virtude como sendo o eixo do universo moral (Menin, 1996). No entanto, para Kohlberg a busca pela autonomia se desenvolve em três níveis que são divididos em seis estágios. Vejamos os estágios propostos por este autor.

O primeiro é o nível pré-convencional, no qual o indivíduo não compreende as normas e regras de seu grupo. Este nível é dividido em dois estágios: no estágio 1 a moral relaciona-se a obediência à autoridade, considerando-se os fatos pelas consequências e não pela intenção, assim a obediência às normas sociais ocorre por medo do castigo que pode vir a receber; no estágio 2 as ações são definidas como moralmente certas ou erradas com base em interesses próprios, destaca-se o hedonismo, nesse sentido, as ações são escolhidas com base na satisfação de necessidades e interesses próprios.

Por sua vez, no nível convencional há a manutenção das regras sociais, sendo considerada correta a ação moral que esteja em conformidade com as regras estabelecidas pela autoridade ou instituições reconhecidas pela sociedade. Engloba o estágio 3 e estágio 4. No estágio 3, procura-se realizar ações de acordo com o que as pessoas esperam, com o objetivo de ser um bom filho, amigo, etc. Já no estágio 4, há a perspectiva de manutenção da ordem social e com isso colaborar com o funcionamento do sistema, seguindo as ordens do grupo, da instituição e da sociedade.

Por fim, há o nível pós-convencional, que compreende os estágios 5 e 6. Neste nível, as leis e os contratos são válidos se estiverem de acordo com os princípios morais universais, pautados pela reciprocidade e pela igualdade. Especificando, no estágio 5 a orientação está voltada para o contrato social-democrático, assim há a compreensão de

que o contrato é necessário para a preservação da ordem social, no entanto é possível modificá-lo com base nos valores universais como a vida e a liberdade. Por último, o estágio 6 é o mais evoluído, no qual as ações são regidas pelos princípios éticos universais, transcendendo os limites comunitários e sociais.

Assim, vemos que para Kohlberg e também para Piaget a justiça tem lugar de destaque no desenvolvimento moral, com uma diferença entre eles: “enquanto Piaget elegeu a justiça como objeto de pesquisa, mas sem afirmar que ela é a virtude maior da moral, Kohlberg fechou a questão: a justiça é a virtude moral por excelência, e não apenas uma entre outras” (La Taille, 2006b, p. 24, grifos do autor).

Devemos mencionar também a crítica feita por Gilligan (1982). Segundo esta autora, os estudos de Piaget e Kohlberg foram realizados com base na moral masculina e com isso foi dado destaque à virtude *justiça*, excluindo o pensamento feminino. Para a autora há duas orientações morais possíveis: a ética da justiça, relacionada aos juízos masculinos, considerando o sujeito submetido a deveres que decorre do direito do outro; e a ética do cuidado, presente nos juízos de mulheres, que se caracteriza por levar em consideração as necessidades específicas da pessoa, sua singularidade. Assim, não haveria hierarquia entre o desenvolvimento moral de homens e mulheres, apenas juízos diferentes. Acerca da ética do cuidado, podemos sugerir a relação com a generosidade (La Taille, 2001a, Vale, 2012). Discutiremos posteriormente a respeito das virtudes, mas é relevante destacar a importância das virtudes para o desenvolvimento moral.

Para complementar essa discussão sobre o desenvolvimento moral, será necessário diferenciarmos moral e ética. Comumente estes termos são tratados como sinônimos para designar regras de condutas obrigatórias. No entanto, vamos abordar uma possível distinção entre os termos, discutida por La Taille (2006b) com base em autores como Comte-Sponville e Ferry (1999), Ricoeur (1990) e Tugendhat (1996).

La Taille (2006b) afirma que a moral se refere às regras obrigatórias, com a finalidade de garantir a harmonia do convívio social. Relaciona-se a deveres, respondendo a pergunta ‘como devo agir?’. Por sua vez, a ética remete à busca de “uma vida que ‘vale a pena ser vivida’” (p. 30), elegendo outra pergunta ‘que vida quero viver?’, remetendo a projetos de vida. Assim, o plano ético engloba o moral, pois saber

‘como devo agir’ depende de ‘que vida quero viver’, ou seja, a dimensão afetiva da ação moral tem suas origens nas opções éticas dos indivíduos.

Para a compreensão da moralidade faz-se necessário “verificar se as motivações que levam um indivíduo a dar respostas à pergunta moral ‘como devo agir?’ não seriam, em parte, as mesmas que o levam a responder à outra: ‘que vida quero viver?’” (La Taille, 2006b, p. 25). Em outras palavras, La Taille (2006b) delimita que os comportamentos morais e o desenvolvimento moral serão mais bem compreendidos na medida em que se conheçam quais são os preceitos éticos assumidos pelas pessoas.

Assim, analisando o plano moral, La Taille (2006b) ressalta que a dimensão intelectual é condição necessária às ações reconhecidas como morais. Esse “saber fazer” está relacionado ao conhecimento das regras e dos princípios, além da consciência de quais são os nossos valores, sendo estes “o resultado de um investimento afetivo” (p. 74). Por conseguinte, para que este “saber fazer moral” se torne ação, é necessário o “querer fazer moral”, ou seja, a dimensão afetiva, a vontade de agir e a intenção com a qual se age.

Esta relação entre o “querer fazer” e o “saber fazer” está de acordo com Piaget (1962/2014), uma vez que ele afirma que a afetividade está relacionada com a cognição no que diz respeito ao desenvolvimento da criança. Nas palavras do autor

a afetividade desempenharia, então, o papel de uma fonte energética, da qual dependeria o funcionamento da inteligência, mas não suas estruturas; assim como o funcionamento de um automóvel depende do combustível, que aciona o motor, mas não modifica a estrutura da máquina (p. 43).

Nesse sentido, o afeto é condição necessária na constituição da inteligência (apesar de não ser suficiente) uma vez que permite o interesse, a necessidade e a motivação, que contribuem para a construção das estruturas cognitivas, ou seja, a afetividade pode acelerar ou retardar a formação destas estruturas.

Sendo assim, reconhecendo que os aspectos cognitivos não são suficientes para a ação moral, La Taille (2006b) evidencia seis sentimentos que inspiram um ‘querer agir moral’: medo, amor, confiança, simpatia, indignação e culpa; afirmando que o medo e o amor são indissociáveis para o sentimento de obrigatoriedade presente na ação moral. Com base em Piaget (1932/1994), La Taille (2006b) se refere ao medo das punições que a criança pode sofrer, ou medo pelo fato de o adulto ser maior e mais forte, além do medo da possível perda do amor pelo adulto. O amor, por sua vez, estaria relacionado ao apego e a admiração natural que a criança tem pelos pais. A relação entre medo e amor inspiraria o respeito, sendo “uma primeira forma de respeito, intimamente relacionada ao despertar do senso moral, ao despertar desse querer singular que é o dever” (La Taille, 2006b, p. 109).

Assim, além da tomada de consciência do dever, a formação de valores morais ou éticos depende de uma motivação interna para a ação: os sentimentos (Tognetta & Vinha, 2009). Estes apontam para o que é valorizado por nós, aquilo que há um investimento afetivo. Podemos valorizar a justiça, a generosidade, a honestidade, ou seja, valores morais. Mas, também, podemos enfatizar o sucesso, a beleza ou a riqueza, que correspondem a valores não morais.

Quanto a isso, La Taille (2009b) discute estarmos vivendo uma ‘cultura do tédio’, uma carência de sentido, um tédio existencial, no qual há busca por constantes prazeres sendo o objetivo primordial o divertimento. Ainda há exaltação da ‘cultura da vaidade’, na qual há a busca em ser o ‘vencedor’ e uma vergonha em ser considerado ‘perdedor’, ainda neste contexto o outro é invisível, sendo que “cada um fica centrado em seu pequeno ‘universo particular’, despreocupado ou inconsciente da presença de outrem e de seus anseios” (La Taille, 2009b, p. 201). Frente a isso, a educação deve contribuir com uma ‘cultura do sentido’ e do ‘respeito de si’, cultivando a verdade como valor, a memória, incentivando a cultura e as virtudes, uma cultura na qual o valor moral ocupe lugar central nas representações de si. Nesse sentido, “uma vez que a ação moral depende de dimensões intelectuais e afetivas, ambas devem ser trabalhadas pela educação, seja ela dada pelos pais, seja pelos professores” (La Taille, 2009b, p. 224). Assim, a família tem papel importante na formação moral das crianças e adolescentes. Mas isto não quer dizer que seja a única instituição responsável. Ela é uma instituição

privada e a moral deve valer também na esfera pública. Neste sentido, a transição da esfera privada (família) para a esfera pública (sociedade) pode ser representada pela escola, sendo esta “constituída de maneira a poder formar a criança para a vida em sociedade” (La Taille, 2009b, p. 232).

A partir disso, podemos falar em propostas de Educação em Valores Morais ou Educação Moral. Primeiramente, não confundemos educação moral com “educação moral e cívica” que foi empregada com perspectiva dogmática. A proposta, segundo Piaget (1930/1996), é que se possa contribuir no desenvolvimento de indivíduos autônomos, aptos à cooperação. Puig (1998a, 2007) destaca que a formação moral deve propiciar ao sujeito aprender a viver: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a participar e aprender a habitar o mundo. Para ele, discutir problemas morais não deve significar trazer soluções definidas, é necessário analisar estes problemas, para entendê-los e propor uma solução. Este trabalho contribui para o sentido de valores de cada indivíduo e sua comunidade (Puig, 1998a). Além disso, para La Taille (2009b) a educação moral deve promover a valorização da busca da verdade, do pensar bem, da boa fé; preservar a memória, as referências ao passado; articular conhecimento e sentido e cuidar do mundo, das crianças e dos jovens, fazendo-os crescer e desenvolver a autonomia.

Para isso, há diversos procedimentos possíveis para se trabalhar a Educação em Valores Morais, como abordar temas em *aulas de filosofia e ciências humanas* (La Taille, 2009b); *disciplina de Educação Moral* (La Taille, 2009b); *discussão de dilemas morais* (Biaggio, 1997; Blatt & Kohlberg, 1995; Kohlberg, 1992); *práticas morais de utilização de filmes* (D’Aurea-Tardelli, 2007), como também por meio da *transversalidade* (Araújo, 2014; Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000; Busquets, Cainzos, Fernández, Leal, Moreno & Sastre, 1998; La Taille 2009b; Puig, 1998b). Podemos mencionar ainda *escola democrática* ou *democracia na escola* (Singer, 2010; Puig, Martín, Escardíbul & Novella, 2000); *comunidade justa* (Biaggio, 1997, 2006); *convívio escolar* (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000; La Taille, 2009b; Togneta, 2003; Togneta & Vinha, 2007; Vinha, 2003); além do *trabalho com virtudes* (La Taille, 2009b). Acerca deste último, La Taille (2009b) destaca que

A educação moral – para além de suas empreitadas para levar os alunos para pensar sobre deveres – deve, por um lado, procurar *garantir a expressão e o desabrochar de certos sentimentos morais* (simpatia, confiança, etc.) e, por outro lado, fazer os alunos refletirem sobre o valor humano desses mesmos sentimentos e de outros, que, por alimentarem *virtudes*, são passíveis de participar da construção de uma personalidade ética. Digo bem *refletir sobre o valor humano de certos sentimentos*, não se debruçarem necessariamente sobre os próprios. (pp. 280-281).

Nesse sentido, proporcionar que o aluno analise sobre qualidades do ser, que são virtudes, segundo La Taille (2009b) também o levará a pensar as qualidades que ele mesmo pensa ter ou desejaria ter, refletindo assim, em sua própria representação de si e em seus sentimentos. Assim, o trabalho com virtudes pode propiciar aos jovens a pensarem suas próprias representações de si e sentimentos, possibilitando a construção de uma personalidade ética.

Esse autor destaca que algumas virtudes devam ser priorizadas, como a justiça, a generosidade e a dignidade. No entanto, destacaremos também a relevância da virtude do amor. Assim, passemos para o próximo capítulo no qual apresentaremos as discussões sobre virtudes.

3. VIRTUDES MORAIS

“Porque o ser humano tem várias limitações, várias dificuldades. Então, isso acaba atrapalhando porque o verdadeiro significado de ágape é o sacrifício e o amor incondicional. E o ser humano não tem mais isso” (Marcos, 15 anos, participante da pesquisa – nome fictício).

Vimos no capítulo anterior que apesar de não ter se dedicado ao estudo das virtudes, Piaget (1932/1994) faz menção a algumas delas como, por exemplo, o amor, a generosidade e a justiça. Analisamos também a ênfase à justiça na teoria de Kohlberg (1992) e a possível relação da generosidade na ética do cuidado de Gilligan (1982). Por sua vez, La Taille (2000, 2006b, 2009a) também destaca que as virtudes desempenham papel na construção da moralidade, sendo merecedoras de estudos psicológicos.

Mas o que estamos chamando de virtudes? Segundo Comte-Sponville (1999), uma possibilidade de definir virtude é considerá-la como “força que age ou que pode agir” (p. 7), sua excelência própria é o que lhe constitui valor, não dependendo do uso que se faz dela. Por exemplo, a virtude de uma faca é cortar, sendo que a faca não tem menos virtude na mão de um assassino do que na mão de um cozinheiro. Bastaria cumprir seu papel de cortar.

No entanto, Aristóteles (384-322 a.C./1992) destaca que a virtude de um homem é dirigida para a realização do bem, tendo caráter prático. Seguindo este autor, Comte-Sponville (1999) afirma que a virtude de um homem é a maneira de ser e de agir humanamente, nossa capacidade de agir bem. Assim, “a virtude ou, antes, as virtudes (pois há várias, visto que não se poderia reduzir todas elas a uma só, nem se contentar com uma delas) são nossos valores morais, se quiserem, mas encarnados, tanto quanto quisermos, mas vividos, mas em ato” (pp. 9-10). Por sua vez, para La Taille (2000) a definição de virtude refere-se à qualidade das pessoas (ou qualidades desejadas), um juízo de valor, ou seja, a representação de si. Assim, fazer uma análise de suas virtudes (ou do que deseja como virtude) possibilita uma leitura valorativa de si próprio e dos outros, relacionando-se ao valor desejável e admirável. Nesse sentido, refletir sobre a

própria identidade implica situar-se perante valores. A representação que as pessoas têm de si são, por sua vez, integrantes à sua moralidade.

La Taille (2000) afirma ainda que todas as virtudes são merecedoras de estudos psicológicos, uma vez que elas são fundamentais “para a *alimentação* da gênese da moral na criança” (p. 119), abrindo o leque dos valores “que inspiram suas respostas às perguntas ‘como viver?’ E ‘quem eu quero ser?’ ” (La Taille, 2006b, p. 95), remetendo a uma questão ética. Esse autor ressalta a importância de se estudar as virtudes altruístas (ou pró-sociais) como a generosidade e a gratidão e também a compaixão, a fidelidade, o amor, entre outras.

La Taille (2009a) analisa que hoje falamos mais de vícios do que de virtudes, muitos se queixam que o desrespeito, assédio sexual, violência, indisciplina, dentre outros, aumentaram. No entanto, há sinais de que o tema das virtudes talvez esteja renascendo, ou nunca morreu. Em uma pesquisa, La Taille (2009a) elaborou uma lista de 10 virtudes, sendo cinco consideradas morais (justiça, gratidão, fidelidade, generosidade e tolerância) e cinco outras não necessariamente morais (honra, coragem, polidez, prudência e humildade). Pediu para que jovens (idades de 15 a 18 anos) mencionassem quais delas consideravam mais importantes. As mais valorizadas foram humildade, justiça e fidelidade. Em relação à justiça, já vimos que ela se encontra na história da Psicologia da Moralidade. Mencionamos a importância dada a ela por Piaget e Kohlberg. Sobre a menção à humildade e à fidelidade, estas virtudes são apontadas como ausentes nas relações e aparecem como antídotos necessários para a “cultura da vaidade” (La Taille, 2009b, p. 163).

Vejamos as virtudes menos valorizadas pelos jovens. La Taille (2009a) destaca que o fato de serem consideradas menos importantes não significa serem desprezadas, apenas as demais possuem mais valor para esse público pesquisado. Assim, as escolhas foram para a polidez, tolerância e prudência. A polidez para Comte-Sponville (1999) é uma “pequena” virtude, é a primeira e talvez a origem das demais. Em relação à prudência, La Taille (2009a) discute que não traria vantagem especial para si próprio, nem para o convívio. A tolerância talvez esteja no sentido de aceitar toda e qualquer

diferença, o que não teria tanto valor para os jovens, principalmente se estiver contrariando a justiça, por exemplo, em casos de violência.

Podemos mencionar vários estudos na área da Psicologia da Moralidade que abordam as virtudes, principalmente sobre *justiça* (Menin, 2000; Müller, 2008; Müller & Alencar, 2012; Sales, 2000; Sampaio, Camino & Roazzi, 2007), *generosidade* (La Taille, 2006a; Lima, 2000; Pinheiro, 2009; Tognetta, 2006; Vale, 2006, 2012; Vale & Alencar, 2008a, 2008b, 2009), *solidariedade* (D’Aurea-Tardelli, 2008; Tognetta & Assis, 2006), *gratidão* (Pieta & Freitas, 2009; Freitas, Silveira & Pieta, 2009a; Freitas, Silveira & Pieta, 2009b), *amor* (Alves, 2011; Alves, Alencar & Ortega, 2010, 2012, 2013, 2014a, 2014b, 2015; Costa, 2007, 2008), *polidez* (La Taille, 2001a), *virtudes de uma forma geral* (La Taille, 2000, 2001b, 2009a; La Taille et al., 1998; Tognetta, 2007b).

Verificamos que diversas virtudes são estudadas. No entanto, para subsidiarmos nosso objetivo de pesquisa, vejamos algumas considerações acerca do amor e da generosidade. Começamos pelo amor.

3.1 Amor

Primeiramente, buscamos na filosofia a relação do amor com a moralidade. Para Comte-Sponville (1999, 2011) o amor não pode ser um dever, assim, ele não está presente em uma ação por dever. Este autor narra um exemplo: a mãe não pode ordenar ao filho: “Ordeno que você goste de (ou ame) espinafre! É seu dever!” (Comte-Sponville, 2011, p.14). Essa mãe pode até dar a ordem para que o filho coma o espinafre, mas não será possível obrigá-lo a amar o espinafre. Assim, o amor não é um dever. “O dever é uma coerção; a virtude, uma liberdade” (2011, p. 15). Quando temos o amor, não necessitamos da moral. Assim, o dever (ou a moral) é necessário uma vez que nos falta essa virtude.

Quando existe amor, ele basta: já não precisamos de moral nem precisamos nos preocupar com nossos deveres. Porém, na maioria das vezes, não existe amor; é aí que intervém a moral, que nos manda agir

como se amássemos. A moral é uma aparência de amor, dizia eu. Isso quer dizer que só precisamos de moral na ausência de amor, por falta de amor. É exatamente por isso que precisamos terrivelmente de moral! (Comte-Sponville, 2011, p. 20)

Nesse sentido, é devido à ausência do amor que temos necessidade da moral, das regras, das obrigações. A coerção nos obriga a fazer aquilo que, se tivéssemos amor, já teríamos realizado. Nesse sentido, a moral é um simulacro de amor, pois “agir moralmente é agir como se amássemos” (Comte-Sponville, 1999, p. 243), a moral imita esse amor que nos falta.

Não obstante, Comte-Sponville (1999) afirma que apenas somos capazes de moral devido ao “pouco de amor, ainda que a nós mesmos, que nos foi dado, que soubemos conservar, sonhar ou reencontrar” (p. 245). Para este autor, o amor é, portanto, anterior à moral. Poderíamos pensar em uma contradição: se o amor é anterior a moral, como podemos compreender que a moral só existe na falta dele? Comte-Sponville (1999) complementa que “o que a [moral] torna possível é também aquilo mesmo a que ela tende, e que a liberta” (p. 245). Sendo assim, só precisamos de normas, pois não possuímos o amor pleno, um amor ideal. Todavia, a moral só é possível pela existência do amor, sendo que o desenvolvimento moral tende ao amor ideal, momento no qual nos libertaríamos da necessidade de coerção. Desta forma, o amor permite a moral e a moral tende ao amor, entretanto o amor não é o mesmo do início ao fim, “o amor se transforma e nos transforma” (p. 245).

Podemos relacionar os conteúdos discutidos por Comte-Sponville com o desenvolvimento moral descrito por Piaget. Conforme descrito anteriormente, Piaget (1932/1994) afirma que a criança começa a respeitar as regras por medo das punições e pelo amor à figura de autoridade. Assim, a entrada no campo da moralidade (na fase da heteronomia) ocorre por um amor prévio que a criança tenha por aquela pessoa que representa uma figura de autoridade. Então para esse autor como também para Comte-Sponville (1999), o amor é anterior a moral, no sentido de condição necessária a seu desenvolvimento.

Além disso, Comte-Sponville (1999, 2011) reflete que com a apropriação da moral, chegaríamos a um amor ideal, nos libertando da coerção. Também de maneira semelhante, Piaget (1932/1994) afirma que na fase de autonomia não haveria distinção entre a equidade e o amor propriamente dito, formas mais refinadas da justiça. Podemos compreender esse “amor propriamente dito” como sendo em um nível superior ao amor na fase da heteronomia. Desta maneira, para os dois teóricos o amor aparece como condição à moral, e diante do desenvolvimento desta, o amor também se modificaria, alcançando níveis ideais.

Segundo Piaget (1932/1994), a moral está relacionada aos vínculos que se estabelecem entre as pessoas. Escreve ainda sobre “a noção do bem, que aparece em geral e particularmente na criança, após a noção do puro dever, constitui talvez a última tomada de consciência daquilo que é a condição primeira da vida moral: a necessidade de afeição recíproca” (p. 141). Relacionamos assim a necessidade de amar e ser amado para a existência da moral.

Nas declarações de Comte-Sponville (1999) percebe-se a análise do amor enquanto uma virtude moral, aquela que almejamos para não ficarmos “presos” à moral. No entanto, quando as pessoas afirmam amar o poder, ou quando cometem um ato doloso em “nome do amor”, falaríamos também de virtude? Ou seja, todo amor é virtuoso? Comte-Sponville (2011) responde “Nem todo amor, de fato. [...]. Nem todo amor é virtuoso, é bom lembrá-lo” (p. 12). Assim, podemos falar em formas de amor, algumas mais próximas ao campo das virtudes (ou podemos dizer essencialmente virtuosas) enquanto outras mais distantes (mais egoístas, longe de ter como proposta tornarmos melhores).

Mas, o que é o amor? Na tentativa desta definição, Comte-Sponville (1999, 2011) propõe três respostas: *eros*, *philia* e *ágape*. Ressaltamos que não pretendemos esgotar aqui as discussões acerca destes tipos de amor, faremos algumas considerações que são necessárias para o presente estudo. Assim, *eros* é a paixão amorosa, caracterizado pelo desejo do que falta, é sofrimento e carência. Comte-Sponville se baseia na obra de Platão, *O Banquete*, principalmente no discurso de Sócrates para sua definição. Para Sócrates o amor é desejo, e só desejamos aquilo que nos falta. Assim, os objetos do

desejo e do amor são: o que não temos, o que não somos e o que nos falta (Platão, 1983). O amor está sempre fadado à carência e a incompletude, à infelicidade.

Como afirma Borges (2004), esse amor é o presente em histórias como *Tristão e Isolda*, *Romeu e Julieta* e *Os sofrimentos do jovem Werther*, nas quais o sofrimento faz parte do amor, uma vez que não imaginaríamos esses personagens felizes para sempre, pois “quão tediosa seria a vida conjugal de Romeu e Julieta, ou de uma possível Senhora Tristão, ou de uma Charlotte preparando o jantar para seu marido Werther!” (p. 9).

Comte-Sponville (2011) afirma que “qualquer adolescente de quinze ou dezesseis anos é capaz disso, pode até se apaixonar por um cantor ou uma estrela do cinema com quem nunca se encontrou. Estar apaixonado, amar quem não temos é fácilimo” (p. 55). O autor faz uma ressalva, uma vez que na verdade não temos (ou possuímos) ninguém, mas amar aquele cuja vida compartilhamos, ou seja, aquele que não nos falta, é muito mais difícil. Destacamos que embora associemos o amor *eros* à adolescência ou vida adulta, Piaget e Inhelder (1955/1970) destacam que este amor faz parte também da vida das crianças, assim em suas palavras: “Não se poderia, por exemplo, afirmar que o aparecimento do amor seja próprio da adolescência: há crianças que se apaixonam” (p. 299).

Ainda, segundo Comte-Sponville (2011) para que a paixão dure, deve-se permanecer no sofrimento, pois *eros* é o desejo pelo que falta. Quando a falta for suprida, não existirá mais *eros*. No entanto, nem todo amor é falta. Pensando no relacionamento amoroso, alguns casais aprendem juntos a se regozijar com o que existe: quando já não há falta, resta-lhes a plenitude do real, como que aquecido pela existência do outro, pela presença do outro, pelo amor que fazem e tornam a fazer, que constroem e habitam, que gozam e com que se regozijam. Resta-lhes a alegria de amar e ser amados (Comte-Sponville, 2011, p. 80).

Essa alegria pela presença do outro (não mais pela ausência), pelo fato de o outro existir é o amor *philia*. Este é o amor da amizade. É vontade de fazer o bem um ao outro; é desejar o bem aos amigos por amor a eles. *Philia* é “o amor que fazemos ou damos, é ação” (Comte-Sponville, 1999, p. 265). Entretanto, nunca é totalmente

desinteressada e gratuita, uma vez que o interesse de nossos amigos também é o nosso. Sobre esse amor, devemos mencionar Aristóteles (384-322 a.C.) que afirma que a amizade é condição da felicidade.

Em sua obra *Ética a Nicômacos*, livros VIII e IX, Aristóteles (384-322 a.C./1992) ressalta que a amizade é extremamente necessária, pois ninguém desejaria viver sem amigos. Segundo este autor, podemos nos referir a três espécies de amizade: pelo desejo de partilhar a companhia do outro pelo útil, pelo prazer ou pela virtude. As pessoas que amam por interesse ou pelo prazer, amam o que é bom para si próprio. Por sua vez, a amizade pela virtude é a vontade de fazer o bem ao amigo, porque são amigos e não por um interesse ou prazer próprio. Assim, “as pessoas que querem bem aos seus amigos, por causa deles, são amigas no sentido mais amplo, pois querem bem por causa da própria natureza dos amigos e não por acidente” (Aristóteles, 384-322 a.C./1992, p. 156). Nesse sentido, Godbout (1999) afirma que a amizade, *philia*, repousa sobre a capacidade de dar e retribuir, sobre a reciprocidade. Exige generosidade e espontaneidade.

Para Comte-Sponville (2011) *eros* e *philia* possivelmente fazem parte de nossas experiências como humanos. Mas há outro amor, *ágape*, que talvez não passe de um ideal. *Ágape* é o amor divino, a caridade, universal, desinteressado e gratuito, ou seja, é amar a todos, inclusive os inimigos e desconhecidos. É renunciar seu prazer em função do amor ao outro (Comte-Sponville, 1999, 2011).

Ainda, não podemos considerar *eros*, *philia* e *ágape* como essências separadas ou mundos estranhos, nossas experiências amorosas se situam quase sempre entre um ou outro tipo de amor. Nós nascemos em *eros*, depois aprendemos a dar primeiramente aos que nos são queridos (*philia*), para, eventualmente, amar ao próximo (*ágape*), ou seja, há uma evolução do amor (Comte-Sponville, 2011).

Devemos mencionar também Keleman (1996) que, em seu discurso a respeito do amor, salienta a importância da família, pois conforme o autor é no seio familiar que aprendemos ou não o que é o amor. Entretanto, a forma como amamos não é uma mera repetição do modo como fomos amados ou ensinados a amar. Nós elaboramos nossas próprias estratégias para amar. Esse autor faz uma crítica ao afirmar que, muitas vezes,

as pessoas apenas baseiam seu conceito de amor com base em jornais, novelas e filmes, ou pela experiência de outrem, podendo gerar uma visão abstrata e distorcida do amor.

Por sua vez, Macedo (2010) remete ao apresentado por Keleman (1996) e afirma que amor já está em nós, mas para descobriremos necessitamos do outro, do que fazemos para eles ou em nome deles. Esse autor destaca que o desenvolvimento da cooperação envolve autonomia, respeito mútuo, reciprocidade, responsabilidade, sendo justificada e influenciada pelo amor que atribuímos ao que se realiza em conjunto. Menciona ainda que a cooperação tem como princípio o amor, entretanto, é o trabalho em conjunto, a ética, a paciência, o esforço e a concentração que nos possibilitam compreender o que chamamos de amar.

Marimon e Vilarrasa (2014), por sua vez, destacam que o amor não pode ser compreendido como um sentimento isolado, mas como um “complexo de sentimentos inserido em um contexto afetivo emocional e social” (p. 21), pois cada sensação amorosa está unida a outras, como ternura, sentimento de proteção, prazer, podendo ainda se relacionar a inveja, rivalidade, ciúme dentre outros. O amor é, portanto, um complexo de sentimentos uma vez que “nunca ocorre sem outros sentimentos associados” (p. 22). Desta forma, podemos falar em variadas formas de amor: amor ao pai, ao amigo, ao cachorro e à música, por exemplo.

A grande quantidade de acepções do termo ‘amor’ evidencia o amplo leque de significados que podemos lhe dar e a grande variedade de sentimentos que ele encerra, se considerarmos do ponto de vista da pessoa a quem se direciona. (p. 22)

Existem, portanto, muitos tipos de amor, por exemplo, o amor erótico, amor fraterno, amor materno, sendo que “cada um desses encerra em si mesmo outros muitos sentimentos e nos desperta emoções às quais está inevitavelmente unido” (Marimon & Vilarrasa, 2014, p. 32).

A partir da influência da biologia, história, sociologia, antropologia e psicologia, Marimon e Vilarrasa (2014) defendem que se não houvesse cooperação, a vida não teria ultrapassado o estado bacteriano e não teria evoluído para níveis tão complexos como

podemos observar. Assim, temos necessidade de cooperação e de amor, este entendido como algo mais amplo que sentimento. Junto com a inteligência, o amor torna possível que a vida se mantenha, evolua, se desenvolva e progrida.

Por sua vez, Bauman (2004) também menciona variados conceitos para definir o amor. Para este autor o amor está relacionado à vontade de cuidar (proteger, alimentar, abrigar), ao afeto (carícia e afago), como também a ações relacionadas ao ciúme (guardar, encarcerar). E ainda, pode relacionar à renúncia, sacrifício. No entanto, atualmente, as pessoas tendem denominar como “amor” várias de suas experiências de vida, assim “o conjunto de experiências às quais nos referimos com a palavra amor expandiu-se muito” (p. 19). Ele faz uma crítica de que se investe em uma relação contando com o lucro da segurança, ou seja, o apoio quando precisa, o socorro na aflição, a companhia, o consolo, o aplauso, enfim, espera-se que o relacionamento lhe dê uma consequência positiva. Pensando desta forma, o relacionamento seria um investimento como qualquer outro, podendo ser comparado ao mercado de ações. Os acionistas têm que estar sempre atentos para saber quando é momento de permanecer com as ações ou se desfazer delas. Ele considera, portanto, a existência da fragilidade dos vínculos humanos.

Considerando o “líquido cenário da vida moderna” e, por conseguinte, o predomínio das relações virtuais, estas possibilitam que as conexões (e não relacionamentos, as conexões são muito mais fáceis de serem rompidas) ocorram de forma rápida, sendo o apaixonar-se ou desapaixonar-se de forma fácil. Além disso, Bauman (2004) afirma que “o casamento ao estilo antigo, ‘até que a morte nos separe’, já desestabilizado pela coabitação ‘vamos ver como funciona’, reconhecidamente temporária, é substituído pelo ‘ficar juntos’, de horário parcial ou flexível” (p. 54).

Pensar em fragilidade dos vínculos nos remete a possibilidade do divórcio. Para Ferry (2012, 2013) o divórcio foi uma consequência da invenção do casamento por amor. Na Idade Média o casamento nunca se originava da paixão amorosa. Poderia até haver o amor, mas era coisa rara. O casamento era por conveniência, arranjado pelas famílias. O casamento por amor começa a se difundir na Revolução Industrial, tornando-se com o passar do tempo “o único princípio da família” (Ferry, 2013, p. 79).

Hoje, “é o amor, até mesmo o amor-paixão, o único a dar fundamento à família” (Ferry, 2013, p. 78).

A partir deste ponto “determinar o amor como origem do casamento é cometer não apenas um erro, mas uma terrível falta” (Ferry, 2012, p. 81) A união deve ser duradoura e indissolúvel e é certamente fadada ao insucesso se está apoiada na paixão amorosa que é variável, volátil e efêmera. Desta forma, se o casamento ocorre por amor (principalmente a paixão), quanto este acaba, não há motivos para permanecer na união e uma opção é o divórcio. Mas este fato não pode ser considerado apenas como fracasso, ainda assim é um avanço, uma vez que ninguém, possivelmente, gostaria de voltar ao casamento arranjado (Ferry, 2013).

Também podemos citar Godbout (1999) que discorre a respeito da existência de amor nos vínculos de relacionamento. Reflete sobre o conceito de dádiva, definindo-a como o ato de dar espontaneamente algo sem garantia de retorno, mas a retribuição pode existir mesmo não sendo desejada. Para este autor, a família seria o lugar básico para a dádiva, na qual ela pode ser vivida com mais intensidade. Por sua vez, na relação com amigos, as estruturas da amizade são mais livres, pois nós que os escolhemos. Apesar de existir a reciprocidade, esta não é necessariamente imediata. Discute ainda sobre a dádiva a desconhecidos, afirmando que religiões encorajam este tipo de dádiva, o ‘amar ao próximo’, mas ressalta que o próximo deve se referir à humanidade inteira. Em contraste com esta menção ao amor a desconhecidos, Cortella e La Taille (2009) salientam que hoje temos medo do que (ou de quem) não conhecemos. Para exemplificar essa ideia, Cortella discute que se caminhássemos por uma rua escura e deserta na década de 70, o medo existente era de assombração. Hoje, se estivermos na mesma rua, em situação idêntica, o medo não é mais de fantasmas, mas sim do outro que possa se aproximar de nós. Desta forma, temos medo prévio de quem não conhecemos.

A partir destas discussões, vejamos o que tem sido estudado sobre o tema amor, por meio de pesquisas empíricas. Schlösser e Camargo (2014) fizeram um levantamento das pesquisas brasileiras sobre o amor e relacionamentos amorosos, nos anos de 2002 a 2012. Foram encontrados 114 artigos, consultados nas bases de dados SciELO, LILACS

e PePSIC. Verificaram um aumento das produções sobre estes temas no decorrer dos anos. Este interesse dos pesquisadores pode estar relacionado à temática das relações interpessoais (veremos que as publicações tendem a enfatizar os relacionamentos amorosos), especialmente frente as mudanças nas relações amorosas, papéis sexuais, relações afetivas entre pares, por exemplo. Foram encontrados estudos teóricos (50,8%), empíricos (40,5%), psicométricos (5,2%) e estudos de caso (3,5%). As principais temáticas foram acerca do relacionamento conjugal, psicanálise, sexualidade, adolescência/juventude e saúde, principalmente (Schlösser & Camargo, 2014). Neste levantamento, o único estudo na área da moralidade foi o de nossa autoria (Alves, Alencar & Ortega, 2012).

Em nossa busca bibliográfica, destacamos os seguintes assuntos: *conceito de amor* (Alves, 2011; Alves, Alencar & Ortega, 2010, 2012, 2013, 2014a, 2014b; Alves et al., 2015; Costa & Fernandes, 2012; Ferreira, 2010; Souza & Ramires, 2006); *Relacionamento Romântico* (Silva, 2002; Aquino et al., 2012; Menandro, Rolke & Bertollo, 2005; Pires, 2009; Silva, 2009); *Teorias psicológicas sobre o amor* (Andrade & Garcia, 2009; Martins-Silva, Trindade & Silva Junior, 2013; Sternberg, 1997); *Falta do amor* (Franco & Aragón, 2005; Viera et al., 2009) e *Amor e prática profissional* considerando a relação terapêutica (Boccalandro, 2003), a área educacional (Costa, 2007, 2008) e a área da saúde (Arman & Rehnsfeldt, 2006), entre outros. Vejamos em mais detalhes algumas destas pesquisas que possam contribuir para o nosso trabalho.

Começamos pelos estudos já elaborados por nós. Em nossa dissertação de mestrado (Alves, 2011), investigamos o conceito de amor para 40 crianças de seis e nove anos. Assim, ao solicitarmos para os escolares mencionarem exemplos de amor, foram citados, especialmente, ações de amor para outrem (n=48, 22,7% dos exemplos citados), como ajudar e compartilhar; amor por determinada pessoa (n=47, 22,3%), com destaque à família e amigos; e ações com amor (n=45, 21,3%), ação que tenha sido realizada com amor, como abraçar e beijar. Em menor frequência foi afirmado o amor como sentimento, o relacionamento amoroso, amor à natureza e a animais, dentre outros.

Fazendo uma comparação entre as idades, verificamos que, para os escolares de seis anos, o exemplo de amor citado com maior frequência foi *ações com amor* (como brincar e beijar), assim o outro seria o meio para alcance do amor (o exemplo de amor é brincar, mas preciso do outro para realizar esta ação), o foco não seria o outro, mas a ação. As crianças de nove anos, por sua vez, mencionaram especialmente as ações de amor para outrem (ajudar, cuidar, etc.) e amor por determinada pessoa (como a família e amigos). Em ambas respostas analisamos a relação de amor a outrem. Nesse sentido, o outro deixa de ser meio para o alcance do amor e passa a ser a finalidade. As principais justificativas citadas estavam relacionadas à consequência positiva para si que o exemplo de amor traria, o sentimento, a característica positiva do outro e a experiência vivenciada (Alves, Alencar & Ortega, 2014a).

A partir deste trabalho, analisamos as escolhas dos exemplos de amor mais ou menos importantes (Alves, Alencar & Ortega, 2012). O exemplo considerado mais relevante foi, principalmente, amor por determinada pessoa (incluindo família e amigos) e as ações que beneficiariam outrem, justificados pela consequência positiva para si próprio que o exemplo proporcionaria. Ademais, sobre os exemplos de amor considerados menos importantes, foram eleitas as ações com amor pelos participantes de seis anos e os de nove anos afirmaram não existir exemplos de amor menos importantes.

Além disso, investigamos a possibilidade de a criança amar ou não outra do sexo oposto como também do mesmo sexo, sendo que 85% (n=34) dos participantes afirmaram a possibilidade de amar outra criança do sexo oposto, tendo como principal argumento a observação da experiência vivenciada (n=24, 47%). Foi destacado ainda as características da pessoa a ser amada (n=7, 13,7%) e a presença de algum vínculo estabelecido (n=6, 11,8%). Por sua vez, os participantes que afirmaram a impossibilidade, principalmente os mais novos, destacaram o fato de ainda serem crianças (n=6, 11,8%) (Alves, Alencar & Ortega, 2013).

Acerca da possibilidade de amar uma criança do mesmo sexo, 65% dos participantes disseram afirmativamente, 27,5% que não seria possível e 7,5% falaram que “depende”, diferenciando o amor à família e aos amigos do relacionamento

amoroso. Sendo que com o aumento da faixa etária elevou-se o número de crianças as quais optaram pela possibilidade de amar outra criança do mesmo sexo. O argumento mais citado foi a respeito do relacionamento de amizade e/ou familiar. Foi ressaltada também a experiência vivenciada. Destacamos que a homossexualidade foi proferida como explicação para a impossibilidade de amar (Alves, Alencar & Ortega, 2013).

Analisamos também a possibilidade de amar um amigo, um desconhecido e um inimigo (Alves, Alencar & Ortega, 2014b). É importante ressaltar que a maior parte dos entrevistados confirmou o amor para com um amigo (n=35, 87,5%). No entanto, poucas crianças afirmaram a possibilidade da relação de amor para com o inimigo e (n=15, 37,5%), menos ainda, para com o desconhecido (n=11, 27,5%). Assim, para nossos entrevistados, mais difícil do que amar um inimigo é amar aquele que não se tem um vínculo.

Os principais argumentos destacaram o vínculo de amizade ou a possibilidade de estabelecimento do vínculo, além da experiência vivenciada, benefício próprio, sentimento e característica positiva do amigo. Por sua vez, os participantes que negaram a possibilidade de amor explicaram pela ausência de vínculo em relação ao desconhecido, ausência de amor na amizade, ações ou características negativas do desconhecido ou do inimigo. Assim, a maioria dos participantes demonstrou ser o vínculo da amizade condição para a relação de amor (Alves, Alencar & Ortega, 2014b).

Após o estudo com crianças, investigamos as concepções que os adolescentes tinham sobre o amor (Alves et al., 2015)². Foram entrevistados seis jovens de 12, 15 e 18 anos, acerca do conceito de amor e a possibilidade de amar uma pessoa do sexo oposto e do mesmo sexo. Verificamos que relacionamento amoroso foi o exemplo de amor mais mencionado, seguido de amor a familiares, justificados pela presença de vínculo e a experiência vivenciada. Todos afirmaram a possibilidade de amar pessoa do sexo oposto, destacando a experiência e convivência. Além disso, apenas um adolescente não afirmou a possibilidade de amar pessoa do mesmo sexo. Os argumentos foram, principalmente, acerca da homossexualidade e amizade. Assim, ressalta-se a

² Este artigo foi escrito a partir do estudo piloto da presente tese (disponível no Apêndice DG, digitalizado).

importância do vínculo na relação de amor e a experiência vivenciada como justificativa para seus argumentos.

Por sua vez, em outra pesquisa realizada (Alves, Alencar & Ortega, 2010), perguntamos a sete pessoas de 5 a 70 anos sobre a concepção de amor que possuíam. Os participantes de até 20 anos destacaram o amor direcionado a outrem por meio de ações como cuidar, compartilhar ou admirar, mas não definiram quem seria o receptor da ação, sendo que os mais velhos citaram o amor especialmente à família, amigos e companheiros. Os argumentos para as escolhas dos exemplos de amor ressaltaram, principalmente, a experiência pessoal ou exemplos de outras pessoas e a consequência positiva que esse amor traria.

Gostaríamos de mencionar ainda a pesquisa realizada por Souza e Ramires (2006), uma vez que elas investigaram a concepção de amor em crianças e adolescentes de 5 a 15 anos. As autoras constataram que o amor abrange vários sentidos como o amor à família, a amizade, amor aos animais de estimação e relações de apego e cuidado. Em todas as idades, o relacionamento entre pais e filhos foi considerado o vínculo mais forte, caracterizado pela irreversibilidade, evidenciando a importância da relação de apego e cuidado. A partir dos 12 anos, as autoras observam a inclusão do relacionamento amoroso na concepção de amor. Os participantes destacaram também a relevância do vínculo da amizade. As autoras discutem que com o aumento da idade há facilidade de refletir sobre temas mais abstratos, como exemplo, a referência do amor como sentimento, especialmente pelo desenvolvimento das operações formais (Piaget, 1964/2004).

Por sua vez, Estrella (2011) investigou o significado do amor para 32 adolescentes porto-riquenhos, com idades de 15 a 17 anos, estudantes de escola pública. Foi utilizada a técnica de redes semânticas naturais, consistindo em entregar uma folha de papel com uma palavra estímulo no topo, para cada participante. Nesse estudo a palavra estímulo foi “amor”. Este foi definido como respeito, confiança, sentimento, carinho, sinceridade, lealdade, felicidade, amizade e compreensão.

Ainda, Ferreira (2010) analisou como o conceito de amor é apresentado pela mídia impressa aos jovens. Essa autora considera as metáforas conceptuais como sendo

instrumentos poderosos para a compreensão da visão de mundo existente em determinada sociedade. Ela analisa revistas destinadas a jovens leitoras, publicadas nos meses de maio e junho de 2009, destacando as metáforas conceituais presentes nesses artigos. A partir dessa análise, pode-se verificar a pluralidade de representações para o amor na sociedade contemporânea, sendo encontrado desde a representação de amor sendo algo positivo como também uma visão negativa, a de doença, ou a de guerra, por exemplo. Em algumas metáforas, houve a menção de que o outro é um adversário, alguém que deve ser combatido e que precisa ser derrotado para que possamos alcançar a vitória e a sensação de felicidade e bem-estar e também a ideia do amor enquanto uma ilusão, ou um negócio. Com isso, Ferreira (2010) destaca a importância da mídia na orientação das ações e formas de pensar das pessoas, refletindo os anseios da sociedade.

Costa e Fernandes (2012) buscaram compreender as representações sociais do amor e do sexo para adolescentes de uma capital do Nordeste, na perspectiva das representações sociais. Participaram da pesquisa 301 jovens com idade entre 12 e 18 anos, de ambos os sexos (sendo 57% do sexo feminino e 43% do sexo masculino). Os participantes responderam um questionário sociodemográfico além de teste de associação livre de palavras, contendo as palavras-estímulo “amor” e “sexo”. A categorização dos dados em torno de eixos temáticos indicou como representações do amor, o companheirismo, relacionamento (namoro, noivado e casamento), amizade, família, carinho e sentimento. Com relação ao sexo foi mencionado prazer, sentimento e prevenção. Fazendo uma comparação em relação ao gênero, as adolescentes relacionam mais o amor ao companheirismo e carinho, enquanto os meninos à palavra desejo. As autoras afirmam ainda que as representações sociais do amor e do sexo para os adolescentes se baseiam no desejo de satisfação mútua.

A respeito do relacionamento amoroso, devemos mencionar Menandro, Rolke e Bertollo (2005) que analisaram, por meio de provérbios, ações e reflexões acerca dos temas do amor e do casamento, no conjunto das relações sociais. Provérbios são ditos que se tornam parte das tradições da cultura, com conteúdos que assemelham a conselhos sábios. Foram selecionados 569 provérbios e organizados em 04 categorias temáticas (Amor, Casamento e Relações Conjugais, Homem, Mulher), buscando singularidades e regularidades reveladoras das concepções presentes em tal modalidade

de produção cultural. A respeito do tema Amor, podemos destacar que: exige cuidados e encargos, existe a necessidade da reciprocidade, o amor é efêmero, o amor é exclusivo, amor é forte, além disso, não há a possibilidade de esconder o amor, irracionalidade ou impossibilidade de certeza no amor. E ainda salientam o sofrimento como característica do amor e a mística do primeiro amor. Menandro, Rolke e Bertollo (2005) ressaltam que é característico dos provérbios serem admoestações ou conselhos e não veículos de exaltação. Não obstante, é importante destacar o predomínio de concepções de teor negativo, próximas do descrédito, que aconselham a desconfiar da experiência amorosa.

Por sua vez, o estudo de Viera et al. (2009) fez referência à falta de amor. Eles buscaram descrever as razões que originaram tentativas suicidas em adolescentes, analisando sua repercussão no contexto familiar e social sob o prisma antropológico. A coleta de dados foi realizada com doze adolescentes admitidos em um hospital de emergência por tentativa de suicídio por qualquer mecanismo, entre março e agosto de 2005, em Fortaleza, Ceará. Esses pesquisadores afirmam que as razões de tentativas suicidas entre adolescentes foram relacionadas principalmente ao amor não correspondido, tendo esse amor conotação do afetivo, do namoro, do caso, da primeira entrega; no entanto, o “amor não correspondido” também foi aludido quanto à fragilidade dos vínculos no relacionamento familiar, às escassas demonstrações de carinho, às ausências do respeito entre os membros da família, à falta de valorização da pessoa, do seu físico e estética. Em seus discursos, os adolescentes justificaram a tentativa suicida por causa de “um amor não correspondido” que, simbolicamente, incluiu a frustração afetiva, familiar, relacional, social e cultural. Enfim, o amor não correspondido significa um símbolo no qual o adolescente transfere e projeta sentimentos complementares ou ambíguos (Viera et al., 2009).

Gostaríamos de nos referir, ainda, à pesquisa realizada por Costa (2007, 2008). Este autor investigou se o amor estaria presente nas representações de si de 20 professoras, da educação infantil ao ensino médio. Em seus resultados, as professoras indicam que o amor é a fonte de satisfação na execução de seus ofícios. Elas destacam o amor e a alegria como elementos fundamentais para o processo de ensinar.

A partir dessas explicações, podemos verificar que o tema do amor é trabalhado de forma ampla, encontramos principalmente artigos a respeito da concepção do amor, relacionamento amoroso, teorias psicológicas do amor e a falta do amor. No entanto, percebemos a existência de poucos trabalhos sobre o amor na área da Psicologia da Moralidade, ainda mais articulando esta virtude com a generosidade. Antes de discutirmos essa relação, vamos explorar algumas reflexões acerca da generosidade.

3.2 Generosidade

A generosidade, para Comte-Sponville (1999), é a virtude do dom. Não é dar aquilo que é direito do outro (justiça); é oferecer ao outro algo que não lhe pertence, mas que lhe falta. Nesse sentido La Taille (2006a) ressalta três aspectos da generosidade: primeiro é o altruísmo, ou seja, no ato generoso, o beneficiário da ação é outrem; o segundo é o fato de que na generosidade há um sacrifício por parte da pessoa praticante da virtude, um ‘dom de si’; e o terceiro aspecto é que na generosidade não se dá a outrem o que é de direito, mas o que corresponde a uma necessidade.

Interessante analisarmos, portanto, a diferença entre justiça e generosidade. Na justiça é dado o que lhe é de direito, na generosidade, o que lhe falta, assim “enquanto a generosidade é esperada, a justiça é exigida” (La Taille, 2006a, p. 10). Dessa forma, pode-se exigir ser tratado com justiça, mas ninguém pode ordenar que o outro lhe conceda uma generosidade, pode-se apenas desejar. Outra diferença é em relação ao beneficiário da ação: na justiça há sempre o interesse próprio, juntamente com o interesse pelo outro, uma vez que “a lei justa é boa para todos, inclusive para a pessoa que exerce a justiça” (La Taille, 2006b, p. 62). No ato generoso apenas o interesse do outro está presente.

Com isso, na generosidade há o ‘dom de si’, há um sacrifício de quem age de forma generosa. No entanto, isso não ocorre na justiça, pois “quando uma pessoa age de forma justa, portanto respeita um direito alheio, não há real ‘dom de si’, mas sim o estrito cumprimento do dever” (La Taille, 2006a, p. 10). Segundo Godbout (1999), dom (ou dádiva) é “qualquer prestação de bem ou de serviço, sem garantia de retorno, com

vistas a criar, alimentar ou recriar vínculos sociais entre as pessoas” (p. 29). No entanto, este autor defende que retribuição pode existir, mesmo quando não é desejada. O gesto pode ser satisfatório por si mesmo,

estranhamente [...] muitas vezes o retorno está na própria dádiva, na inspiração do artista, na transformação pessoal por que passam os que dão [...]. Mas até mesmo os que fazem beneficência consideram geralmente que recebem muito das pessoas a quem ajudam. Existe um retorno de energia para aquele que dá; ele se engrandece (Godbout, 1999, p. 115).

Para Godbout (1999) a dádiva é vivida com maior intensidade na família, no entanto é na relação com os amigos que as estruturas são mais livres, pois nós escolhemos quem serão nossos amigos, o que pode não ocorrer plenamente na família. Assim, portanto, ressalta a importância da família e dos amigos na possibilidade da dádiva.

A partir dessas reflexões, vemos algumas pesquisas sobre a generosidade para nos fornecer subsídios na formulação de nosso estudo. La Taille (2006a) analisou o papel da generosidade no universo moral da criança a partir de dois estudos com crianças de seis e nove anos, alunas de escolas particulares de São Paulo. Nas pesquisas foi solicitado que os participantes atribuíssem sentimentos a personagens não justas e não generosas. Verificou-se que a maioria dos escolares mais novos atribuiu sentimentos positivos à personagem não justa e sentimentos negativos as não generosas. Com isso, o autor afirma que a generosidade está presente no início da gênese da moralidade e é mais bem assimilada e integrada à consciência moral, por ser menos dependente de regras e imposições adultas, do que a justiça nesta mesma fase de desenvolvimento.

Por sua vez, Tognetta (2006) investigou em adolescentes de 12 a 15 anos, a relação entre generosidade e representações de si. Ela verificou que os adolescentes que possuíam representações de si caracterizadas por conteúdos éticos apresentaram juízos mais evoluídos no que diz respeito à generosidade e à sensibilidade aos sentimentos das personagens envolvidas nas situações apresentadas. Com isso, Tognetta correlaciona os

juízos morais relacionados à generosidade e às representações que os participantes têm de si mesmos.

Lima (2000) entrevistou 120 crianças de seis, nove e 12 anos, de escolas públicas e particulares, sobre a virtude e generosidade. Utilizando-se de perguntas exploratórias e dilemas, a autora analisa que a generosidade já faz parte do sistema de valores inclusive das crianças menores. Há, no entanto, uma evolução acerca do conceito de generosidade dos escolares de 12 anos quando comparados aos de seis anos, mas isso não significaria que os mais novos sejam menos generosos. Ainda, Lima (2000) afirma que a amizade e a fidelidade estão relacionadas ao conceito de generosidade.

Devemos mencionar também os estudos de Vale. Em sua dissertação de mestrado, Vale (2006) entrevistou 30 crianças, nas idades de sete, 10 e 13 anos, a respeito da generosidade. Deste trabalho originaram-se outros com ênfase na relação entre a generosidade e a satisfação de um interesse próprio (Vale & Alencar, 2008a); possibilidade da ausência de generosidade ser merecedora de punição (Vale & Alencar, 2008b); possível influência do vínculo existente (amigo, inimigo e desconhecido) para a prática do ato generoso (Vale & Alencar, 2009). Detalhemos estes estudos.

Investigando a contraposição desta virtude e a satisfação de um interesse próprio, Vale e Alencar (2008a) relatam que a maioria dos participantes (7, 10 e 13 anos) optou pela virtude. Destaca-se que a generosidade faz parte do universo moral infantil e adolescente. No entanto, embora considerem sua falta digna de reprovação, não indicam a punição como consequência dessa falta (Vale & Alencar, 2008b).

Sobre a influência do tipo de vínculo na realização do ato generoso, Vale e Alencar (2009) verificaram que nas situações de amizade, todos os participantes optaram pela manifestação da generosidade, argumentando principalmente com base no vínculo e na condição de necessidade que o outro se encontrava. Na situação de ausência de vínculo (desconhecido), a maioria dos participantes decidiu pela generosidade, também ressaltando a condição de necessidade e a possibilidade de estabelecer uma amizade. Os que optaram por não ajudar fundamentaram pela ausência de vínculo. Apesar de a maioria dos entrevistados terem optado por ajudar, as crianças

de 7 e 10 anos ressaltaram que a generosidade para com um amigo deve ser mais intensa do que para com um desconhecido (Vale & Alencar, 2009).

Por sua vez, na situação de inimizade, a maioria dos entrevistados decidiu pela ausência de generosidade, explicando pelo próprio vínculo de inimizade. Os que escolheram ajudar, salientaram a condição de necessitar de ajudar. Os participantes justificaram suas respostas devido, principalmente, ao tipo do vínculo ou a sua ausência nas três situações. Logo, pode-se afirmar a existência de uma relação entre o vínculo e a generosidade para estes participantes. Assim, verificamos que o vínculo influencia na ação generosa (Vale & Alencar, 2009).

Em estudos posteriores, Vale (2012) investigou os juízos morais das crianças relativos à generosidade em contraposição à justiça (para consigo mesmo) e generosidade e gratidão, entrevistando 60 alunos de uma escola particular, com idades de seis, nove e doze anos. Os principais resultados discutidos foram a escolha da generosidade, por parte das crianças de seis anos, diante de um conflito entre a generosidade e a justiça (para consigo mesmo). No que diz respeito ao tema da generosidade e gratidão, a autora constatou que a maioria das crianças de todas as idades pesquisadas não atribui obrigatoriedade ao agradecimento e/ ou à retribuição a uma manifestação de generosidade.

Detalharemos os principais resultados e discussão de Vale (2012) acerca da generosidade em contraposição à justiça, tendo em vista nossos objetivos de pesquisa (que abordaremos no Capítulo 4). Quando foi apresentada uma história hipotética na qual a ajuda ao outro pressupunha um prejuízo escolar, a maioria dos participantes (85%) optaram por não ajudar e realizar o trabalho de sua responsabilidade. Vale (2012) destaca que esta não foi uma decisão fácil, quase metade dos entrevistados tentaram primeiramente conciliar as ações.

Os escolares que optaram por não ajudar justificaram pela consequência da decisão, sendo relacionada a possíveis prejuízos escolares se optassem pela ação generosa; pelo fato de a justiça preceder à generosidade; circunstâncias atenuantes, com referência às condições que a personagem se encontrava; e por fim mencionaram que a generosidade poderia ter sido realizada por outra pessoa. Por outro lado, os

entrevistados que escolheram ajudar argumentaram pela amizade que as pessoas envolvidas teriam; pelas circunstâncias atenuantes, como a condição de necessidade do outro; além da reciprocidade (Vale, 2012).

Posteriormente, foi citada uma história na qual a ajuda ao outro pressupunha um prejuízo material. Nesse caso, a maioria dos escolares optou pela ação generosa, sendo justificado pela circunstância de quem precisava de ajuda e amizade, principalmente. A autora conclui esta parte de sua pesquisa, fazendo uma análise por idade dos entrevistados. Ressalta que na primeira história (prejuízo escolar) a opção dos mais novos não foi pautada na justiça, e sim, na resposta à subordinação da autoridade (fazer o trabalho, não reprovar, etc.). Na segunda história, os participantes optaram pela generosidade, no entanto, os mais velhos também mencionaram argumentos que se relacionam à justiça. Assim Vale (2012) afirma que os mais novos tenderam a generosidade enquanto os mais velhos estão próximos a concepção de justiça.

3.3 Relação entre Amor e Generosidade

Vimos em estudos anteriores que o conceito de amor estava relacionado à ação para o bem do outro (Alves, Alencar & Ortega, 2010, 2012, 2014a). Aproximando esta ação à generosidade, poderíamos dizer que o amor é generoso? Qual seria a relação entre as duas virtudes?

Segundo Comte-Sponville (2011) a generosidade é dar àqueles que não amamos. Assim, “quando você não é capaz de dar por amor, aja como se amasse: dê aos que você não ama! Se você não ama, pelo menos faça como se amasse: pelo menos seja generoso!” (p. 21). Esse autor defende que uma característica do amor é ser generoso, sendo que quando damos por amor, não é generosidade e sim amor. Um exemplo consiste em pais presentear seus filhos no Natal. Nesta situação, Comte-Sponville (2011, p. 17) afirma que os pais não pensariam “Como sou generoso!” E sim “Como eu os amo!”. Isto não é um ato de generosidade, mas sim um ato de amor.

Agora nos indagamos, juntamente com Comte-Sponville (1999): “deve-se distinguir, como faço, ou mesmo opor, amor e generosidade?” (p. 103). Para o autor, pode não haver o amor na generosidade, “pois, se é possível dar sem amar, é por assim dizer impossível amar sem dar” (p. 103). Desta forma, na ação generosa não há necessariamente a presença do amor, mas na relação amorosa, a generosidade se faz presente.

Para Comte-Sponville (1999) não comandamos o amor, não escolhemos quem e quando amamos, no entanto, para ser generoso, basta querer. Para o autor a generosidade está na ausência do amor, uma vez que

a generosidade nos convida, na falta do amor, a dar exatamente aos que não amamos, tanto mais por necessitarem mais ou por estarmos mais bem situados para ajudá-los. Sim, quando o amor não nos pode guiar, por estar ausente, que a urgência e a proximidade o façam! (pp. 109-110)

Assim, a generosidade permite ajudar àqueles que não amamos, como, por exemplo, aos desconhecidos. A partir destas considerações além de nos questionar acerca da possibilidade de amar um amigo, um inimigo e um desconhecido, indagamos se haveria a generosidade para com as pessoas destes vínculos. Havendo a generosidade, estaria presente o amor? E na ausência deste, a ação generosa se manteria? Por fim, qual seria a relação entre o amor e a generosidade? Segundo Comte-Sponville (1999) “o amor é a finalidade, a generosidade é o caminho” (p. 112).

Façamos uma análise de que quando Comte-Sponville (1999) afirma que o amor é generoso, está dizendo que o amor é altruísta, é dar aquilo que lhe falta, sem objetivar algum retorno. Esta afirmação está coerente quando analisamos o amor *ágape*, o amor mais sublime, no qual há renúncia de si em prol do outro. Mas podemos questionar se de fato o amor *eros* (amor possessivo e egoísta) teria como característica a generosidade. Parece-nos contraditório. Assim, em *eros* não haveria a generosidade como característica.

Quanto ao amor *philia*, concordamos que este amor pode envolver a generosidade, ainda que fazer o bem para o outro (sendo este, alguém que tenho uma

relação de amor) também está fazendo o bem para si mesmo. Em *philia*, supomos o início da relação entre as virtudes, para enfim, com *ágape* a generosidade não ser mais necessária, no sentido em que esta já se configura como característica desta forma de amor. Assim, compreendemos que quando Comte-Sponville (1999) afirma que o amor é generoso, trata-se do amor *ágape*. E da mesma forma, na ausência desta forma de amor haveria, portanto, a generosidade.

Sendo assim, dada a relevância do tema e sua relação com a moralidade, propomos analisar os juízos de adolescentes sobre a conceito de amor e sua relação com a generosidade. Vejamos os objetivos no próximo capítulo.

4. OBJETIVOS

“A maioria das coisas tem um pouquinho de amor. Quando é relacionamento entre humanos, sempre tem um pouquinho de amor ali. A gente não percebe que tem, mas tem” (Marcelo, 15 anos, participante da pesquisa – nome fictício).

Apresentamos anteriormente a importância do amor no desenvolvimento moral. Para Piaget (1932/1994) é pelo amor (e pelo medo) que a criança obedece a regras na fase de heteronomia, e na autonomia o amor está relacionado à justiça equitativa e à generosidade. Assim, o amor é um dos sentimentos que influencia o ‘querer fazer moral’ (La Taille, 2006b). Ainda, segundo Comte-Sponville (1999), é devido ao pouco de amor que temos que nos desenvolvemos moralmente. Mas ele ressalta que se tivéssemos o amor mais sublime, não necessitaríamos de regras e coerção, faríamos por amor.

A partir dessas considerações, nos questionamos: o que é o amor? Vimos que de acordo com Comte-Sponville (1999, 2011), faz-se necessário falar em *eros*, *philia*, *ágape* para defini-lo. No entanto, se estamos falando em desenvolvimento moral na criança, qual o conceito de amor que elas possuem? Em nossos trabalhos (Alves, 2011; Alves, Alencar & Ortega, 2012, 2013, 2014a, 2014b) verificamos que este está relacionado, principalmente, nas ações de amor direcionadas a outrem e no amor por determinada pessoa (influência do vínculo) e houve um aumento da frequência destas respostas com a idade, quando comparado os participantes de seis e nove anos.

Não obstante, se investigássemos adolescentes, qual a concepção que eles teriam do amor? Qual a relação entre o amor e a moral? A partir dessa pergunta, **buscamos investigar os juízos de adolescentes, no que diz respeito ao conceito de amor, analisando sua relação com a generosidade em uma análise psicogenética.** Para isso, verificamos os exemplos e a concepção de amor, a possibilidade de amar pessoa do sexo oposto, do mesmo sexo, amigo, desconhecido e inimigo. Por meio de histórias hipotéticas, contrapusemos a generosidade e a justiça para consigo e a possibilidade de generosidade para com amigo, inimigo e desconhecido, tendo a finalidade de pesquisar a relação da virtude e a generosidade com o amor. Para tanto, propusemos três Estudos:

1- Conceito de amor; 2- Amor: generosidade x justiça para consigo; e 3- Amor: generosidade e vínculos. Detalhem os objetivos de cada um desses estudos.

4.1 Estudo 1: Conceito de amor

Para nossa reflexão acerca da relação do amor com a moral, faz-se necessário investigar qual o conceito que se tem do amor. Os adolescentes seguiriam as tendências encontradas em nosso estudo com crianças, exaltando ações de amor que beneficiem o outro e o amor por determinada pessoa (da família e amigos)? Para essa investigação, temos o objetivo de pesquisar o conceito de amor para os adolescentes, analisando a concepção e os exemplos de amor, além da possibilidade de amar pessoas do mesmo sexo, sexo oposto, amigo, desconhecido e inimigo, analisando as possíveis diferenças entre as idades. Nossos objetivos específicos são:

1. Investigar a concepção e os exemplos de amor citados espontaneamente pelo participante e as justificativas;
2. Verificar o juízo do participante quanto à possibilidade de um adolescente amar outro do sexo oposto e do mesmo sexo e as justificativas;
3. Pesquisar o juízo do participante quanto à possibilidade de um adolescente amar um amigo, um desconhecido e um inimigo, além das justificativas.

4.2 Estudo 2: Amor: generosidade x justiça para consigo

Outra indagação nossa refere-se à relação do amor com a generosidade e a justiça. Pensando em uma situação que contrapõe à generosidade e à justiça para consigo, os adolescentes optariam por qual ação? No estudo de Vale (2012), no qual foram entrevistados escolares de seis, nove e doze anos, os mais jovens tenderam à generosidade ao passo que os mais velhos justificaram mais próximo da justiça. Os adolescentes seguiriam esta tendência? Além disso, no ato escolhido, haveria o reconhecimento da presença do amor? Na ausência ou presença deste, a ação manter-se-ia a mesma?

Para esta análise, definamos o objetivo desse estudo: analisar, por meio da contraposição da generosidade e da justiça para consigo, a influência do amor, verificando se há diferenças das respostas comparando-se as idades dos participantes. Portanto, são nossos objetivos específicos:

1. Averiguar se o participante optará pela justiça para consigo ou pela generosidade e as justificativas da escolha;
2. Investigar se o participante considera a presença do amor na ação escolhida e as justificativas;
3. Pesquisar se a ação ocorreria na ausência e na presença do amor e as justificativas.

4.3 Estudo 3: Amor: generosidade e vínculos.

Além disso, no mestrado (Alves, 2011) verificamos a influência do vínculo na relação de amor, uma vez que para nossos entrevistados (crianças de seis e nove anos) mais difícil do que amar um inimigo é amar um desconhecido. Contrapondo esses dados com os de Vale e Alencar (2009) que entrevistaram crianças de sete, dez e treze anos, acerca da possibilidade de ser generoso para com amigo, inimigo e desconhecido, vemos que é possível amar e ser generoso para com o amigo, ainda, é possível amar um inimigo, mas não ser generoso, e ser generoso para com o desconhecido, mas não o amar. Observemos, pois, que a relação do amor e da generosidade para com o inimigo e o desconhecido são diferentes. Assim, nos indagamos, qual seria a influência do vínculo na relação entre o amor e a generosidade em adolescentes?

Pensando em uma situação hipotética, questionando adolescentes, eles optariam pela generosidade para com o amigo, inimigo e desconhecido? Eles reconheceriam a presença do amor numa ação generosa? Optariam pela generosidade na presença do amor? E na ausência deste? Haveria diferença nas respostas dependendo do vínculo existente com o outro? Assim, para pesquisarmos nossas indagações, nosso objetivo nesse estudo é analisar a influência dos vínculos (amigo e inimigo) ou sua ausência (desconhecido) na possibilidade da generosidade, para com isso, verificar a influência

do amor, realizando uma análise psicogenética. Para tanto, nossos objetivos específicos são:

1. Averiguar o juízo do participante quanto à ação diante da possibilidade de generosidade, perante a um amigo, desconhecido e inimigo e as justificativas;
2. Investigar se o participante considera a presença do amor na ação para com um amigo, desconhecido e inimigo e as justificativas.
3. Pesquisar se a ação permaneceria na ausência ou na presença do amor para com um amigo, desconhecido e inimigo e as justificativas.

Após essas reflexões e a explicitação dos objetivos, apresentaremos o método que utilizamos em nosso trabalho.

5. MÉTODO

“Eu gostei [das perguntas]. Faz a pessoa refletir. Pensar que poderia ser você, fazendo as mesmas coisas ou acontecendo as mesmas coisas. Aí você pensaria, o que eu faria?!” (Daniel, 12 anos, participante da pesquisa – nome fictício).

5.1 Participantes

Entrevistamos 40 adolescentes com 12 e 15 anos, igualmente divididos quanto à idade e ao sexo, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição dos participantes de acordo com a idade e o sexo.

Idade	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
12 anos	10	10	20
15 anos	10	10	20
Total	20	20	40

Primeiramente, gostaríamos de explanar acerca da escolha por entrevistar adolescentes. Menandro (2004) afirma que não há registros de alguma cultura que não relacione a puberdade à adolescência. Estas transformações, por um lado, são universais, mas obedecem a critérios de vivência social, estilo de vida entre outros. Sendo a puberdade um fenômeno biológico, a adolescência é um fenômeno biopsicossocial, ou seja, envolve também as transformações psicossociais. Para definição de início e fim desta fase, o critério cronológico foi estabelecido para atender necessidades legais e de normatização das instituições educacionais, no entanto não há ainda um consenso.

Na área da Psicologia do Desenvolvimento, a adolescência é considerada a fase de transição da infância à idade adulta, sendo composta por mudanças significativas nos aspectos social, cognitivo e biológico da vida humana. Apesar de não ter início e término precisos, muitos autores consideram que a adolescência, de modo geral, inicia-se por volta dos 12 anos, com as transformações físicas da puberdade e termina aos 20 anos aproximadamente (Shaffer & Kipp, 2012).

Para Piaget (1964/2004), essa fase de desenvolvimento não pode ser compreendida apenas por intermédio da força dos aspectos maturacionais oriundos do plano biológico do indivíduo. Segundo o autor, acontecem, neste período, profundas modificações no sujeito, como a possível aquisição das operações formais que irão permitir importantes avanços em aspectos do desenvolvimento do adolescente. Além disso, o pensamento formal, apesar de não ser suficiente, é condição necessária para o desenvolvimento do raciocínio moral (Piaget, 1932/1994). Nesse sentido, optamos por selecionar idades que contemplassem aproximadamente o início e o meio da adolescência, para que possamos compreender as especificidades desta etapa.

Defendidas algumas considerações a respeito da adolescência, gostaríamos de salientar as discussões em torno da variável ‘sexo’ na área do juízo moral. Podemos mencionar Gilligan (1982) que afirma ser o desenvolvimento moral feminino diferente do desenvolvimento moral masculino. Segundo a autora, os meninos seguiriam uma ‘ética da justiça’, e as meninas, uma ‘ética do cuidado’. Entretanto, autores como Lourenço (1991) e Walker (1984) consideram que as diferenças entre os sexos não interferem nos aspectos morais, discordando de Gilligan. Não obstante, optamos por entrevistar metade meninos e metade meninas, na tentativa de anular possíveis efeitos desta variável. Além disso, estes dados poderão ser analisados futuramente.

Ainda, como não tínhamos o objetivo de investigar aspectos quanto à classe social, optamos por entrevistar adolescentes de classe média, uma vez que algumas pesquisas que serviram de base para a comparação de nossos dados, também fizeram essa escolha (por exemplo, Vale, 2012; La Taille, 2006a, entre outros). Destacamos também que a classe média é grande produtora e impositora de valores na sociedade (Braga, 2012; Jablonski, 1991). Portanto, para respeitar esse critério, selecionamos adolescentes que frequentavam escola particular, tendo como referência o valor da mensalidade da escola. Além disso, verificamos se o bairro da residência dos escolares era caracterizado como sendo da referida classe social, a partir de informações sobre o rendimento nominal médio mensal por bairro (IBGE, 2010) dos municípios da Grande Vitória, Espírito Santo.

Por fim, para a definição do número de participantes, nos baseamos em Delval (2002). Esse autor ressalta que esta deve estar relacionada à quantidade de características dos participantes que, por sua vez, refere-se aos interesses de pesquisa, pois “à medida que aumentamos o número de características da amostra que supomos que tenham incidência sobre os resultados, devemos aumentar o número de sujeitos” (p. 104). Para ele, o número ideal de participantes seria 10 por cada grupo, uma quantidade menor traria dificuldades na comparação e, portanto, nas conclusões do estudo.

No caso de nossa pesquisa, entrevistamos dois grupos de ambos os sexos. Teremos, portanto, quatro grupos. Considerando 10 para cada grupo, chegamos ao total de 40 participantes, conforme descrito na Tabela 1.

5.2 Instrumento

Realizamos entrevista individual, com base no método clínico proposto por Piaget (1926/2005, 1932/1994). Para melhor apresentação, dividimos o instrumento de acordo com os três Estudos. No Estudo 1 investigamos a respeito do conceito de amor, sobre a possibilidade de amar outro adolescente do sexo oposto, do mesmo sexo, amigo, inimigo e desconhecido.

Em seguida, no Estudo 2, utilizamos como instrumento uma história (versão adaptada da história de Vale, 2012) que possibilita a investigação da relação do amor com a generosidade e a justiça para consigo. Nela, o participante tem que escolher entre a generosidade ou a justiça para consigo, frente a uma situação hipotética em que a manifestação de generosidade para com o outro implica em um prejuízo pessoal, ou seja, uma injustiça para consigo. A partir dessa escolha, analisamos a influência do amor.

Por sua vez, no Estudo 3, utilizamo-nos de outra história (versão adaptada da história de Vale, 2006) que narrava a presença de uma pessoa necessitada para investigar a possibilidade de generosidade e de amor de acordo com a existência de vínculo (amigo ou inimigo) ou sua ausência (desconhecido). Vejamos os instrumentos detalhados nas Figuras 1, 2 e 3.

<p>Estudo 1: Conceito de amor</p> <p>1.a) Cite exemplos de experiência de amor e explique o que você entende por amor.</p> <p>1.b) Por que você compreende o amor desta forma?</p> <p>2.a) Você acha que uma pessoa de sua idade pode amar uma adolescente (sexo oposto)?</p> <p>2.b) Por quê?</p> <p>3.a) Você acha que uma pessoa de sua idade pode amar outro adolescente (mesmo sexo)?</p> <p>3.b) Por quê?</p> <p>4.a) Você acha que é possível um adolescente de sua idade amar um amigo?</p> <p>4.b) Por quê?</p> <p>5.a) Você acha que é possível um adolescente de sua idade amar um desconhecido?</p> <p>5.b) Por quê?</p> <p>6.a) Você acha que é possível um adolescente de sua idade amar um inimigo?</p> <p>6.b) Por quê?</p>
--

Figura 1. Quadro demonstrativo do instrumento referente ao Estudo 1.

<p>Estudo 2: Amor: generosidade X justiça para consigo</p> <p>Tiago precisava fazer um trabalho de biologia muito difícil para entregar à sua professora no dia seguinte, que avaliaria o seu desempenho na disciplina. Quando Tiago estava começando a fazer o trabalho, tocou a campainha de sua casa. Era Rafael, que pedia a Tiago para ajudá-lo a estudar para uma prova de matemática, que também aconteceria no dia seguinte. Tiago tinha facilidade para resolver as atividades de matemática, mas, se ajudasse Rafael, não teria tempo de fazer o seu trabalho de biologia. [versão adaptada da história de Vale, 2012]</p>	
<p>1.a) O que você acha que Tiago deveria fazer?</p> <p>1.b) Por quê?</p> <p>2.a) Você acha que Tiago amava ou não amava Rafael?</p> <p>2.b) Por quê?</p>	
<p>Se a resposta 2.a for relacionada ao amor</p> <p>3.1.a) Se Tiago não amasse Rafael, ele agiria de que forma?</p> <p>3.1.b) Por quê?</p>	<p>Se a resposta 2.a não for relacionada ao amor</p> <p>3.2.a) Se Tiago amasse Rafael, ele agiria de que forma?</p> <p>3.2.b) Por quê?</p>
<p>Versão feminina: Tais e Rafaela</p>	

Figura 2. Quadro demonstrativo do instrumento referente ao Estudo 2.

Estudo 3: Amor: generosidade e vínculos

João estava indo à escola e por estar com a mão machucada não conseguia carregar seu material escolar direito. Sempre deixava um caderno ou um livro cair no chão. André, seu amigo, caminhava ao seu lado e percebia a dificuldade de João para carregar o material. [versão adaptada da história de Vale, 2006]

1.a) O que você acha que André deveria fazer?

1.b) Por quê?

2.a) Você acha que André amava ou não amava João?

2.b) Por quê?

Se a resposta 2.a **for** relacionada ao amor

3.1.a) Se André não amasse João, ele agiria de que forma?

3.1.b) Por quê?

Se a resposta 2.a **não for** relacionada ao amor

3.2.a) Se André amasse João, ele agiria de que forma?

3.2.b) Por quê?

4.a) Se André não conhecesse João, o que André deveria fazer?

4.b) Por quê?

5.a) Você acha que nessa situação, na qual eles não se conhecem, André amava João?

5.b) Por quê?

Se a resposta 5.a **for** relacionada ao amor

6.1.a) Se André não amasse João, ele agiria de que forma?

6.1.b) Por quê?

Se a resposta 5.a **não for** relacionada ao amor

6.2.a) Se André amasse João, ele agiria de que forma?

6.2.b) Por quê?

7.a) Se André fosse inimigo de João, o que André deveria fazer?

7.b) Por quê?

8.a) Você acha que nessa situação, na qual eles são inimigos, André amava João?

8.b) Por quê?

Se a resposta 8.a **for** relacionada ao amor

9.1.a) Se André não amasse João, ele agiria de que forma?

9.1.b) Por quê?

Se a resposta 8.a **não for** relacionada ao amor

9.2.a) Se André amasse João, ele agiria de que forma?

9.2.b) Por quê?

Versão feminina: Joana e Andreia

Figura 3. Quadro demonstrativo do instrumento referente ao Estudo 3.

5.3 Procedimentos

Para ter acesso aos participantes seguindo os critérios já descritos, buscamos autorização de instituições de ensino para que pudéssemos realizar as entrevistas naquele local, tendo em vista a facilidade de contato com os adolescentes. No entanto, tivemos dificuldades em conseguirmos a autorização. Os representantes das escolas argumentaram, principalmente, acerca da mudança da rotina da escola durante a coleta de dados e a falta de retorno acerca das conclusões das pesquisas já realizadas. Com isso, enquanto conseguíamos a autorização de uma instituição escolar, entrevistamos outros adolescentes, respeitando os mesmos critérios de idade, sexo e classe social.

Além disso, tivemos certa resistência por parte dos alunos em participar da pesquisa, com a justificativa de não quererem se ausentar da aula (aula de Educação Física) que havia sido disponibilizada para a participação deles na pesquisa. Assim, para conseguirmos o total de participantes para a pesquisa, somamos as entrevistas feitas na escola e as de fora da escola.

Quanto à coleta de dados, esta foi realizada individualmente, em local definido pelo participante, desde que o espaço garantisse o sigilo da entrevista. Por sua vez, para as entrevistas feitas na escola, utilizamos uma sala de aula que se encontrava disponível no momento. As entrevistas foram gravadas na íntegra, por meio de mídia digital, para posterior transcrição e serão armazenadas, em acervo próprio, por cinco anos. As gravações foram utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa.

O instrumento foi apresentado a cada adolescente seguindo sua idade e sexo, ou seja, os personagens das histórias foram nomeados de acordo com o sexo do participante, e a idade foi referida como sendo a mesma do entrevistado, caso fosse questionada.

As entrevistas foram realizadas seguindo o método clínico (Piaget, 1926/2005, 1932/1994). A utilização deste método possibilita intervenção sistemática do pesquisador diante da atuação do sujeito, havendo uma interação, na tentativa de esclarecer as respostas do participante (Alencar & Ortega, 2003, Delval, 2002). Esse método permite, portanto, explorar novas possibilidades, ressaltar aspectos

contraditórios observados na entrevista e contra-argumentar. Isso pode ser feito por meio de perguntas de exploração, de justificação e de controle (ou contra-argumentação). As perguntas de exploração são as que buscam revelar a existência e estrutura da noção investigada; as perguntas de justificação legitimam as afirmativas; e as perguntas de controle testam a coerência ou apontam para a contradição das respostas do participante quando se apresenta uma resposta diferente ou contrária da que foi anteriormente dada (Castorina, Lenzi & Fernández, 1988). Dessa forma, a partir dos atributos mencionados, consideramos que o método clínico é o recurso metodológico mais adequado para atingir os objetivos de nossa investigação.

Destacamos que a pesquisa seguiu os padrões éticos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (2012) e que o trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CEP/CCHN), conforme Apêndice A. Além disso, para as entrevistas realizadas dentro da escola, foi encaminhado um termo de consentimento para a instituição (Apêndice B), pedindo a autorização para a realização da coleta de dados. Ainda, os pais ou representantes legais dos adolescentes assinaram um termo de consentimento para participação do adolescente na pesquisa (Apêndice C) e os próprios adolescentes assinaram um termo de assentimento (Apêndice D).

5.4 Tratamento dos dados

Priorizamos a análise qualitativa dos dados e utilizamos referências quantitativas em número e percentuais, para o auxílio na apresentação e discussão dos resultados. Segundo Delval (2002), quando se utiliza o método clínico, é necessário começar a análise de dados de forma qualitativa, definindo as categorias a partir das respostas dos participantes. Uma vez que as categorias estiverem formuladas, é interessante usar uma análise quantitativa, que permite ver com mais clareza as mudanças nas concepções. A utilização dos dois tipos de análise possibilita compreender o raciocínio do participante e fazer uma comparação entre grupos.

Seguindo esta forma proposta por Delval (2002), transcrevemos todas as entrevistas (Apêndice DH, digitalizado) e realizamos a categorização dos dados. Foram elaboradas as categorias detalhadas (microcategorias), para que a partir daí fossem elaboradas as categorias resumidas (macrocategorias), que possibilitou uma análise por questão do instrumento (Apêndice DI, digitalizado). Comparamos as respostas e justificativas pertinentes aos objetivos da pesquisa, com destaque para as simetrias e as assimetrias encontradas nos juízos dos jovens entrevistados, isto observando os objetivos deste estudo.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Olha! [O amor] é algo, assim, muito difícil de explicar, entendeu? Porque, assim, se você for pegar um dicionário você vai ver que tem vários significados. E, cada um se aplica de uma forma diferente”
(Marcos, 15 anos, participante da pesquisa – nome fictício).

Apresentaremos os resultados e discussões dos estudos, seguindo a ordem Estudo 1, Estudo 2 e Estudo 3. Faremos menção à frequência e porcentagem dos dados com o objetivo de tornar mais compreensível a discussão. Ressaltamos que os participantes puderam mencionar mais de uma resposta. Além disso, para apresentar e discutir os resultados, seguiremos o encadeamento da discussão e não a ordem de frequência das categorias³. Ademais, apenas mencionaremos as diferenças nas respostas e/ou nas justificativas em comparação com a idade dos participantes, quando estas forem relevantes.

6.1 ESTUDO 1 – Conceito de amor

Neste Estudo, buscamos analisar o conceito de amor dos adolescentes, pesquisando a concepção e os exemplos de amor, a possibilidade de amar pessoas do mesmo sexo, sexo oposto, amigo, desconhecido e inimigo. Passemos para apresentação dos resultados e discussão.

6.1.1 Exemplos e concepção de amor

Primeiramente pedimos para que os participantes mencionassem **exemplos de amor** e explicitassem o que **compreendem por amor**. Foram citadas 231 respostas, correspondendo, principalmente, a relacionamentos amorosos, amor a familiares, sentimento e ação para o bem do outro (vejamos a Tabela 2).

³ Todas as categorias de análise dos dados da tese estão reunidas no Apêndice Digitalizado DJ, além de todas as tabelas dos resultados da pesquisa (Apêndice Digitalizado DK)

Tabela 2. Exemplos e concepção de amor.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Relacionamento amoroso	21	19,8	22	17,6	43	18,6
Amor a familiares	12	11,3	23	18,4	35	15,2
Sentimento	17	16,0	18	14,4	35	15,2
Ação para o bem do outro	14	13,2	18	14,4	32	13,8
Amizade	9	8,5	7	5,6	16	6,9
Querer estar próximo	7	6,6	11	8,8	18	7,8
Ação com amor	9	8,5	3	2,4	12	5,2
Querer bem-estar do outro	3	2,8	4	3,2	7	3,0
Amor a animais	5	4,7	2	1,6	7	3,0
Amor ao próximo	1	1,0	5	4,0	6	2,6
Aceitação do outro	0	0,0	5	4,0	5	2,2
Outros	8	7,6	7	5,6	15	6,5
TOTAL	106	100,0	125	100,0	231	100,0

Começamos com os exemplos de amor referidos a pessoas próximas ou a relacionamentos. O *relacionamento amoroso* foi o mais citado, sendo enfatizado a paixão, como afirma Diego⁴: “*Tem também o amor de se apaixonar*”; ou a relação entre o casal: “*Meu pai e minha madrasta. Eu acho que eles são um casal muito bonito. Eu acho que seria um exemplo de amor*” (Daiane). Podemos relacionar esses exemplos ao amor *eros*, que de acordo com Comte-Sponville (1999, 2011) é o amor paixão, presente nos relacionamentos amorosos. No entanto, ressaltamos, como faz o mesmo autor, que nas relações não temos apenas *eros*, mas pode-se (e deve-se) estar presente o amor *philia*.

É importante destacar que no estudo de Alves, Alencar e Ortega (2014a), sobre exemplos de amor de crianças, foram poucos exemplos citados que correlacionaram ao relacionamento amoroso (n=13, 6,1%). Por sua vez, foi o exemplo mais citado em estudo com adolescentes (Alves et al., 2015). Podemos sugerir que com o aumento da idade a menção a este exemplo torna-se mais frequente. Assim, Souza e Ramirez (2006) afirmam que, a partir dos 12 anos, as concepções do gostar/amar se incluem o relacionamento, sendo em geral, o namoro. Esta também foi uma resposta mencionada

⁴ Utilizamos nomes fictícios, para garantir o anonimato dos participantes, sendo que os nomes iniciados com a letra “D” correspondem aos adolescentes de 12 anos, e com “M” referem-se aos de 15 anos.

por adolescentes no estudo feito por Costa e Fernandes (2012) evocada a partir da palavra amor, ressaltando o namoro, noivado e casamento.

Façamos, agora, uma aproximação das categorias *amor a familiares* (n=35, 15,2%), *amizade* (n=16, 6,9%), *querer estar próximo* (n= 18, 7,8%) e *ação com amor* (n= 12, 5,2%) ao amor *philia* (total de n= 81, 35,1%) descrito por Comte-Sponville (1999, 2011) como sendo o amor da amizade, é desejar o bem ao outro, por amor a eles. Vejamos em mais detalhes essas respostas.

Em *amor a familiares* foi mencionado o amor pela mãe, pelo pai e demais familiares, havendo um aumento na frequência dessa resposta com a idade. Ressaltamos que esses exemplos são diferentes dos considerados como relacionamento amoroso. Naquele a menção aos pais se referia à relação conjugal, aqui a relação é de amor paterno e fraterno, próximo ao definido por Comte-Sponville (1999, 2011) como amor *philia*. Na pesquisa de Costa e Fernandes (2012) os adolescentes também associaram as relações familiares à palavra amor. Constatamos também que o amor a familiares foi mencionado como exemplo de amor no discurso de crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014a) e foi considerado a relação de vínculo mais forte (Alves, Alencar & Ortega, 2012). Além disso, Souza e Ramires (2006) afirmam que seus participantes (crianças e adolescentes) destacaram a influência da relação de apego e cuidados na concepção de amor. Ainda, segundo Keleman (1996), é na família que aprendemos o que é amor, a partir da forma como fomos amados, elaboraremos nossas próprias estratégias para amar. Destacamos a importância da família no desenvolvimento moral. Segundo Piaget (1932/1994) a criança respeita a regra, na fase de heteronomia, por medo e por amor a figura de autoridade, sendo esta principalmente a família. Além disso, por meio das relações entre iguais há possibilidade de desenvolvimento das relações de cooperação e ajuda mútua, possibilitando a autonomia.

Sendo assim, vemos a relevância das relações de *amizade*, sendo mencionadas em nossa pesquisa como exemplo de amor pelos adolescentes. Comte-Sponville (1999, 2011) se refere à amizade como exemplo do amor *philia*, citando Aristóteles (384-322 a.C./1992) que defende que a vida sem a amizade seria um erro. A amizade é condição para a felicidade e, em grau mais elevado, uma virtude. Outros estudos também citam a

amizade com referência ao amor (Alves, Alencar & Ortega, 2012, 2014a; Alves et al., 2015; Costa & Fernandes, 2012; Estrella, 2011; Souza & Ramires, 2006). Ainda, para Godbout (1999) os amigos e a família contribuem para o desenvolvimento da dádiva. A família é a base, na qual a dádiva é vivida com mais intensidade. Por sua vez, na relação com amigos, a estrutura é mais livre do que na família, pois escolhemos quem são nossos amigos e existe uma reciprocidade.

Em *querer estar próximo* incluímos as respostas sobre a vontade de manter proximidade e convivência com o outro. Como a fala de Douglas, um exemplo de amor é “*a pessoa realmente gostar de ficar junto... É não ficar, não ficar longe, querer sempre ficar perto*”. Comte-Sponville (1999, 2011) afirma que *philia* é querer partilhar a companhia do outro, regozijar-se pela presença alheia. Ressaltamos que houve um aumento da menção desses exemplos com a idade, mostrando a importância da relação com o outro.

Semelhante a esta ideia, nossos entrevistados mencionaram como exemplo de amor a *ação com amor*, ou seja, ação que tenha sido realizada com amor, como abraçar e beijar. Este exemplo também foi mencionado por crianças (n=45, 21,3%) em estudo de Alves, Alencar e Ortega (2014a), especialmente pelos escolares mais novos (n=32). Deste modo, tanto na pesquisa com crianças como na presente investigação com adolescentes houve uma diminuição dessas respostas com a idade. Nesse exemplo, o que tem relevância é a própria ação vivida com amor, não tendo como destaque a projeção do amor a outra pessoa ou a alguma ação que traria algum benefício ao outro. Assim, podemos relacionar essas menções ao egocentrismo, mais intenso nos mais novos, considerando a ação com o amor centrado na própria pessoa. Na medida em que o egocentrismo diminui, há possibilidade de que outros exemplos de amor se expandam, principalmente os que levarem em consideração o outro. Isso pode ser confirmado uma vez que este foi o exemplo considerado menos importante pelas crianças (n=11, 27,5%) (Alves, Alencar & Ortega, 2012), então apesar de muito mencionado na infância, há a compreensão de que é o menos importante, por isso este exemplo tende a ser menos frequente dando lugar a outras possibilidades de amor.

Diferente desta categoria, devemos mencionar a *ação para o bem do outro* (n= 32, 13,8%) que tem como foco o benefício para outro. Assim, exemplo de amor é uma ação que possa beneficiar o outro, como ajudar e cuidar. Davi nos dá um exemplo: “*nos momentos que ele estiver passando dificuldade você está lá para ajudar ele [...] É, os seus amigos, até mesmo as pessoas que você não conhece. [...] Até ajudar seu inimigo também é um exemplo de amor*”. Nos estudos com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2012, 2014a), exemplo como este foi o mais mencionado (n=48, 22,7% dos exemplos citados), sendo considerado muito importante por elas (n=12, 27,3%). Próximo a estes exemplos, temos o *querer o bem-estar do outro* no qual ressalta o bem-estar do outro. A diferença é que nesta não há uma ação especificada como na categoria anterior, mas em ambas há uma preocupação com o outro.

Assim, nos perguntamos: seriam estas duas últimas respostas um amor *philia*, definido como uma ação, uma vontade de fazer o bem ao outro (Comte-Sponville, 1999, 2011) ou chegaria a ser um indício de amor *ágape*, no qual não haveria interesse, sendo um amor universal e gratuito (Comte-Sponville, 1999, 2011)? Nesse estudo não conseguimos confirmar se essas ações para o bem do outro são realmente desinteressadas ou não, mas é importante destacar essa preocupação para com o outro. Podemos relacionar também o amor como ação para o bem com a virtude da generosidade, que para Comte-Sponville (1999), é oferecer ao outro algo que não lhe pertence, mas que lhe falta. É importante destacar que alguns autores relacionam este conceito de amor, enfatizando o cuidar, a sua prática profissional, por exemplo, na relação terapêutica (Boccalandro, 2003), na área educacional (Costa, 2007, 2008) a área da saúde (Arman & Rehnsfeldt, 2006), entre outros.

Os adolescentes citaram, ainda, o *amor ao próximo*. Podemos observar na fala de Maria que fora eleito o amor às pessoas nas quais não há vínculo: “*Acho que o amor pelo próximo, também. [...] uma pessoa, um órfão ou uma pessoa necessitada, que tem uma doença eu acho que, assim, você ajudando essas pessoas você estaria amando elas*”. Ressaltamos que apesar de pouco citada, houve um aumento desse tipo de exemplo com a idade. Relacionamos esse exemplo ao amor *ágape*, uma vez que ele é totalmente desinteressado, gratuito, é a possibilidade de amar a todos, incluindo os inimigos e desconhecidos (Comte-Sponville, 1999, 2011).

Foram mencionados ainda exemplos sobre *sentimento*. Marcos diz: “*Eu acho que também o amor, assim, do jeito que você trata a pessoa, quando você investe na educação, alguma coisa, assim. Um sentimento que você tem a mais pela pessoa. Mas, ele pode variar, não é*”. Esta categoria foi verificada também em estudos com crianças (n=17, 8,1%) (Alves, Alencar & Ortega, 2014a) e com adolescentes (Estrella, 2011). Ressaltamos que, no presente estudo, este tipo de resposta foi a segunda mais frequente (juntamente a *amor a familiares*). Souza e Ramires (2006) fazem esta análise e discutem que o desenvolvimento pode influenciar no aumento destes exemplos, uma vez que os mais velhos tendem a ter mais facilidade para refletir sobre temas mais abstratos, principalmente com o desenvolvimento das operações formais (Piaget, 1964/2004).

Ainda, os adolescentes explanaram a *aceitação do outro*, defendendo que amor é aceitar os defeitos do outro. Diz Marly: amor “*É aceitar os defeitos e amá-los também*”. Esta foi citada apenas pelos adolescentes de 15 anos. Por sua vez, foi proferido *amor a animais*, especialmente pelos participantes de 12 anos, fazendo referência ao amor que tinham por seus animais de estimação. Um aspecto importante é que no presente estudo, nesta categoria não está incluído o amor aos animais de uma forma geral, mas sim ao próprio animal de estimação, como podemos observar na fala de Dalton: “*Uma pessoa com um animal, um animal de estimação*”. Esta menção também foi realizada em outros estudos (Alves, Alencar & Ortega, 2014a; Souza & Ramires, 2006).

Por fim, em *outros* agrupamos as respostas que tiveram baixa frequência, como o amor platônico (n= 3), amor a objetos materiais (n= 2), virtudes (n= 2), dar atenção a uma pessoa (n= 1), relação professor e aluno (n= 1), arriscar-se pela pessoa (n= 1), lembrar-se da pessoa, mesmo distante (n= 1), amor pela matemática (n= 1), mostrar que a pessoa é importante para você (n= 1), olhar a beleza interior (n= 1) e tentar melhorar algo que atrapalhe o convívio (n= 1). Fazemos um destaque aos exemplos citados sobre virtudes, considerando a honestidade e humildade como exemplos de amor. Em pesquisa feita por La Taille (2009a) a humildade foi uma das virtudes mais valorizadas pelos jovens e apontada como ausente nas relações.

Agora, analisando os exemplos e a concepção de amor com base nos tipos de amor descritos por Comte-Sponville (1999, 2011), veremos que 18,6% das respostas estão próximas ao amor *eros*, correspondendo a categoria *relacionamento amoroso*. Ainda, 35,1% ao amor *philia* (categorias *amor a familiares*, *amizade*, *querer estar próximo* e *ação com amor*). Além disso, apenas 2,6% relacionaria ao amor *ágape*, tendo em vista as respostas sobre o *amor ao próximo*. Como descrevemos anteriormente, as categorias *ação para o bem do outro* e *querer o bem-estar do outro* podem estar correlacionadas a *philia* ou a *ágape*, dependendo se haveria ou não um interesse nessas ações, aspecto que não conseguimos avaliar nas respostas. Vemos, portanto, que as respostas dos adolescentes são amplas, envolvendo os três tipos de amor discutidos por Comte-Sponville (1999, 2011).

Vejamos agora as **justificativas mencionadas para os exemplos e concepção de amor** (Tabela 3).

Tabela 3. Justificativas para os exemplos e concepção de amor.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Experiência vivenciada por outros	12	54,5	9	40,9	21	47,7
Experiência própria	7	31,8	7	31,8	14	31,8
Sentimento	2	9,1	2	9,1	4	9,1
Outros	1	4,6	4	18,2	5	11,4
TOTAL	22	100,0	22	100,0	44	100,0

O principal argumento para os exemplos e concepção de amor foi a *experiência vivenciada por outros*, sendo relatada principalmente a influência da família (n= 12), da religião (n= 2) e da escola (n= 1). As demais justificativas (n= 6) não foram especificadas. Vejamos o que explana Davi: “*são coisas que a gente vai aprendendo em casa, [...] os pais são muito influentes no amor, eles te ensinam, mesmo que eles não falem diretamente o que é amor, você vai percebendo neles, na atitude que eles têm, que eles te amam e você acaba absorvendo isso como o amor*”. Esta declaração está próximo ao que afirma Keleman (1996). Para ele, é na relação com a família que aprendemos o que é o amor, e isso nos influenciará na forma pela qual nós também amaremos.

Também foi especificada a *experiência própria* como argumento para os exemplos e concepção de amor. Maitê explica: “*porque eu já passei por uma experiência, entendeu?*”. Em outros trabalhos há explicações acerca da experiência própria ou vivida por outra pessoa (Alves et al, 2015, Alves, Alencar & Ortega, 2010, 2012, 2013, 2014a, 2014b), ressaltando que a própria experiência e a observação podem aprimorar o próprio conceito de amor. Verificamos, portanto, a influência das experiências na formulação de seus conceitos. Embora não tenhamos encontrado aqui diferença quanto à idade, quando comparamos estes dados com o estudo feito com crianças também sobre exemplos de amor (Alves, Alencar & Ortega, 2014a), constatamos que a experiência própria ou vivida por outra pessoa correspondeu a 8,4% (n=27) dos argumentos, enquanto que no presente estudo, somando-se as duas categorias, temos um total de 79,5% das justificativas. Desta forma, averiguamos um aumento destas explicações com a idade.

Por sua vez, o *sentimento* também foi justificativa para a escolha dos exemplos de amor. Ressaltamos que este também foi citado como exemplos. Desta forma Mauricio explica seu conceito “*Porque seria uma coisa mais pura possível, o sentimento mais profundo seu, seria a coisa mais pura que você tem dentro de você*”. Dados semelhantes encontramos no estudo com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014a), no qual sentimento foi proferido como exemplo de amor e explicação do exemplo.

Em *outros* incluímos as justificativas devido à própria personalidade; o dever de ser amigo e amá-lo; acreditar que é necessário um tempo para chegar a amar; fato de respeito, compaixão e ajuda serem necessários; e necessidade de sentir-se bem.

Com isso, podemos afirmar que o conceito de amor (com base nos exemplos e definição) é amplo, compreendendo o amor *eros*, *philia* e *ágape*. Analisamos ainda que os exemplos sobre amor a familiares, querer estar próximo, amor ao próximo e aceitação do outro, foram mais proferidos pelos participantes mais velhos. Por sua vez, as respostas sobre ações com amor (no qual o foco é a própria ação e não outra pessoa) foram mais mencionados pelos mais novos. Isto sugere que os exemplos deixam de ser focados à própria ação e passam a ser direcionados ao outro, sendo este uma pessoa próxima (família) ou não (no caso do amor ao próximo). Quanto à justificativa, foi

citado principalmente as experiências próprias ou vividas por outros, que quando comparado ao estudo com crianças, vemos um aumento dessas explicações com a idade.

Assim, tendo em vista que o amor passa a ser direcionado a outrem, nos questionamos se os adolescentes consideram o amor a outro adolescente de sexo oposto e do mesmo sexo, e quais as justificativas para suas respostas. Vejamos esses resultados e discussão a seguir.

6.1.2 Possibilidade de amar adolescente do sexo oposto e mesmo sexo

Questionamos se os entrevistados consideravam possível **amar outro adolescente do sexo oposto**. A maioria dos participantes (n= 36, 90%) confirmou a possibilidade. Chama-nos a atenção que apesar de poucos afirmarem não ser possível (n=4, 10%), o número de respostas aumentou com a idade (passando de um adolescente de 12 anos para três de 15 anos). Comparando com o estudo realizado com crianças, a maioria (n=34, 85%) também afirmou esta possibilidade (Alves, Alencar & Ortega, 2013).

Analisemos as justificativas apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4. Justificativa sobre amar ou não adolescente do **sexo oposto**.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ausência de influência da idade	5	17,2	6	21,4	11	19,3
Liberdade de escolha em amar	7	24,1	3	10,7	10	17,6
Experiência vivenciada por outros	6	20,7	4	14,3	10	17,6
Experiência própria	4	13,8	2	7,2	6	10,5
Presença de vínculo	2	6,9	4	14,3	6	10,5
Falta ou fragilidade de vínculo	1	3,5	3	10,7	4	7,0
Característica da pessoa amada	2	6,9	0	0,0	2	3,5
Outros	2	6,9	6	21,4	8	14,0
TOTAL	29	100,0	28	100,0	57	100,0

As justificativas para a possibilidade de amar se basearam principalmente na *ausência da influência da idade*, ou seja, o fato de ser ou não adolescente não traria consequência na possibilidade de amar, como afirma Daiana, “*porque eu acho que quando você ama alguém, você ama de verdade. Não tem, sei lá, idade... não, não é isso. Amor você sente a partir do momento que você ama. Só isso*”. Na pesquisa com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2013) foi analisada a impossibilidade de amar por ainda ser criança, sendo que essas justificativas diminuíram com a idade. Assim, frente aos nossos dados com adolescentes, a idade da pessoa não seria mais impedimento para a relação amorosa.

Outro argumento foi a *liberdade de escolha em amar*, assim as pessoas são livres em escolher quem amar, conforme defende Damião: “*porque é o livre arbítrio. Você pode amar*”. Assim, não haveria qualquer impedimento para existência do amor. Esta justificativa foi mais frequente nos adolescentes de 12 anos, o que pode estar relacionado com o fato de os participantes de 15 anos terem mencionado outras explicações, como veremos adiante.

Foi explanado também acerca da *experiência vivenciada por outros*, destacando a influência da família (n=3), amigos (n=2), mídia (n=1) e escola (n=1), sendo que outros (n=3) não especificaram a influência. Vejamos a fala de Marly: “*porque, como exemplo, a minha mãe se apaixonou pelo meu pai quando ela era mais nova que eu. 13 anos. E eles são casados hoje*”. Keleman (1996) faz uma crítica afirmando que as pessoas têm uma visão abstrata referente ao amor, retirada de jornais, novelas e filmes, ou observando como outras pessoas experienciam o amor ou do modo como foram amadas por sua família. Fazendo uma reflexão acerca da influência da mídia, Ferreira (2010) discorre que é inegável sua importância: orienta as ações das pessoas e até a forma de pensar, no entanto, ela própria é o reflexo da sociedade, refletindo seus anseios.

Ainda, outros adolescentes afirmaram pela *experiência própria*. Nesse sentido discorre Maitê, “*porque eu mesma já amei. Porque acontece. E, fora que... não só em questão de namorado, amiga também, amigos, assim... eu amo meus amigos, entendeu?*”. A experiência foi o principal argumento das crianças (n=24, 47%), sendo

ela própria ou vivida por outrem (Alves, Alencar & Ortega, 2013). Ressaltamos, portanto, a importância das experiências na formulação de seus conceitos.

Verificamos que tanto a *experiência vivida por outros* quanto a *experiência própria* foram mais citadas pelos participantes de 12 anos. Este decréscimo em relação à idade pode ser analisado também quando comparamos com o estudo com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2013), uma vez que estes argumentos corresponderam a 47% das justificativas, enquanto que na presente pesquisa com adolescentes 28,1% (somando-se as duas categorias). Analisamos, portanto, que para os adolescentes outros argumentos tomam destaque como a reflexão sobre a ausência da influência da idade, liberdade em escolher quem amar e a presença do vínculo, como veremos agora.

Por sua vez, a possível *presença de vínculo* foi outro motivo para a possibilidade de amar. Assim, pode-se amar se “*for uma pessoa que você conhece há muito tempo, você já tem uma afinidade com ela, já tem uma amizade muito boa e a pessoa também tem que gostar de você para amar*” (Diana). Esta categoria foi mais mencionada pelos participantes de 15 anos, afirmando a importância do vínculo. Este dado também pode ser encontrado no estudo com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2013), uma vez que 11,8% das justificativas consideraram o relacionamento familiar ou de amizade.

Ainda, *característica da pessoa amada*, foi afirmada apenas pelos adolescentes de 12 anos, enfatizando que a pessoa pode ser legal e pode-se gostar das características dela. Também foi mencionada pelas crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2013), correspondendo a 13,7% (n=7) dos argumentos. Vemos, portanto, que para as crianças a característica da pessoa era um aspecto mencionado para a possibilidade de amar e com o desenvolvimento, na adolescência há diminuição desse tipo de explicação.

Podemos fazer uma aproximação das justificativas sobre *presença de vínculo* e *característica da pessoa amada* ao amor *philia*, descrito por Comte-Sponville (1999, 2011) como o amor aos amigos, é o amor àqueles que nos estão próximos. Este amor considera a presença de algum vínculo para o estabelecimento da relação amorosa.

Agora, os participantes que defenderam a impossibilidade de amar argumentaram principalmente sobre a *falta ou fragilidade de vínculo*, como podemos observar na fala de Miriam:

porque, hoje em dia, todo mundo só pensa em sexo, droga, orgia, sair, curtir, ficar com a menina e depois meter o pé na bunda dela, literalmente. E... são poucos que querem alguma coisa séria. Alguma coisa de verdade. E eu acho que os meninos que... ainda tinha essa chance de querer alguma coisa, já estão perdendo. Por causa que as meninas não estão dando valor a si próprias. Fica tirando foto pelada e essas coisas todas desnecessárias. Que eu não aceito, eu acho isso um absurdo. [...] Hoje fala que ama, amanhã odeia.

Estas ideias nos remetem ao defendido por Bauman (2004) acerca de vivermos uma modernidade líquida e com isso à fragilidade dos laços humanos, um amor líquido. Este argumento foi mais mencionado pelos adolescentes de 15 anos, demonstrando a importância do vínculo e a reflexão feita por eles considerando nosso momento atual.

Em *outros* incluímos as seguintes justificativas para a possibilidade de amar adolescente de sexo oposto: sobre a consequência positiva, ser possível amar diversas pessoas, reciprocidade, relacionamento amoroso, possibilidade de andar de mãos dadas, confusão dos sentimentos devido aos hormônios. Além disso, acrescentamos os argumentos para a impossibilidade de amar adolescente de sexo oposto: diferença do amor aos pais e presença da influência da idade.

Verificamos, portanto, que os adolescentes de 15 anos destacam a condição do vínculo, uma vez que enfatizam a possibilidade de amar outrem pela presença do vínculo e a impossibilidade de amar pela sua falta ou fragilidade. Por sua vez, os participantes mais novos, utilizam-se de argumentos mais concretos como a característica da pessoa a ser amada e o fato de ocorrer uma experiência, além de reflexões centradas neles mesmos, como a liberdade que eles têm de escolher quem amar.

Quando questionamos sobre a **possibilidade de amar outro adolescente do mesmo sexo**, a maioria (n=35, 87,5%) também afirmou ser possível. Apenas cinco adolescentes (12,5%) negaram a possibilidade, sendo dois de 12 anos e três de 15 anos. Ressaltamos que destes, quatro também haviam rejeitado o amor entre adolescentes do sexo oposto. Assim, parece não ter havido influência se a pessoa era do sexo oposto ou do mesmo sexo na escolha em amar.

Comparando com o estudo com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2013), um número maior de entrevistados negou a possibilidade de amor a outra criança do mesmo sexo (n= 11, 27,5%), sendo oito de seis anos e três de nove anos. Portanto, este tipo de resposta diminuiu com a idade, podendo ter relação com a baixa frequência dessa categoria quando pesquisamos adolescentes.

Vejamos agora os argumentos na Tabela 5.

Tabela 5. Justificativa sobre amar ou não adolescente do **mesmo sexo**.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Experiência vivenciada por outros	10	34,5	6	18,8	16	26,2
Liberdade de escolha em amar	8	27,6	5	15,6	13	21,3
Amizade	2	6,9	8	25,0	10	16,4
Homossexualidade	2	6,9	3	9,4	5	8,2
Ausência de diferença quanto ao sexo	0	0,0	4	12,5	4	6,6
Amor a familiares	2	6,9	1	3,1	3	4,9
Outros	5	17,2	5	15,6	10	16,4
TOTAL	29	100,0	32	100,0	61	100,0

Para justificar a possibilidade de amar outro adolescente do mesmo sexo também foi mencionada a *experiência vivenciada por outros*, sendo especificada por alguns a influência da família (n=3), da amizade (n=2) e da mídia (n=1); outros (n=7) apenas falaram que já haviam visto ou conheciam alguém que amava outra pessoa do mesmo sexo, e ainda afirmaram (n=3) ser muito frequente nos dias atuais. A Maria destaca a influência da família: “*O meu tio é gay e eu acho que isso é super bonito. Ele vive junto com o namorado dele e ponto*”. Vejamos que quando perguntamos sobre a possibilidade de amar alguém do sexo oposto houve menção tanto à experiência própria,

quanto àquela vivenciada por outro (principalmente a família). Aqui, com pessoas do mesmo sexo, as justificativas basearam-se apenas nas experiências de outros, também, em especial, a família. Embora tenha sido citada com maior frequência pelos participantes de 12 anos, quando comparado com o estudo com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2013) vemos um aumento desse argumento no presente estudo, uma vez que essa categoria correspondeu a apenas 5,1% das justificativas na pesquisa realizada em 2013.

Em seguida foi citada a *liberdade de escolha em amar*, afirmando que “*não tem nada escrito assim ‘ah, você não pode fazer isso’. A pessoa é livre, você que pode escolher quem você vai amar, quem você gosta*” (Daniel). Esta categoria também foi justificativa para a possibilidade de amar adolescente do sexo oposto. Da mesma forma que na questão anterior, foi proferida com maior frequência pelos participantes de 12 anos.

Por sua vez, apenas os de 15 anos defenderam a *ausência de diferença quanto ao sexo*. Assim, é possível amar pessoa do mesmo sexo, pois não seria diferente quanto amar alguém do sexo oposto. Como diz Manuela, “*assim como um tem atração pelo sexo oposto, ela pode ter atração pelo mesmo sexo. Eu vejo como a mesma coisa*”.

Foi mencionada também a *amizade* como possibilidade de amor, além do *amor aos familiares*, sendo que os adolescentes de 15 anos enfatizaram a amizade enquanto que os de 12 anos, a família. Somando as duas categorias vemos que 21,3% (n=13) dos argumentos salientaram o vínculo. Essas justificativas se aproximam ao afirmado anteriormente (na possibilidade de amar adolescente do sexo oposto) sobre a presença de vínculo, fazendo um destaque ao amor *philia*, que é o amor que temos aos que estão próximos e queremos o bem (Comte-Sponville, 1999, 2011). De forma semelhante, no estudo com crianças acerca da possibilidade de amar uma pessoa do mesmo sexo, declarações sobre amar devido à possibilidade de amizade e de haver um relacionamento familiar corresponderam a 42,4% do total de argumentos (Alves, Alencar & Ortega, 2013). Tanto no estudo com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2013) como na pesquisa atual com adolescentes, a frequência dos argumentos em relação a amizade aumentou com a idade.

Por sua vez, foi citada a *homossexualidade* tanto como argumento para a possibilidade de amar (n=3) quanto para a impossibilidade de amar (n=2). Podemos aproximar esta explicação ao amor *eros*, correspondente à paixão amorosa (Comte-Sponville, 1999, 2011). No estudo com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2013) essa foi citada apenas para a impossibilidade de amar (n=2, 3,4%). Vemos, assim, que os adolescentes passam a compreender a homossexualidade como possibilidade de amor.

E em *outros*, agrupamos justificativas sobre sentimento (n=1), confiança (n=1), convivência (n=1) e ausência da influência da idade (n=1), explicando a possibilidade de amar. Por sua vez, os argumentos sobre a fragilidade de vínculo (n=2), presença da influência da idade (n=1), falta de experiência (n=1), o fato de não darem a vida por outra pessoa (n=1) e de enjoarem de ter namorado pela imposição da mãe (n=1) justificam a impossibilidade de amar.

Comparando as respostas acerca da **possibilidade de amar adolescente de sexo oposto** (90%) e **de mesmo sexo** (87,5%), vemos que não há diferença relevante quanto ao sexo do participante na escolha da possibilidade de amar. Inclusive alguns participantes afirmaram a *ausência de diferença quanto ao sexo* (n=4, 6,6%) para ressaltar este fato. No entanto, destacamos que foi mencionado a experiência própria e vivida por outro para justificar a possibilidade de amar adolescente do sexo oposto, enquanto que para a possibilidade referente ao mesmo sexo, foi citada apenas a experiência de outros. Vemos, portanto, uma diferença na argumentação.

Considerando que nas duas situações verificamos justificativas que levam em consideração o vínculo (presença, ausência, relação de amizade, amor a familiares) e as características do outro. Assim, questionamo-nos se os adolescentes consideram o amor a quem não se tem vínculo ou a quem há um vínculo de inimizade. Analisemos, portanto, a influência do vínculo na possibilidade de amar para nossos entrevistados.

6.1.3 Possibilidade de amar amigo, desconhecido e inimigo

Questionamo-nos se haveria a influência do vínculo na possibilidade de amor. Então, perguntamos para os entrevistados se seria possível amar amigo, desconhecido e inimigo. Analisemos as respostas.

Sobre a possibilidade de **amar um amigo**, apenas um adolescente, de 12 anos, negou a possibilidade. Comparando nosso resultado com o estudo feito com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014b), constatamos que o número de crianças que negou a possibilidade de amor para com o amigo (cinco crianças) foi maior do que entre os adolescentes (apenas um). Vemos, portanto, uma crescente possibilidade de amor e relevância desse vínculo da amizade. Analisemos os argumentos (Tabela 6).

Tabela 6. Justificativa sobre amar ou não um **amigo**.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Experiência própria	6	18,8	9	30,0	15	24,2
Benefício próprio	8	25,0	5	16,7	13	20,9
Convivência	5	15,7	7	23,3	12	19,3
Sentimento	5	15,7	2	6,7	7	11,3
Experiência vivenciada por outros	2	6,2	2	6,6	4	6,5
Existência de vários tipos de amor	2	6,2	2	6,7	4	6,5
Característica do amigo	2	6,2	1	3,3	3	4,8
Outros	2	6,2	2	6,7	4	6,5
TOTAL	32	100,0	30	100,0	62	100,0

O principal argumento para a possibilidade de amar um amigo foi a *experiência própria*, sendo mais mencionado pelos adolescentes de 15 anos. Assim afirma Maria: “*porque eu amo as minhas amigas. Eu faria tudo por elas*”. Ressaltamos que esta justificativa também foi citada para a possibilidade de amar uma pessoa do sexo oposto e para o conceito de amor.

Relacionada a esta categoria podemos mencionar a *experiência vivenciada por outros*. Nesta incluímos a influência da mídia (n=1), da escola (n=1) e outros dois argumentos que não especificaram a influência. Vejamos o exemplo: “*porque tem, eu já vi na televisão*” (Diná). A influência da mídia e a escola também foram citadas como justificativas para a possibilidade de amar outro adolescente do mesmo sexo; apesar de poucas menções podemos destacar sua importância. Sobre a mídia, Ferreira (2010) destaca sua importância na orientação das ações e formas de pensar das pessoas, refletindo os anseios da sociedade.

Constatamos em outros estudos a relevância da experiência própria ou vivida por outro (Alves et al, 2015, Alves, Alencar & Ortega, 2010, 2012, 2013, 2014a, 2014b). No estudo com crianças acerca também da possibilidade de amar um amigo, a experiência foi o principal argumento (n=11, 16,7%), juntamente ao vínculo da amizade, destacando, portanto, a crescente importância das experiências na formulação de seus conceitos (Alves, Alencar & Ortega, 2014b).

Em seguida foi citado, principalmente pelos participantes de 12 anos, o *benefício próprio* que teriam com essa relação de amor. De acordo com Davi: “*o amigo vai te ajudar sempre que você precisar de ajuda, se tiver passando por dificuldade, ele vai te ajudar e você ama o amigo, se você não amasse seu amigo, ele não seria seu amigo*”. Esta categoria é próxima a mencionada pelas crianças (n=10, 15,2%), especialmente as de nove anos (n=8), sobre a consequência positiva para si que o amor ao amigo traria (Alves, Alencar & Ortega, 2014b). Neste mesmo sentido afirma Bauman (2004) acerca da espera de um retorno quando se investe em uma relação, podendo ser o apoio quando se precisa, o consolo, a companhia, entre outros.

Outro argumento diz acerca da *convivência*, nesse sentido é possível o amor “*porque você tem mais convívio com ele, não é? E, acaba amando a pessoa, gostando dela*” (Dalton). Assim, a relação de amor é possível devido ao contato existente com a pessoa. E caso não houvesse qualquer tipo de vínculo, seria possível haver o amor? Veremos a opinião dos adolescentes quando questionarmos acerca do amor aos desconhecidos. No momento, voltemos aos dados a respeito da justificativa de amar ou não um amigo.

Foi mencionado ainda o *sentimento*, principalmente pelos adolescentes de 12 anos, conforme defende Damião “*porque é a sua opinião. Tipo, se você gosta de uma pessoa, você gosta*”. Também encontramos este argumento no estudo com as crianças (n=9, 13,6%), sendo citado especialmente pelas de nove anos (n=6) (Alves, Alencar & Ortega, 2014b). Poderíamos supor que estas explicações seriam mais frequentes com o aumento da idade, uma vez que os adolescentes já possuem a capacidade de abstração, no entanto, esse argumento cede lugar a outros, que especificam, por exemplo, a convivência e a experiência própria.

Ainda, quatro participantes argumentaram pela *existência de vários tipos de amor*, assim o amor “*não se restringe a um homem e uma mulher, entendeu? Eu acho que também existe entre mulheres, tanto que existe entre mãe e filha*”. Esta afirmação está coerente ao que afirma Comte-Sponville (1999, 2011), para definirmos amor é necessário falarmos em *eros, philia e ágape*.

Não obstante, alguns entrevistados ressaltaram a *característica do amigo* para a possibilidade de amor. Assim, segundo Marcos, “*as pessoas apresentam características que nos conquistam. Por exemplo, uma pessoa educada, bacana, eu acho que isso influencia sim*”. Assim nos questionamos se não soubéssemos de referências do outro (no caso de ser desconhecido) ou se considerarmos aspectos negativos (possivelmente presentes no caso do inimigo) haveria amor? Analisemos, posteriormente, esta questão no decorrer do texto.

Por fim, em *outros* agrupamos os argumentos que foram pouco citados como o fato dos amigos serem verdadeiramente da nossa família, existir amizades desde a infância até a vida toda, conexões que a pessoa tem e pela possível homoafetividade na relação entre os amigos. Este último foi mencionado pelo único participante que negou a possibilidade de amar um amigo.

Agora, nos questionamos acerca da possibilidade de amor na ausência de vínculo. Assim, quando perguntamos se seria **possível amar um desconhecido**, 20 adolescentes (50%) confirmaram a possibilidade de amor, 19 entrevistados (47,5%) negaram a possibilidade e um participante de 12 anos (2,5%) disse que depende da característica ou ação do desconhecido. Se analisarmos a pesquisa feita com crianças, veremos que

apenas 27,5% (n=15) optaram pelo amor ao desconhecido (Alves, Alencar & Ortega, 2014b). Assim, comparando-se crianças e adolescentes, há um aumento na concepção de amor a um desconhecido.

No entanto, quando analisamos diferenças das respostas entre adolescentes de 12 e 15 anos, verificamos que principalmente os mais novos afirmaram a presença do amor (11 de 12 anos e nove de 15 anos) enquanto que especialmente os mais velhos negaram a possibilidade (oito de 12 anos e 11 de 15 anos), assim no nosso grupo de participantes há um aumento nas negativas ao amor ao desconhecido. Sendo assim, sugerimos a realização de outras pesquisas com participantes de outras faixas etárias para analisar se o amor tenderá a diminuir para a pergunta sobre se é possível amar um desconhecido. Vejamos os argumentos mencionados (Tabela 7).

Tabela 7. Justificativa sobre amar ou não um **desconhecido**.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ausência de vínculo	7	31,8	11	50,0	18	40,9
Característica ou ação do desconhecido	4	18,2	1	4,6	5	11,4
Amor ao próximo	3	13,7	2	9,0	5	11,4
Amor à primeira vista	3	13,7	1	4,6	4	9,1
Liberdade de escolha em amar	2	9,1	1	4,6	3	6,8
Influência da tecnologia	1	4,5	1	4,6	2	4,5
Experiência vivenciada por outros	1	4,5	1	4,6	2	4,5
Experiência própria	0	0,0	2	9,0	2	4,5
Outros	1	4,5	2	9,0	3	6,9
TOTAL	22	100,0	22	100,0	44	100,0

Os adolescentes que afirmaram não ser possível amar um desconhecido justificaram pela *ausência de vínculo*, apontando para a importância do vínculo na relação do amor. Assim, segundo Daiane, “*you tem que conhecer a pessoa, entendeu? Para você falar: ‘Ah, eu amo aquela pessoa’. Para você chegar para qualquer pessoa e dizer: ‘Ah, eu te amo!’ Não! Não é assim*”. Esta explicação foi mais frequente pelos participantes de 15 anos. Este também foi o principal argumento das crianças (n=21, 35,6%) para o fato de não amar um desconhecido (Alves, Alencar & Ortega, 2014b),

apresentando também um aumento dessa justificativa com a idade (nove menções feitas pelas crianças de seis anos e doze pelas de 12 anos). Além disso, no estudo de Vale e Alencar (2009) sobre generosidade, a metade de seus participantes também declarou a ausência de vínculo para explicar falta de ação virtuosa ou a sua intensidade para com alguém que não se conhece. Ressaltamos, portanto, a relevância do vínculo que se apresenta de forma crescente quando comparado o presente estudo ao realizado com crianças. Esta necessidade de vínculo é contrária à possibilidade do amor *ágape*, que versa sobre amar até mesmo quem não conhecemos (Comte-Sponville, 1999, 2011).

Houve menção ainda à *característica ou ação do desconhecido*, que serviu de argumento tanto para quem afirmou a possibilidade de amar o desconhecido (n= 3), quanto para a impossibilidade (n= 1) e para pessoa que afirmou que depende (n= 1), sendo proferida principalmente pelos adolescentes de 12 anos. Ressaltamos que categoria semelhante foi mencionada no caso de serem amigos. Vejamos na sequência os argumentos apresentados. Segundo Dalton, pode-se amar um desconhecido, pois “*de repente ele pode olhar para a pessoa e ver algo diferente nela e começar a gostar dela. [...] O caráter, o jeito da pessoa.*” Por sua vez, Denilson nega a possibilidade, uma vez que o desconhecido “*pode ter envolvimento com droga, por dentro ele pode te odiar, ele pode te abusar sexualmente, fazer um monte de coisa com você*”. Por fim, para Davi “*depende do que a pessoa fez, se ela fez um ato bom, você vai amar essa pessoa, mesmo se você não conhecer. Se ela fizer um ato ruim, você não vai querer conhecer essa pessoa e não vai amar ela*”.

A justificativa de Denilson é semelhante ao mencionado pelas crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014b), uma vez que 30,4% (n=18) das explicações delas salientaram ações ou características negativas do desconhecido como argumento para a impossibilidade de amor. Analisamos, portanto, que esse tipo de argumento tende a ser menos frequente com o aumento da idade.

Assim, como podemos afirmar uma ação ou característica negativa de uma pessoa sendo que não a conhecemos? Lembramos aqui a discussão feita entre Cortella e La Taille (2009) na qual ressaltam o medo que temos de quem não conhecemos. Ainda, lembra-nos das recomendações dos pais às crianças para não falarem com estranhos,

não aceitem nada de quem não se conhece, etc., tornando-se bastante usado pelas crianças, mas que pela capacidade de reflexão, para o adolescente a ação ou característica de um desconhecido pode afirmar até uma possibilidade de amor. Isso pode estar relacionado ao fato dessas explicações terem sido pouco citadas pelos participantes de 15 anos.

Vejam agora os argumentos citados exclusivamente pelos participantes que confirmaram a possibilidade de amar um desconhecido. Foi mencionado o *amor ao próximo*, como a fala de Davison, “*porque Deus pediu para a gente amar a todos, não só os próximos como os outros*”. Esta afirmação nos remete ao amor ágape, sendo este o amor universal, o amor que damos não aos amigos, mas aos inimigos e desconhecidos (Comte-Sponville, 1999, 2011).

Outra explicação foi devido ao *amor à primeira vista*, sendo proferido principalmente pelos participantes de 12 anos. Assim, de acordo com Damião é possível amar um desconhecido, pois é “*O famoso amor à primeira vista. Porque você fala ‘caraca! Aquela pessoa é especial’*”. Por sua vez, há justificativas acerca da *liberdade de escolha em amar*. Assim, “*cada sentimento é da pessoa. [...] o amor não tem limite*” (Monique). Então não há diferença entre amar amigo ou desconhecido, podemos escolher amar qualquer um.

Ainda, diante do acelerado progresso da tecnologia e com isso a rapidez na troca de informações, há possibilidade da *influência da tecnologia*, sendo mencionado pelo Daniela, “*hoje em dia é muito fácil. Você baixa qualquer aplicativo, no celular ou no computador, aí você vai ter uma série de pessoas lá que estão querendo namorar outra pessoa que também não conhecem*”. Sobre isso, Bauman (2004) defende que as “relações virtuais” parecem ser perfeitas considerando o cenário de liquidez das relações humanas, uma vez que pode-se entrar e sair de uma relação de forma rápida, diferente dos relacionamentos tradicionais.

De forma semelhante a possibilidade de amar o amigo, os adolescentes explanaram a *experiência própria* e a *experiência vivenciada por outros*. Estes também foram argumentos citados pelas crianças (n=5, 8,5%) para a possibilidade de amar um

desconhecido (Alves, Alencar & Ortega, 2014b). Com porcentagens bem próximas, não analisamos diferenças quanto à idade.

Por fim, em *outros* agrupamos o argumento que nega a possibilidade de amar um desconhecido por não existir amor à primeira vista, apenas atração. Além disso, unimos também a confirmação do amor pelo fato de poder se dar bem com qualquer pessoa, mesmo que a pessoa não goste de nós e por ser um amor platônico.

Por último investigamos **se na relação de inimizade seria possível a relação de amor**. Nossos dados indicam que 24 participantes (60%) confirmaram a possibilidade de amar; 14 entrevistados (35%) negaram e dois (5%) afirmaram que depende. Comparando com a situação de desconhecido, no qual metade confirmou a relação de amor, vemos que é mais difícil amar quem não se tem vínculo. Situação semelhante ao estudo feito com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014b), no qual foi menor a possibilidade de amar um desconhecido. Continuando a comparação dos estudos, 37,5% (n=15) das crianças afirmaram a possibilidade de amar um inimigo, sendo quatro de seis anos e onze de nove anos. Assim, constatamos um aumento de respostas acerca do amor aos inimigos com o aumento da idade. Vejamos as justificativas apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8. Justificativa sobre amar ou não um **inimigo**.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ausência de amor na inimizade	4	14,3	6	24,0	10	18,9
Presença de sentimento	4	14,3	5	20,0	9	17,0
Mudança do juízo acerca do inimigo	3	10,7	5	20,0	8	15,1
Característica ou ação negativa do inimigo	4	14,3	3	12,0	7	13,2
Possibilidade de amizade	2	7,1	3	12,0	5	9,4
Característica ou ação positiva do inimigo	3	10,7	1	4,0	4	7,5
Experiência vivenciada por outros	2	7,1	1	4,0	3	5,7
Experiência própria	3	10,7	0	0,0	3	5,7
Outros	3	10,7	1	4,0	4	7,5
TOTAL	28	100,0	25	100,0	53	100,0

Os adolescentes que negaram a possibilidade de amar um inimigo argumentaram principalmente pela *ausência de amor na inimizade* e pela *característica ou ação negativa do inimigo*.

A *ausência de amor na inimizade* foi mencionada exclusivamente pelos participantes que negaram o amor ao inimigo, sendo citada com maior frequência pelos de 15 anos. Segundo Matias “*you não gosta da pessoa, aí falo ‘you é meu inimigo e eu vou te amar’, acho que é meio contraditório!*”. Então para alguns, só o fato de ser inimigos já se supõe a impossibilidade de amar. Na pesquisa com crianças foi mencionada categoria semelhante a essa, na qual enfatizava o sentimento de não gostar do inimigo (n=5, 8,1%), sendo mais frequente nas crianças mais velhas (quatro das cinco menções) (Alves, Alencar & Ortega, 2014b). Com isso, podemos verificar que com o aumento da idade aumenta a relação entre a inimizade e a ausência de amor. Desse modo, é difícil a possibilidade de amor ágape, que segundo Comte-Sponville (1999, 2011) é o amor dado até mesmo ao inimigo.

Outros adolescentes fizeram alusão à *característica ou ação negativa do inimigo* para sustentarem a impossibilidade de amar (n=6) e para justificar que amar ou não depende de outros fatores (n=1). Vejamos alguns exemplos: na fala de Daniel, “*porque ele não vai estar te ajudando, entendeu? Ele sempre vai ser contra você*”. Esta foi também a explicação de Denise para afirmar que a possibilidade de amar depende se a pessoa fez uma ação muito negativa ou não, em suas palavras

se ela tiver falado muito mal, uma coisa horrível sobre você e espalhado para o colégio todo, eu acho que eu não conseguiria perdoar. Mas se ela manda um cala-a-boca para você, você vai ficar magoada, mas não vai ser do tipo ‘nunca mais quero ver você na minha vida’.

Ressaltamos que as características ou ações também foram mencionadas no caso do amigo e desconhecido. Além disso, destacamos que esta foi a categoria mais proferida pelas crianças (n=18, 25,7%) para negar a possibilidade de amar, especialmente pelas de seis anos (n=15) (Alves, Alencar & Ortega, 2014b). Assim, embora em nosso estudo com adolescentes não houve diferença relevante quanto a

idade, analisamos uma diminuição desses argumentos quando comparamos com o estudo com crianças.

Por sua vez, os participantes que confirmaram a possibilidade de amar um inimigo argumentaram pela *presença de sentimento, mudança de juízo acerca do inimigo, possibilidade de amizade, característica ou ação positiva do inimigo, experiência vivenciada por outros e experiência própria*. Analisemos estas justificativas.

Os adolescentes ressaltaram a possibilidade de amar pela *presença de sentimento* nessa relação, conforme defende Damião, “*you vê que aquela pessoa é especial, you gosta dela, sendo inimigo ou não sendo inimigo. You pode muito bem gostar*”. Incluímos nesta categoria também as afirmações da relação entre amor e ódio (n= 4). De acordo com Mateus “*às vezes as pessoas se odeiam tanto, mas, tipo... é um amor. É um amor que... incubado, assim. [...] Talvez o ódio seja uma forma de disfarçar o amor que eles sentem*”. No estudo com crianças também encontramos a possibilidade de amar (existir um sentimento) mesmo sendo inimigos (n=5, 8,1%), mencionada principalmente pelos escolares de nove anos (n=4) (Alves, Alencar & Ortega, 2014b). Se compararmos as explicações dos adolescentes com as das crianças, verificamos que estas justificativas se tornaram mais frequentes.

Outros acreditam na *mudança de juízo acerca do inimigo* para a possibilidade de amar, principalmente adolescentes de 15 anos. Assim, pode-se amar porque “*quando you crescer, you vê que aquela pessoa não é tão ruim quanto you imaginava, you começa a gostar daquela pessoa como se ela fosse sua amiga desde pequena. [...] You já brigou muito com ela, mas depois you cresceu e viu que ela era legal*” (Daniela). Notamos que aqui não há mudança da conduta do inimigo e sim do juízo que a pessoa tem dele. Diferente do que foi analisado no estudo com crianças, uma vez que 3,2% dos argumentos (n=2) apontaram para a mudança na característica do inimigo (Alves, Alencar & Ortega, 2014b).

Ainda foi mencionada a *possibilidade de amizade*, conforme diz Murilo: “*you podem ser inimigos e acabarem fazendo amizade, de algum jeito. Deixar de ser inimigo, you pode amar aquela pessoa. É uma coisa mais difícil de acontecer, mas, pode acontecer. You amar o seu inimigo*”. Este argumento também foi citado pelas

crianças (n=5, 8,1%), ressaltando a importância do vínculo (Alves, Alencar & Ortega, 2014b). Aqui se destaca a possibilidade do amor *philia*, e não o amor *ágape*, uma vez que este é o amor independente do vínculo (Comte-Sponville, 1999, 2011).

Os adolescentes, principalmente de 12 anos, se basearam ainda na *característica ou ação positiva do inimigo* para justificar a possibilidade de amar (n=3) e para afirmar que amar ou não, depende deste aspecto (n=1). Assim explica Djalma para argumentar que a possibilidade de amar depende “*se a pessoa não for tão ruim como ele acha. [...] Como eu disse no início: se ela tiver bondade, carinho*”. Estas explanações também foram proferidas pelas crianças (n=3, 4,8%) (Alves, Alencar & Ortega, 2014b).

Ainda, a *experiência vivenciada por outros* e a *experiência própria*, esta última citada apenas pelos adolescentes de 12 anos, também foram argumentos para a possibilidade de amar, semelhante ao já mencionado na situação de amizade e ausência de vínculo.

Por fim, em *outros* incluímos as seguintes explicações para a possibilidade de amar: devido ao fato de o inimigo não saber o que é o certo; ter o dever amar o inimigo; o fato de que tudo pode acontecer e dever de ter algo bom no coração.

A partir desses dados, verificamos a influência do vínculo, uma vez que a possibilidade de amar um amigo (97,5%) foi maior do que amar um inimigo (60%) e desconhecido (50%). Esta relação foi semelhante ao encontrado na pesquisa com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014b), sendo que as frequências quanto as possibilidades de amor a desconhecido e inimigo foram menores do que no presente estudo com adolescentes. A importância do vínculo também foi destacada nas justificativas dos participantes. Assim, os adolescentes que afirmaram não ser possível amar um desconhecido argumentaram principalmente pela ausência de vínculo. Em relação ao inimigo foi mencionado a presença de um vínculo para poder amá-lo e a impossibilidade de haver amor na relação de inimizade.

Vale destacar que nas três situações foram mencionadas explicações sobre a experiência própria e vivida por outro, ressaltando a importância da experiência na formulação de seus conceitos. E ainda, especialmente os adolescentes mais novos

exaltaram as características do outro como condição para amar. Esta explicação deixa de ser frequente no discurso dos participantes mais velhos.

Passemos agora para as discussões do Estudo 2 acerca da influência do amor na contraposição entre generosidade e justiça para consigo.

6.2 ESTUDO 2 – Amor: generosidade X justiça para consigo

Nesse estudo temos a proposta de analisar a presença do amor na relação entre generosidade e a justiça para consigo. Para isso, apresentamos uma história hipotética (conforme detalhado no capítulo Método) aos adolescentes e questionamos o que o personagem deveria fazer (ajudar ou não ajudar o outro). Ressaltamos que a ação generosa acarretaria um prejuízo escolar. Depois questionamos se havia a presença do amor, e por fim, se na certeza da presença ou ausência do amor, o que o personagem deveria fazer (ajudar ou não).

Vejamos os resultados e discussões realizadas.

6.2.1 Escolha entre generosidade ou justiça para consigo

A partir da história hipotética que contrapunha a generosidade ou a justiça para consigo, 25 adolescentes (62,5%, sendo 12 com 12 anos e 13 com 15 anos) consideraram que o personagem deveria fazer sua obrigação escolar e não ajudar o outro. Apenas 12 participantes (30%) optaram por ajudar, mesmo essa ação implicando em não fazer sua obrigação (trabalho de biologia). Destes, oito tinham 12 anos e quatro tinham 15 anos. Além disto, três (7,5%) entrevistados (todos com 15 anos) afirmaram que a ação depende de outros fatores que mencionaremos posteriormente. Assim os participantes tenderam a responder em não ajudar o outro para realizar suas obrigações, o que podemos relacionar a justiça para consigo.

Ressaltamos que os entrevistados demonstraram certa dificuldade em responder à questão, sendo que 22 adolescentes (55%) tentaram primeiro conciliar as ações de generosidade e justiça. Frente a isso, afirmávamos que essa escolha não era possível, cabendo a eles decidirem a ação.

Nossos resultados estão próximos aos verificados por Vale (2012). Em seu estudo, quando foi apresentada uma história hipotética na qual a ajuda ao outro pressupõe um

prejuízo escolar⁵, 85% dos participantes (60 alunos de 6, 9 e 12 anos) optaram por não ajudar e realizar o trabalho de sua responsabilidade, sendo que esta escolha prevaleceu em todas as idades pesquisadas. A autora analisou também que essa não foi uma escolha simples para os entrevistados. No entanto, em outra pesquisa que contrapunha a generosidade à possibilidade de satisfazer um interesse próprio, a maioria dos participantes (7, 10 e 13 anos) optou pela virtude (Vale & Alencar, 2008a).

Para compreendermos por que essa virtude não foi escolhida pela maioria dos adolescentes no presente estudo, vejamos as justificativas. Analisaremos, primeiramente, as explicações dadas por aqueles que decidiram **não ajudar o outro** (Tabela 9).

Tabela 9. Justificativas para a ação de **não ajudar**.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Consequência positiva da não generosidade	3	15,8	7	38,8	10	27,1
Prioridade pessoal	5	26,3	3	16,7	8	21,6
Consequência negativa da generosidade	6	31,6	0	0,0	6	16,2
Desvalorização do objeto da generosidade	2	10,5	2	11,1	4	10,8
Responsabilidade individual	0	0,0	3	16,7	3	8,1
Possibilidade de buscar outros auxílios	3	15,8	0	0,0	3	8,1
Outros	0	0,0	3	16,7	3	8,1
TOTAL	19	100,0	18	100,0	37	100,0

O argumento mais mencionado foi a *consequência positiva da não generosidade*. Nesse sentido deve-se não ajudar, para então ter uma consequência positiva. Assim entende Miriam: “*esse trabalho poderia ajudar [a Tais] no final do ano a passar*”. Segue a mesma proposta da *consequência negativa da generosidade*, a diferença é que nesta há ênfase na consequência negativa caso a pessoa opte por ajudar. Vejamos a fala

⁵ Conforme mencionamos no Capítulo “Método”, utilizamos como parte de nosso instrumento uma das histórias elaborada por Vale (2012).

de Denise: “*Se [a Tais] for ajudar, ela não vai conseguir tempo, recuperar o tempo para fazer o trabalho*”. Enquanto a primeira categoria foi mais mencionada pelos adolescentes de 15 anos, a segunda foi citada exclusivamente pelos de 12 anos.

Foi considerado, ainda, pelos entrevistados o valor do objeto da generosidade. Assim, a escolha em não ajudar foi com base na ideia de que o trabalho escolar seria mais importante que a prova, ou seja, na *desvalorização do objeto da generosidade*, nos remetendo a ideia da obrigação escolar. A prova ou o trabalho sendo mais importante está relacionado às consequências que podem ocorrer ao deixar de fazer um deles. Aqui a obrigação com os deveres escolares e possíveis sanções caso estas não sejam cumpridas motivam suas escolhas em ajudar ou não.

Nessas três categorias o foco da justificativa em não ajudar é a preocupação com os conteúdos escolares (fazer o trabalho, passar de ano etc.), ou seja, há necessidade do cumprimento da obrigação escolar. Então, podemos sugerir que pode haver a presença da figura da autoridade, seja pelos professores ou até os pais que cobram o bom desempenho de seus filhos. Isso nos remete a uma posição heterônoma, de respeito às regras. Categoria semelhante foi encontrada por Vale (2012), uma vez que 66,7% (n=34, sendo 13 de seis anos, 16 de nove anos e 5 de 12 anos) dos participantes que optaram por não ajudar justificaram pela consequência da decisão, sendo relacionada a possíveis prejuízos escolares se optassem pela ação generosa (frente à mesma história apresentada em nosso estudo). A autora, além de refletir acerca de uma possível posição heterônoma frente aos conteúdos escolares, relaciona esses argumentos a características do nível pré-convencional de Kohlberg (1992), como a obediência à autoridade, para evitar uma punição e a relação ao hedonismo, com base em interesses próprios.

Ainda, outros entrevistados defenderam que a *prioridade pessoal*, nas palavras de Maitê: “*É porque aconteceu tanta coisa comigo que, antigamente, eu deixava de fazer muitas coisas para mim e fazia para os outros entendeu? E, agora eu percebi que eu tenho que priorizar a mim primeiro. Entendeu? Depois ajudar as pessoas*”. Estes argumentos estão próximos aos sobre *responsabilidade individual*, mencionados apenas por adolescentes de 15 anos, como afirma Marly: “*Porque se ela, a Rafaela pediu ajuda, é porque ela não estudou. Tipo, se ela tivesse feito a parte dela, prestado*

atenção nas aulas ela não iria ter dúvida”. Nessas respostas não parece estar em jogo uma coação em fazer ou não suas atividades escolares, mas sim o que seria justo ou não. Segundo La Taille (2006a), o autointeresse, ao lado do interesse pelo outro, está sempre presente na justiça. Então ao argumentarem sobre suas prioridades e sobre suas responsabilidades, podem estar envolvidas noções de justiça.

Alguns participantes negaram a ajuda ao outro pela *possibilidade de buscar outros auxílios*, assim a pessoa poderia recorrer a outros meios para ter a ajuda na prova, como pedir a outra pessoa, estudar pelo livro ou ter pedido ajuda ao professor. Esta categoria foi citada apenas pelos adolescentes de 12 anos. Esses dados estão de acordo com Vale (2012) no qual seus participantes também fizeram menção a categoria semelhante a essa (n=14, 27,4%), especialmente as crianças de seis anos (n=4) e nove anos (n=7), sendo mensurada com menor frequência pelos de 12 anos (n=3), ressaltando que este outro auxílio seria principalmente buscar ajuda de pais ou professores, indicando a importância da figura adulta. Em nosso estudo com adolescentes, além de esta explicação estar presente apenas nos mais jovens, remete à ajuda de figuras de autoridade, como também a busca por auxílio de outro colega ou estudar por um livro.

Por fim, em *outros* agrupamos justificativas que foram pouco mencionadas. O fato de a pessoa não precisar tanto (n=1), talvez não ser amiga (n=1) e porque na escola temos que aprender e não ensinar (n=1) foram argumentos para não ajudar.

Veamos agora os argumentos dos participantes para **ajudar o outro** (Tabela 10)

Tabela 10. Justificativas para a ação de **ajudar**.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Consequência positiva da generosidade	7	46,7	1	16,7	8	38,0
Prioridade de ajuda ao próximo	4	26,6	0	0,0	4	19,1
Condição de necessidade do outro	2	13,3	2	33,3	4	19,1
Valorização do objeto da generosidade	1	6,7	2	33,3	3	14,3
Outros	1	6,7	1	16,7	2	9,5
TOTAL	15	100,0	6	100,0	21	100,0

A *consequência positiva da generosidade* foi mencionada principalmente por adolescentes de 12 anos. Esta pode ser tanto uma consequência mútua, “*isso iria ser bom para ele e para o Rafael*” (Davi), quanto referente a reciprocidade, como explana Daniel: “*Eu ajudaria. Porque eu posso estar precisando e a pessoa lembrar ‘ele me ajudou, deixou de fazer o dever, o trabalho dele, para me ajudar’*”. Além disso, somente os adolescentes de 12 anos argumentaram em favor da *prioridade de ajuda ao próximo*. Assim, Davison diz: “*Porque só ficar pensando em você é uma coisa muito errada. Eu não gosto muito das pessoas que só pensam nelas, para mim tem que pensar em todo mundo como se o mundo fosse só um*”. Estes argumentos estão ressaltando um aspecto da generosidade que segundo La Taille (2006a) é o altruísmo: o beneficiário da ação é outrem e não a própria pessoa que realiza a ação generosa. No entanto, destaca Godbout (1999), que na prática da dádiva, mesmo quando não se espera, há um retorno dessa ação. Isso é apontado por alguns participantes quando afirmam o ganho recíproco da ação generosa.

Outra explicação para ajudar foi a *condição de necessidade do outro*, assim, de acordo com Davison deve-se ajudar “*porque ele precisa de ajuda*”. Esta também foi a justificativa dada para a escolha da ação generosa em diversos outros estudos (Vale, 2006, 2012; Vale & Alencar, 2008a, 2008b, 2009), demonstrando então a relevância da condição do outro na escolha da ação. Além disso, ressaltava La Taille (2006a) que a generosidade é dar ao outro o que lhe falta, o que corresponde a uma necessidade.

Foi analisada a *valorização do objeto da generosidade*. Como mencionamos anteriormente, algumas justificativas para o não ajudar foram com base no valor dado ao objeto foco da ação generosa. Esta lógica também foi aplicada como argumento para ajudar. Aqui foi considerado que a prova seria mais importante que o trabalho, ou seja, deve-se ajudar, pois o objeto da ação generosa tem mais valor. Conforme discutimos, isto remete à obrigação com os deveres escolares e possíveis sanções caso estas não sejam cumpridas que motivam suas escolhas em ajudar ou não.

Além disso, em *outros* agrupamos justificativas sobre a possibilidade de ajudar uma vez que a pessoa conseguiria repor a nota depois da ajuda (n=1) e a preferência quanto à matéria estudada (n=1), explicando a ação generosa.

Assim, analisamos os argumentos dos que escolheram a ação de ajudar como também os que decidiram por não ajudar. Falta-nos mencionar as justificativas de adolescentes que haviam afirmado que ajudar ou não dependia de outros fatores. Dois adolescentes justificaram a relação com o vínculo, assim a ajuda dependeria se a pessoa era um amigo ou não. A influência do vínculo na possibilidade de generosidade também foi analisada na pesquisa feita por Vale e Alencar (2009) com crianças e adolescentes, que verificou que a escolha pela virtude teve influência do vínculo existente (amigo, inimigo ou desconhecido). Além disso, Lima (2000) também afirma a relação entre a amizade e o desenvolvimento dessa virtude.

O outro adolescente argumentou com base na possível necessidade de pontuação para passar de ano (n=1), que se estivesse precisando de nota para ser aprovado, ele não ajudaria, mas caso não necessitasse, ele ajudaria.

Portanto, a partir dos resultados apresentados, vimos que mais da metade dos adolescentes (62,5%) optou por não ajudar o outro e fazer sua obrigação escolar. Os principais argumentos foram com base na consequência positiva da não generosidade, na consequência negativa da generosidade e na desvalorização do objeto da generosidade. Estas explicações remetem à preocupação com os conteúdos escolares e, com isso, necessidade do cumprimento da obrigação escolar. No entanto, outras justificativas podem estar relacionadas a noções de justiça, como as que ressaltam a prioridade pessoal e a responsabilidade individual. Por sua vez, os entrevistados que optaram pela ajuda ao outro, especialmente os adolescentes de 12 anos, argumentaram principalmente pela consequência positiva da generosidade e prioridade de ajuda ao próximo, ressaltando o altruísmo da ação, além da condição de necessidade do outro, justificativas relacionadas à generosidade. Agora, será que os entrevistados consideram a presença do amor nessa ação escolhida? Discutiremos a seguir.

6.2.2 Presença do amor na generosidade ou na justiça para consigo

Posteriormente, investigamos **se o participante considera a presença do amor na ação escolhida**. Encontramos que 26 adolescentes (65%) consideraram a presença

do amor, sendo 16 de 12 anos e 10 de 15 anos. Ainda, oito (20%) afirmaram que não havia amor e outros seis (15%) participantes disseram não ser possível afirmar, sendo apenas um adolescente de 12 anos. Assim, com o aumento da idade há tendência de desassociar o amor das possíveis ações generosas e justas.

Para verificarmos se o amor estaria presente na ação de ajudar ou na ação de não ajudar, fizemos a análise das respostas entre as duas questões (“o que você acha que Tiago deveria fazer?” e “Você acha que Tiago amava ou não amava Rafael?”). Vejamos a Figura 4.

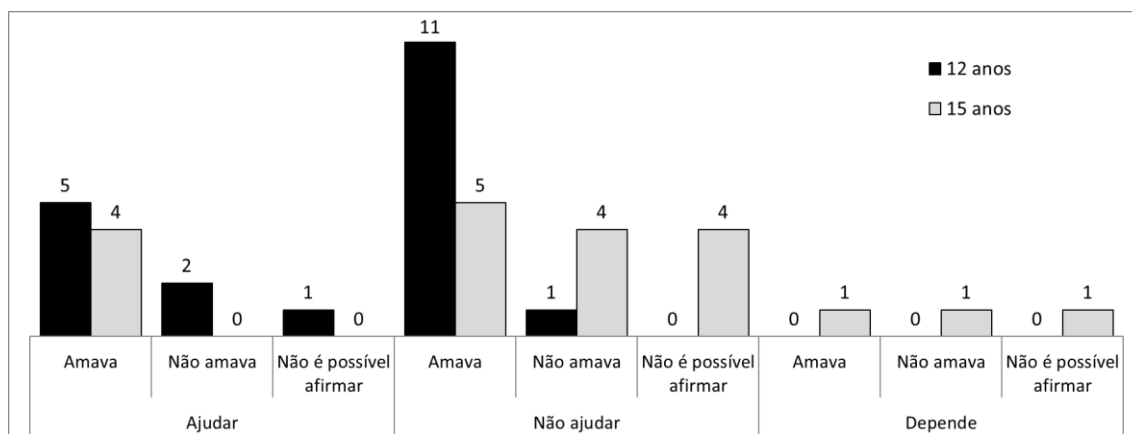


Figura 4. Comparação entre as respostas sobre a ação escolhida e a presença ou não do amor em função da idade (dados apresentados em número de respostas).

A partir da análise dos dados verificamos que o amor está presente tanto na ação de ajudar, quanto na decisão de não ajudar. Podemos notar que todos os participantes de 15 anos que optaram pela ação de ajudar e a maioria dos de 12 anos que também fizeram essa escolha afirmaram que havia amor na relação entre os personagens. Isso pode representar a relação entre as virtudes generosidade e amor.

Em relação aos adolescentes que optaram por não ajudar, a maioria destacou a presença do amor. No entanto, nos chama a atenção a diferença do número de respostas dos entrevistados de 12 anos (n=1) e 15 anos (n=4) que fizeram a relação entre o fato de

não ajudar e não amar. O que nos faz supor que a relação entre a ausência de amor e a ausência da generosidade seja mais frequente com o aumento da idade.

Para compreendermos o porquê da presença ou não do amor na ação escolhida, analisemos as justificativas. Começaremos pelos participantes que **optaram por ajudar o outro** (n=12), lembrando que cada entrevistado pode dar mais de um argumento.

Verificamos que os adolescentes que afirmaram a presença do amor justificaram exatamente pela *relação entre generosidade e amor* (n=9, 75,1%). Portanto, a escolha em amar foi baseada na ação generosa. Assim, ele ama porque ajudou: “*Bom, porque para chegar a um ponto de ajudar uma pessoa assim, para você talvez não conseguir repor, eu acho que ele realmente amava*” (Davison). Esta também foi a explicação proferida por Daniel (n=1, 8,3%), que declarou não ser possível afirmar se havia amor na relação ou não, mas que considera a relação entre as virtudes. Para estes participantes, portanto, a presença do amor dependeria da presença da generosidade, não considerando, como faz Comte-Sponville (1999), que a generosidade pode ocorrer quando nos falta amor.

Por sua vez, dois participantes de 12 anos que consideraram que o personagem deveria ajudar, mas que não havia amor na relação. Um deles argumentou pela *independência entre generosidade e amor* (n=1, 8,3%), sendo que a opção por amar não dependeria da ação, conforme declara Darlene: “*porque nem sempre quando você não ajuda as pessoas quer dizer que você não ama*”. Outro adolescente (Denilson) justificou pela *ausência de dados para afirmar se amava ou não* (n=1, 8,3%), afirmando que “[*a história*] não deu uma característica principal e [*isso*] é essencial para falar que ele ama”. Isso demonstra uma dissociação das virtudes, assim, não é pelo fato que ele ajudou que haveria o amor presente. De forma semelhante afirma Comte-Sponville (1999), com a concepção de que ser generoso é dar sem amar, não sendo necessária a presença do amor na ação generosa.

Analisemos agora as justificativas mencionadas pelos participantes que optaram pela **ausência de ajuda** (Tabela 11).

Tabela 11. Justificativas sobre a possibilidade ou não de amar, mencionadas pelos adolescentes que optaram por **não ajudar**.

	Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Amar	Independência entre generosidade e amor	7	50,0	4	26,6	11	37,9
	Amizade	1	7,1	1	6,7	2	6,9
	Amor ao próximo	2	14,2	0	0,0	2	6,9
	Relação entre generosidade e amor	3	21,4	0	0,0	3	10,3
Não amar	Relação entre generosidade e amor	0	0,0	3	20,0	3	10,3
	Ausência de dados para afirmar se amava ou não	0	0,0	1	6,7	1	3,5
	Ausência de vínculo	0	0,0	1	6,7	1	3,5
	Não sei responder	1	7,1	0	0,0	1	3,5
Não é possível afirmar	Independência entre generosidade e amor	0	0,0	3	20,0	3	10,3
	Ausência de dados para afirmar se amava ou não	0	0,0	2	13,3	2	6,9
TOTAL		14	100,0	15	100,0	29	100,0

A *independência entre generosidade e amor* foi o principal argumento para o fato de amar. Assim afirma Darlene: “*nem sempre quando você não ajuda as pessoas quer dizer que você não ama*”, ou seja, pode-se amar mesmo não tendo ajudado. Ressaltamos que esta explicação foi mais citada pelos adolescentes de 12 anos. Os adolescentes de 15 anos justificam desta forma tanto a possibilidade de amar quanto a impossibilidade de afirmar se havia amor ou não, uma vez que “*essa situação de ajudar em um trabalho, não define amor. Não define se ama ou não ama*” (Manuela).

Ainda foi mencionado uma possível *amizade* como justificativa para a presença do amor. Explicamos que a história não trazia a informação e mesmo argumentando isso com os participantes, eles permaneceram com a justificativa, elencando elementos na história para embasar seus pensamentos. Podemos analisar isto na fala de Damião: “*porque pelo simples fato do Rafael ir à casa dele e pedir ajuda, pedir para ele ajudar, então certamente eles eram amigos*”. Vemos, portanto, a importância da presença do vínculo na possibilidade de amor. Já constatamos essa relação em outros estudos

(Alves, Alencar & Ortega, 2012, 2013, 2014a, 2014b; Costa & Fernandes, 2012; Souza & Ramires, 2006).

Não obstante, dois argumentos mencionados apenas por adolescentes de 12 anos corresponderam ao *amor ao próximo*, assim “*temos que nos amar, uns aos outros*” (Dalva). Podemos relacionar ao amor *ágape*, como afirma Comte-Sponville (1999, 2011), é amar a todos independente de vínculo ou de quaisquer características.

Outros argumentos defenderam a presença do amor, embora não ter havido ajuda, pelo fato de o personagem ter tentado ser generoso. Afirma Daniela, “*porque mesmo sabendo que ela iria ter o trabalho, ela ouviu a amiga [...] Se ela não gostasse, ela iria dizer, ‘não, eu tenho um trabalho de biologia para fazer. Depois você volta’. Mas ela escutou a amiga dela falar o que tinha*”. Essas justificativas, citadas apenas por adolescentes de 12 anos, apontaram para uma *relação entre generosidade e amor*. Não obstante, esta também foi a explicação dada pelos entrevistados de 15 anos que afirmaram que não havia amor, uma vez que não houve ajuda.

Foi mencionado ainda, apenas por um adolescente de 15 anos, a falta de amor devido à *ausência de vínculo*, ressaltando novamente a importância do vínculo. Destacamos que não havíamos mencionado nem a presença nem a ausência de qualquer relação entre os personagens. Considerou-se, ainda, não amar pela *ausência de dados para afirmar ou não*. Mesmo argumento mencionado pelos que defenderam não ser possível afirmar se ama ou não. Além disso, o único adolescente de 12 anos que respondeu não amar e não ter ajudado, afirmou que não sabia responder, não conseguindo assim mencionar a justificativa.

Para finalizar, três adolescentes de 15 anos haviam afirmado que a escolha entre ajudar ou não dependia de outros fatores. Na escolha a respeito da presença ou não do amor, cada um apresentou uma resposta: Murilo declarou a presença do amor pela *relação entre generosidade e amor* e pela *amizade*; Mauro afirmou a ausência do amor devido à *ausência de vínculo* e a *ausência de dados para afirmar se amava*. Este foi o argumento de Miguel para defender que não seria possível afirmar se amava ou não.

Com isso, verificamos que mais da metade (65%) dos participantes considerou a presença do amor na ação escolhida, principalmente os de 12 anos. Os adolescentes que declararam não ser possível afirmar se havia ou não amor, a maioria tinha 15 anos e argumentaram especialmente pela independência entre as virtudes. Isto sugere a presença da relação entre a generosidade e o amor, tendendo a ser menos frequente com o aumento da idade. Embora a maioria dos adolescentes que optaram por ajudar afirmaram existir o amor na relação, argumentando pela relação entre generosidade e amor, os que escolheram não ajudar o outro afirmaram a presença do amor, argumentando especialmente pela interdependência entre as virtudes.

A partir desta possível relação entre amor e generosidade, nos indagamos: se fosse afirmado que havia uma relação amorosa, os adolescentes optariam pela ação generosa? E se não houvesse a presença do amor, qual seria a escolha? Vejamos agora essas respostas e as discussões pertinentes.

6.2.3 Escolha entre generosidade ou justiça para consigo para presença e ausência do amor

Anteriormente analisamos que diante da situação hipotética que contrapunha a generosidade à justiça para consigo, a maioria dos adolescentes (n=25, 62,5%) afirmou que o personagem não deveria ajudar o outro; 12 participantes (30%) optaram por ajudar, mesmo esta ação implicando em não fazer sua obrigação escolar (oito com 12 anos e quatro com 15 anos), e três entrevistados de 15 anos (7,5%) afirmaram que depende de outros fatores.

Quando questionamos se haveria amor na relação entre os personagens, 65% (n=26) dos entrevistados confirmaram a presença da virtude, principalmente os de 12 anos. Ainda, 20% (n=8) declararam a ausência de amor, e 15% (n=6, sendo a maioria de 15 anos) declararam não ser possível afirmar.

No entanto, ainda nos questionamos se os entrevistados já soubessem se há ou não a presença do amor, que ação acreditariam que deveria ser feita (ajudar ou não)? Para

isto, perguntamos para os adolescentes que afirmaram a presença do amor (n=26) e os que disseram não ser possível afirmar (n=6), total de 32 participantes, caso o personagem **não amasse o outro, como ele agiria.**

A maioria dos entrevistados (n= 30, 93,8%) afirmou que, na ausência do amor, também não haveria a ação de ajudar. Apenas um adolescente (3,1%), de 12 anos, defendeu que ajudaria, e um (3,1%), de 15 anos, falou que depende de características pessoais. Vimos no início desse Estudo que quando perguntamos o que o personagem deveria fazer, mas não mencionamos a presença de alguma virtude, 30% (n=12) dos participantes escolhem ajudar. No entanto, agora que afirmamos que não havia a presença do amor, apenas um participante (3,1%) optou pela generosidade. Verificamos, portanto, que na ausência do amor, houve escolha pela ausência da ação generosa. Mas quando os participantes optam pela ausência da generosidade na falta do amor, será que o foco é a possibilidade de justiça ou a relação entre amor e generosidade?

Analisemos as justificativas para responder a essa questão (Tabela 12).

Tabela 12. Justificativas para a ação de ajudar ou não, na ausência do amor.

	Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não ajudaria	Relação entre generosidade e amor	9	42,8	8	40,0	17	41,5
	Prioridade pessoal	8	38,1	6	30,0	14	34,2
	Vínculo	2	9,5	0	0,0	2	4,9
	Outros	1	4,8	5	25,0	6	14,6
Ajudaria	Consequência positiva da generosidade	1	4,8	0	0,0	1	2,4
Depende	Característica pessoal	0	0,0	1	5,0	1	2,4
TOTAL		21	100,0	20	100,0	41	100,0

Os argumentos para o não ajudar, na ausência do amor, foram principalmente a *relação entre generosidade e amor*. Assim declara Matias: “Porque ele não ama ele,

não é? Aí você fazer alguma coisa para a pessoa que você não ama, eu acho meio difícil". Então, não há menção a possibilidade de justiça em foco, e sim a confirmação da relação das duas outras virtudes.

No entanto, outra justificativa foi a *prioridade pessoal*. Aqui a presença ou não do amor parece não influenciar na resposta, e sim a questão de priorizar aspectos pessoais, como exemplo a alegação de Diana: *"Eu acho que ela não ajudaria porque ela tem que fazer o trabalho de biologia dela e ela tem que ganhar ponto [...] Eu acho que ela tinha que continuar fazendo o trabalho dela e não ajudar"*. Então, o que está sendo analisado não é a presença ou não do amor ao outro, mas sim a possibilidade de ser justo consigo mesmo.

Por sua vez, na categoria *vínculo* incluímos argumentos que apontavam o não ajudar pela ausência de vínculo e a presença da inimizade. Desta forma afirma Damião: *"porque seria uma pessoa que ele tem inimizade, então ele não ajudaria"*. Embora não tenhamos mencionado haver ou não o vínculo, alguns participantes consideraram a ausência de amor como ausência de vínculo ou até a presença de inimizade.

Em *outros* agrupamos os seguintes argumentos: experiência vivida por outro, por implicância, pela responsabilidade, por mágoa, independência entre ação e amor, ação negativa que a pessoa praticou.

Destacamos que o participante de 12 anos que afirmou que ajudaria, mesmo na ausência do amor, ressaltou a *consequência positiva da generosidade*. Além disso, outro adolescente, de 15 anos, ao definir a ação a ser feita, declarou que depende das características pessoais.

Por fim, e se os participantes já soubessem que havia amor entre os personagens, o que eles considerariam que deveria ser feito (ajudar ou não ajudar o outro)? Fizemos essa indagação aos participantes que haviam afirmado a ausência do amor (n= 8) e para os que disseram não ser possível afirmar (n=6), total de 14 participantes, caso o personagem **amasse o outro, como ele agiria**.

A maioria dos entrevistados (n= 9, 64,3%) falou que na presença do amor ele ajudaria, e os demais 35,7% (n=5) alegaram que não ajudariam. Retomando alguns dados, quando perguntamos o que o personagem deveria fazer, mas não mencionamos a presença de alguma virtude, 62,5% (n=25) dos participantes escolheram não ajudar. Aqui, no entanto, quando afirmamos a presença do amor, grande parte opta pela generosidade em contraposição à justiça. Analisamos, portanto, a relação entre a presença do amor e a ação generosa. Vejamos se as justificativas confirmam nossas considerações e começemos com as explicações sobre a ação de ajudar, na situação de amor.

O principal argumento para ajudar foi a *relação entre generosidade e amor* (n= 6, 35,3%), conforme cita Marcela “*porque quem ama vai ajudar, vai cuidar, vai deixar de fazer as suas coisas para ajudar a pessoa*”. Verificamos para estes participantes a influência do amor na relação com a generosidade, sendo mencionado principalmente pelos adolescentes de 15 anos (n=4). Dessa forma, ressalta Comte-Sponville (1999): o amor é generoso.

Os demais que defenderam a generosidade justificaram pela *condição de necessidade do outro* (n= 2, 11,8%) e *consequência positiva da generosidade* (n= 2, 11,8%), sendo esta última citada apenas por participantes de 15 anos. Nelas a presença ou não do amor parece não influenciar. Vejamos um exemplo da segunda categoria: “*porque ele ajudando seria bom para ele também*” (Matias).

Por sua vez, os adolescentes, que escolheram a ação de não ajudar, na situação de amor, argumentaram principalmente pela *prioridade pessoal* (n= 4, 23,5%), mencionado apenas por participantes de 15 anos. Na fala de Moisés, “*ele também precisava fazer um trabalho [...] tem que ter um bem para você e para o outro também. Mas você precisa se preocupar mais com você*”. Estes argumentos apontam para a justiça para consigo.

Em *outros* (n= 3, 17,6%) agrupamos os argumentos sobre o fato de não ajudar (n=2) pois o mundo de hoje é uma competição e a pessoa tem que compreender que não é tudo a seu favor; e também a explicação sobre a escolha de ajudar (n=1) pela ausência de necessidade do próprio personagem.

Assim, quando foi confirmada a presença do amor, a maioria dos adolescentes confirmou a ajuda, principalmente pela relação entre generosidade e amor. No entanto, quando há a certeza da ausência do amor, a generosidade não se faz presente, sendo justificada pela prioridade pessoal ou pela relação entre as duas virtudes. Podemos afirmar que nossos participantes não consideram a possibilidade de generosidade a quem não amamos? Comte-Sponville (1999) afirma que a generosidade é a possibilidade de dar a quem não amamos, uma vez que dar a quem se ama é a virtude do amor e não uma ação generosa. Sendo assim, por que nossos participantes teriam escolhido a ausência de generosidade na ausência do amor? Esta indagação nos remete a outra: o que nossos entrevistados consideraram por ausência de amor? Estariam remetendo ao ódio ou a inimizade? Em estudo sobre a influência do vínculo na possibilidade de generosidade, Vale e Alencar (2009) analisaram que na situação de inimizade, a maioria dos seus participantes (escolares de 7, 10 e 13 anos) decidiram pela ausência de generosidade.

Nesse sentido, é possível que nossos entrevistados tenham optado pela ausência da ação generosa sugerindo a presença do sentimento de ódio, no entanto, é necessário que outras pesquisas analisem o que os adolescentes consideram pela ausência de amor. O que podemos afirmar nessa pesquisa é a presença da relação entre as virtudes.

Continuemos a verificar, no próximo Estudo, a relação entre o amor e a generosidade, analisando a influência da presença do vínculo (amigo e inimigo) ou sua ausência (desconhecido).

6.3 ESTUDO 3 – Amor: generosidade e vínculos

Buscamos analisar a influência da presença e qualidade do vínculo na opção pela ação generosa e no reconhecimento da presença ou não do amor. Para isso, utilizamos uma história que permitia a possibilidade de ação generosa para com o amigo. Depois analisamos as situações de ausência de vínculo (desconhecido) e de vínculo de inimizade.

Discutiremos se a ação escolhida corresponde à generosidade. Posteriormente, se o participante considera a presença do amor, e por fim, se na presença ou ausência do amor haveria a escolha pela generosidade.

6.3.1 Possibilidade de ação generosa

Amizade

Primeiramente, analisamos frente a uma situação na qual havia um amigo apresentando dificuldades, o que deveria ser feito. Nossos participantes concordaram que deveria ajudar o amigo (n=40; 100%). Este resultado está de acordo com o estudo de Vale e Alencar (2009), no qual todos os participantes também optaram pela manifestação da generosidade para com o amigo. Ainda, Lima (2000) também afirma que a amizade está relacionada ao conceito de generosidade.

Analisemos as justificativas para a ação de ajudar o amigo (Tabela 13).

Tabela 13. Justificativas para a ação de **ajudar o amigo**.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Condição de necessidade do outro	9	29,0	13	33,3	22	31,4
Amizade	10	32,3	11	28,2	21	30,0
Ausência de motivo para não ajudar	4	12,9	7	18,0	11	15,7
Dever de ajudar	5	16,1	4	10,3	9	12,9
Boa ação	2	6,5	2	5,1	4	5,7
Outros	1	3,2	2	5,1	3	4,3
TOTAL	31	100,0	39	100,0	70	100,0

O argumento mencionado com maior frequência foi considerar a *condição de necessidade do outro*, sendo mais citado pelos participantes de 15 anos. Foi ressaltada a dificuldade apresentada pela personagem da história em carregar o material, explicando, inclusive, que a ajuda seria necessária independente do vínculo, como afirma Mateus: “*Independentemente de serem amigos, se alguém está com dificuldade, é preciso ajudá-lo*”. Esta também foi a justificativa dada em nosso estudo na escolha da generosidade frente a um prejuízo escolar (Estudo 2). Além disso, categoria semelhante a essa foi proferida por 73,3% (n=22) das crianças e adolescentes (com idades de 7, 10 e 13 anos) no estudo de Vale e Alencar (2009), frente a situação na qual um amigo precisava de ajuda, assim como na escolha da generosidade em contraposição à satisfação do próprio interesse, sendo proferido por 70% (n=21) dos participantes (Vale & Alencar, 2008a). Embora nesses estudos não tenha sido encontrada uma gênese, essa justificativa foi mais citada pelos entrevistados de 7 e 13 anos. Considerando nossos participantes que tem 12 e 15 anos, analisamos que essa consideração tende a ser mais frequente com o aumento da idade. Vejamos que está de acordo com uma das características da generosidade que é dar ao outro o que lhe é necessário e não o que lhe é de direito (La Taille, 2006a).

Em seguida, foi mencionada a condição de *amizade* na escolha pela ação generosa. Assim declara Deise: “*Porque amigo serve para ajudar, dar apoio, estar ao lado*”. Neste caso, a ação da personagem estaria baseada no vínculo e não na situação em questão. Comparando os dados com o estudo de Vale e Alencar (2009), na situação em que o participante havia escolhido ser generoso mesmo isso acarretando um prejuízo, observamos que seus entrevistados também salientaram que o comportamento de ajudar faz parte da amizade. A relevância do vínculo também foi relatada quanto a possibilidade de ser generoso para com o amigo (Vale & Alencar, 2008a). A partir disso, nos questionamos: seria possível então a generosidade para com o desconhecido e o inimigo? Discutiremos isto posteriormente.

Outro argumento foi a *ausência de motivo para não ajudar*, sendo citado com maior frequência pelos participantes de 15 anos. Assim, a ação de ajudar ocorreria uma vez que não se teria algum prejuízo com essa ação. Márcio afirma: “*Porque não custa nada. Tipo, não vai prejudicar o André de nenhuma forma*”. Esta justificativa vai de

encontro à definição de generosidade, na qual, segundo La Taille (2006a), há um sacrifício, ou seja, um ‘dom de si’. Dessa forma, o indivíduo doa-se para ajudar outrem.

Ainda, alguns participantes afirmaram que há um *dever de ajudar*, assim sempre devemos ajudar os outros, por educação, por compaixão ou por ser a coisa certa a fazer. Para Dominique, devemos ajudar ao outro “*Porque se uma pessoa não tem condição para fazer aquilo e você tem, você tem que ajudar. Nem por ser amizade ou inimizade*”. Neste mesmo sentido, La Taille (2006a) afirma que o sentimento pessoal do dever moral não é uma exigência exterior, pois seria um ‘querer bem’ ou ‘vontade boa’. Dessa forma, mesmo que a generosidade não seja exigida socialmente, para algumas pessoas ela pode se caracterizar como um dever moral. Assim, nossos entrevistados podem sentir-se no dever de ajudar um amigo não por uma obrigação social, mas por tal ação caracterizar-se como um sentimento pessoal de dever moral.

Por sua vez, foi mencionada a *boa ação*, compreendendo argumentações de que ajudar seria uma boa ação, bondade e/ou gentileza com o outro. Segundo Marcos, deve-se ajudar: “*É interessante que você seja educado, que você seja gentil com as pessoas, generoso, não é?*”. Neste caso, é possível que esta justificativa não tenha como foco o vínculo, visto que a ação não se restringe ao amigo, ou seja, pode incluir qualquer pessoa pela qual se possa realizar uma gentileza ou boa ação.

Em *outros* agrupamos argumentos como necessidade de pensar no outro como se fosse si mesmo, o desejo de ser ajudado caso estivesse na mesma situação e que o material escolar é algo importante.

Desconhecido

Vimos que na situação de amizade, todos os participantes optaram pela ação de ajudar. E se entre os personagens não houvesse vínculo? Será que as respostas seriam diferentes? Para esta análise perguntamos aos adolescentes se na mesma situação hipotética em que uma pessoa precisa de ajuda, o que deveria ser feito, caso fosse uma pessoa desconhecida.

Todos os participantes afirmaram que deveriam ajudar (n= 40, 100%). Destacamos que seis adolescentes (15%) mencionaram que primeiro perguntariam se a pessoa precisava de ajuda, ou, como afirma Daniel “*Ir lá e se apresentar e perguntar assim “você quer ajuda? Se você quiser eu posso te ajudar”*”. Nossos dados corroboram com os de Vale e Alencar (2009), uma vez que neste estudo a maioria dos entrevistados (73,3%) também optou pela generosidade para com o desconhecido. Apresentaremos agora as justificativas para tal questão (Tabela 14).

Tabela 14. Justificativas para a ação de **ajudar o desconhecido**.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Condição de necessidade do outro	10	32,2	11	37,9	21	35,0
Dever de ajudar	7	22,6	1	3,5	8	13,3
Benefício próprio	3	9,7	4	13,8	7	11,7
Ausência de motivo para não ajudar	1	3,2	5	17,2	6	10,0
Boa ação	2	6,5	2	6,9	4	6,7
Possibilidade de amizade	2	6,5	1	3,5	3	5,0
Educação	1	3,2	2	6,9	3	5,0
Outros	5	16,1	3	10,3	8	13,3
TOTAL	31	100,0	29	100,0	60	100,0

O principal argumento foi a *condição de necessidade do outro*, que também foi a justificativa mais proferida acerca da ação de ajudar na situação de amizade. Esta explicação foi mencionada na situação de ausência de vínculo no estudo de Vale e Alencar (2009), demonstrando novamente a relevância da situação de necessidade que a pessoa se encontra justificando a ação generosa.

Outras categorias também foram mencionadas tanto na situação de amizade, quanto agora na ausência de vínculo, como o *dever de ajudar* e *ausência de motivo para não ajudar* em ambas as situações (amigo e desconhecido), salientando uma obrigatoriedade e a ausência de prejuízo, respectivamente. Ressaltamos que a primeira foi mais mencionada por adolescentes de 12 anos, enquanto que a segunda foi pelos de 15 anos. Isto sugere que a escolha em ajudar deixa de ser um dever moral (uma obrigação) passando para decidir ajudar devido à ausência de prejuízo.

Além disso, há a justificativa pela *possibilidade de amizade* a partir da ajuda. Ressaltamos que na situação de amizade o argumento apresentado foi o próprio vínculo, aqui, como são desconhecidos, aparece então a possibilidade de se estabelecer vínculo como argumento para ajudar. Na pesquisa de Vale e Alencar (2009), também houve menção à amizade e, da mesma forma como em nosso estudo, tal vínculo poderia se efetivar como consequência da ação generosa. As autoras discutem que, com esta justificativa, o ato de ajudar não seria generoso, visto que aqui sua finalidade não seria favorecer quem é por ele contemplado, mas satisfazer um interesse de quem pratica a ação: fazer uma nova amizade.

Em outra categoria há menção de um possível *benefício próprio*, no argumento de que ao ajudar o outro, a pessoa também pode ser ajudada em outra ocasião. É possível indagar se podemos, neste caso, falar em generosidade, uma vez que, segundo La Taille (2006a), é generoso o ato que se caracteriza como altruísta, ou seja, é outrem o beneficiário da ação. Dessa forma, ações que visam o benefício próprio, como as relatadas por nossos entrevistados, poderiam não se caracterizar como ações generosas.

Para alguns entrevistados, deveria haver a ação de ajudar o outro pela *boa ação*, compreendendo argumentos de que ajudar seria uma boa ação, bondade e/ou gentileza com o outro. E também por ser uma questão de *educação*: pessoas educadas ajudam outras.

Por fim, em *outros*, reunimos argumentos como para obter gratidão (n=2), preocupação (n=2), compaixão pelo outro (n=1), ser gentil para mostrar que é virtuoso (n=1), não ser necessário conhecer o outro para ajudá-lo (n=1) ou que tem pessoas que poderiam preferir que a pessoa não o ajudasse (n=1).

Inimigo

Por fim, questionamos aos adolescentes se na mesma situação em que a pessoa estava precisando de ajuda, que deveria ser feito, no caso de ser um inimigo.

Constatamos que a maioria dos participantes respondeu que deveria ajudar (n=26; 65%). Oito destes ressaltam que o personagem deveria ajudar, mas se fossem eles na mesma situação, eles não ajudariam, afirmando a diferença entre juízo e ação. Os demais entrevistados afirmaram que não deveria ajudar o inimigo (n=14; 35%). Comparando nossos dados com os de Vale e Alencar (2009), a maioria (73,3%) das crianças e adolescentes entrevistados optou pela ausência de generosidade para com o inimigo. Embora as autoras não tenham encontrado uma gênese acerca desta resposta, podemos afirmar que a possibilidade de ajudar o inimigo tende a ser mais frequente com o aumento da idade.

No entanto, em nosso estudo, apesar de grande parte defender a ação generosa, nos chama atenção o número expressivo dos que foram contrários a ela, tendo em vista que nas situações anteriores (amigo e desconhecido) todos optaram por ajudar. Vemos, portanto, a influência do vínculo da inimizade na possibilidade de generosidade.

Analisemos primeiro as justificativas para a decisão de **ajudar o inimigo** (Tabela 15).

Tabela 15. Justificativas para a ação de **ajudar o inimigo**.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dever de ajudar	8	38,1	3	13,6	11	25,6
Condição de necessidade do outro	3	14,3	7	31,8	10	23,2
Possibilidade de amizade	1	4,8	3	13,6	4	9,3
Benefício próprio	2	9,5	2	9,1	4	9,3
Ausência de motivo para não ajudar	2	9,5	1	4,6	3	7,0
Experiência vivenciada	0	0,0	3	13,6	3	7,0
Compaixão	2	9,5	1	4,6	3	7,0
Outros	3	14,3	2	9,1	5	11,6
TOTAL	21	100,0	22	100,0	43	100,0

Destacamos que as categorias *dever de ajudar*, *condição de necessidade do outro*, *possibilidade de amizade*, *ausência de motivo para não ajudar* também foram mencionadas nas situações de amizade e de desconhecido. Além disso, *benefício próprio* foi referido também na situação de desconhecidos. Esta repetição de

argumentos sugere a ausência da influência do vínculo para estes participantes, uma vez que não importa o vínculo (ou sua ausência) as explicações para ajudar foram bem semelhantes.

Verificamos que a frequência dos argumentos quanto ao *dever de ajudar* diminuiu com a idade. Assim sugerimos que esta obrigação dê lugar a outras explicações como a *condição de necessidade do outro* (justificativa mais citada pelos participantes de 15 anos). Assim, deixa-se de ajudar o outro por ser uma obrigação, passando a analisar a situação de dificuldade em que se encontra.

Fazemos um destaque à *possibilidade de amizade*, que segundo alguns de nossos entrevistados (especialmente os de 15 anos), com a ação de ajudar, os personagens poderiam fazer as pazes, deixar de ser inimigos, e iniciar uma amizade. Nas palavras de Maurício, “*Você até pode acabar com essa inimizade, a partir daquilo ali... você pode começar uma amizade com a pessoa*”. Relacionando com o estudo de Vale e Alencar (2009), elas verificaram que aqueles que optaram pela generosidade para com o inimigo (dois participantes), apenas o fariam caso tal ato tivesse como consequência o reestabelecimento da amizade.

Por vivenciarem situações na qual ajudaram um inimigo, alguns participantes afirmaram que o personagem deveria ajudar o outro. Tais justificativas, mencionadas apenas pelos de 15 anos, reunimos em *experiência vivenciada*. Por sua vez, *compaixão* também foi explicitada pelos entrevistados. Segundo eles, por conta da existência de uma compaixão, ao presenciar uma pessoa precisando de ajuda, deve-se ajudá-la.

Em *outros* reunimos justificativas que apontaram para o bem de outrem, por amor ao próximo, por educação, por respeito, além de tornar um mundo melhor.

Vejam agora as explicações dadas na decisão de **não ajudar** o inimigo. Os adolescentes que decidiram por não ajudar justificaram, principalmente, pela *inimizade* (n= 10, 58,8%) e *ausência de amor* (n=5; 29,4%). Em *inimizade* reunimos menções que evidenciaram a relação de inimizade entre os personagens, citado especialmente pelos adolescentes de 15 anos (n=8). Matias afirma que não deveria ajudar “*Porque eles são inimigos, aí não é costume um inimigo ajudar o outro*”. Ressaltamos que alguns

argumentos reforçam ainda a característica (ou ação) negativa do inimigo. Segundo Mauro isso ocorreria “*Porque eles são inimigos, porque só quer o pior da outra pessoa*”. A maioria dos entrevistados (n=23, 76,7%) por Vale e Alencar (2009) também justificou a ausência de generosidade para com o inimigo por meio da inimizade, destacando novamente a importância do vínculo, ainda mais que podemos constatar que no nosso estudo essa explicação aumentou com a idade.

Houve menção também da *ausência de amor*, assim, não haveria ajuda porque sendo inimigos não haveria o amor, apresentando, pois, uma dependência entre amor e generosidade. Assim, estes participantes não consideram, conforme afirma Comte-Sponville (1999, 2011), que generosidade possa ocorrer quando não há amor. Por fim, em *outros* (n=2; 11,8%) reunimos os argumentos sobre o não ajudar devido à indiferença e ausência de reciprocidade.

Assim, vimos que todos os participantes optaram por ajudar o amigo e o desconhecido, sendo que em relação ao inimigo, apenas 65% escolheu a ajuda. No estudo de Vale e Alencar (2009), o número de crianças que optaram por ajudar um inimigo também foi menor do que nas demais situações. No entanto, destacamos que todas as frequências das respostas voltadas à generosidade foram maiores em nosso estudo com adolescentes. Sugerimos, pois, que a influência do vínculo na escolha pela ação generosa tende a diminuir com o aumento da idade.

Com relação à influência do vínculo, foi explicado a possibilidade de ação generosa pela própria relação de amizade ou a possibilidade de estabelecimento deste vínculo (no caso de ser desconhecido ou inimigo), destacando a importância do vínculo. Além disso, aqueles que negaram a ajuda ao inimigo ressaltaram o próprio vínculo de inimizade.

Foi mencionado também a condição de necessidade que o outro se encontra (nas três situações), citados com maior frequência pelos adolescentes de 15 anos. Esta explicação corresponde a característica da generosidade: dar ao outro o que lhe é necessário, e não o que lhe é de direito (La Taille, 2006a). Por sua vez, os participantes de 12 anos enfatizaram o dever de ajudar. Comte-Sponville (1999) destaca que ninguém pode obrigar ao outro ser generoso, podemos até exigir que seja justo, mas generoso

não. No entanto, La Taille (2006a) destaca que para algumas pessoas ser generoso possa ser um dever moral, caracterizando por um sentimento pessoal (e não por uma exigência exterior).

Considerando, então, a influência do vínculo na escolha por ajudar outrem, será que os adolescentes reconhecerão ou não a presença do amor nas situações de amizade, inimizade e ausência de vínculo? Vejamos.

6.3.2 Presença ou não do amor na generosidade ou na sua ausência

Após analisar se o participante considera a ação generosa frente a um amigo, desconhecido e inimigo, buscamos verificar se há a presença ou não do amor. Vejamos as respostas para cada situação mencionada.

Amizade

Vimos na questão anterior que todos os participantes optaram por ajudar o amigo. Agora perguntamos se **consideraram ou não a presença do amor nesta ação escolhida**.

Pudemos constatar que a maioria dos adolescentes (n=30; 75%) considerou que o personagem amava o outro. Alguns entrevistados defenderam não *ser possível afirmar* (n=7; 17,5%) se havia amor ou não entre os personagens, pois não havia uma resposta fixa sobre o tema. Por fim, segundo três participantes (7,5%), André *não amava* João. Nossos dados corroboram com os de Alves, Alencar e Ortega (2014b), no qual a maioria de seus participantes (n=35, 87,5%) afirmou ser possível amar um amigo, salientando a importância do vínculo. As justificativas para as respostas do presente estudo estão expostas na Tabela 16.

Tabela 16. Justificativas sobre a possibilidade ou não de amar, na situação de **amizade**.

	Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
		Nº	%	Nº	%		
Ama	Relação entre generosidade e amor	12	46,2	14	53,9	26	50,0
	Amizade	7	26,9	4	15,4	11	21,1
	Outros	1	3,8	1	3,8	2	3,9
Não ama	Independência entre generosidade e amor	1	3,8	1	3,8	2	3,9
	Ausência de dados para afirmar se amava ou não	1	3,8	0	0,0	1	1,9
	Possibilidade de amizade sem amor	1	3,8	0	0,0	1	1,9
Não é possível afirmar	Independência entre generosidade e amor	3	11,5	4	15,4	7	13,5
	Ausência de dados para afirmar se amava ou não	0	0,0	1	3,8	1	1,9
	Possibilidade de amizade sem amor	0	0,0	1	3,8	1	1,9
TOTAL		26	100,0	26	100,0	100,0	

Os adolescentes que afirmaram que amava o amigo argumentaram, principalmente, pela *relação entre generosidade e amor* e pela *amizade*. A primeira compreende afirmações que justificam que havia amor, visto que houve a ajuda. Dessa forma, a ação de ajudar justificaria o amar. Segundo Marcos “*ele amava porque ele viu a dificuldade que ele tinha, e por gentileza ele foi e pegou e ajudou*”. Percebemos, portanto, que para nossos participantes há uma relação entre o amor e a generosidade. No entanto, para Comte-Sponville (1999), em um ato generoso não é necessário haver o amor, uma vez que a generosidade é dar quando o amor pode estar ausente.

Por sua vez, o segundo argumento aponta que o fato de que amar não está relacionado a ação (como na categoria anterior) e sim ao vínculo presente entre os personagens: a amizade. Segundo Davi, “*O amor faz parte da amizade, todas as amizades que eu conheço têm sempre o amor*”. A relevância do vínculo na possibilidade de amor, também foi verificada no estudo de Alves, Alencar e Ortega (2014b). Seguindo Comte-Sponville (1999) o amor aos amigos corresponde a *philia*, é “o amor que fazemos ou damos, é ação” (Comte-Sponville, 1999, p. 265). Destacamos que outras pesquisas mencionam também a relação entre o vínculo da amizade e o amor

(Alves, Alencar & Ortega, 2012; Alves et al., 2015; Costa & Fernandes, 2012; Estrella, 2011; Souza & Ramires, 2006). Ainda, foram citados a compaixão e o fato de estar próximo à pessoa como argumentos para amar, sendo incluídos em *outros* devido à baixa frequência.

Analisemos as justificativas dos adolescentes que responderam que não amava. Foi mencionado, principalmente, a *independência entre generosidade e amor, ausência de dados para afirmar se amava ou não e possibilidade de amizade sem amor*. Assim, a primeira categoria aponta para o fato de que ajudar alguém não significa, necessariamente, sentir amor por essa pessoa. Pode ser uma questão de cidadania, educação e respeito ao próximo, como afirma Mauro: “*Nesse caso não precisa a gente ter amor não. [...] Só a gente ajudar o próximo mesmo*”. Essa ideia nos aproxima à segunda categoria, quando Denilson afirma que não há dados para confirmar a presença ou não do amor, ele não está relacionando a ação de ajudar ou não. Esses discursos são semelhantes ao proposto por Comte-Sponville (1999), quando ressalta que a possibilidade de dar aos que não amamos é a virtude da generosidade. Ainda, Denise afirma a possibilidade de amizade sem amor, indicando assim vários tipos de amor em sua concepção.

Por sua vez, os entrevistados que declararam não ser possível afirmar se havia amor ou não também mencionaram essas três categorias. Sobre a *independência entre generosidade e amor*, Marta declara que “*amar é muito complexo... não dá para saber nesse negócio de carregar o material, ajudar a pessoa... É difícil. [...] A pessoa pode amar ou pode só ajudar a pessoa, não sei*”. Para estes participantes, amar é muito complexo e é possível ajudar sem gostar ou amar o outro.

Ainda, sobre a *ausência de dados para afirmar se amava ou não*, Manuela argumenta que “*Também acredito que [ajudar] não é um ponto que defina amar ou não amar*”, e afirma que na história não há características ou motivos suficientes para afirmar se há amor ou não. Por fim, Miriam defende a *possibilidade de amizade sem amor* visto que o amor não seria, assim, inerente à amizade, assim “*Não é porque é amiga que quer dizer que ela ama. Ela pode gostar da pessoa, não amar*”.

Desconhecido

Agora, gostaríamos de saber se os participantes reconhecem o amor na relação com a pessoa desconhecida. De acordo com a maioria de nossos entrevistados (n=27, 67,5%) não há amor nessa situação. Apenas 22,5% (n=9) afirmam que mesmo não se conhecendo, existe o amor. Ainda, 5% (n=2) alegaram que depende, podendo haver amor entre eles ou não. Além disso, outros 5% (n=2) disseram não ser possível afirmar se amava ou não. Importante ressaltar que dos nove que defenderam a possibilidade de amor, seis eram adolescentes de 12 anos.

Comparemos os dados na situação de amizade. Naquela questão vimos que todos os entrevistados optaram por ajudar o amigo e a maioria afirmou a possibilidade de amor. Por sua vez vemos que na situação de ausência de vínculo todos também confirmam a decisão por ajudar, no entanto a presença do amor é afirmada pela minoria. No estudo de Alves, Alencar e Ortega (2014b) apenas 27,5% dos participantes de seis e nove anos afirmou ser possível amar um desconhecido, dados com os quais, nosso estudo corrobora. Dessa forma, é possível que a ausência de vínculo influencie o juízo de crianças e adolescentes quanto à possibilidade de amar outrem. Vejamos na Tabela 17 as justificativas mencionadas.

Tabela 17. Justificativas sobre a possibilidade ou não de amar, na situação de **desconhecidos**.

	Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ama	Relação entre generosidade e amor	6	27,3	1	4	7	14,9
	Amor ao próximo	1	4,5	3	12	4	8,5
Não ama	Ausência de vínculo	6	27,3	15	60	21	44,7
	Independência entre generosidade e amor	6	27,3	4	16	10	21,3
	Outros	1	4,5	0	0	1	2,1
Não é possível afirmar	Ausência de vínculo	0	0,0	1	4	1	2,1
	Independência entre generosidade e amor	1	4,5	0	0	1	2,1
Depende	Outros	1	4,5	1	4	2	4,3
TOTAL		22	100,0	25	100,0	47	100,0

Os participantes que afirmaram a presença do amor salientaram a *relação entre generosidade e amor*, assim havia amor visto que houve a ajuda. Este argumento foi mencionado com maior frequência pelos entrevistados de 12 anos.

Ainda, foi proferido, principalmente por jovens de 15 anos, que existe o amor tendo em vista o *amor ao próximo*, correspondendo amar a todas as pessoas. Assim afirma Matias: “*Ah, porque foi um amor ao próximo o que ele teve*”. Neste sentido o amor não seria dependente do vínculo estabelecido com a pessoa e nem da ação de ajudar. Podemos relacionar esse ao *amor ágape*, amor desinteressado e gratuito, ou seja, é amar até mesmo inimigos e desconhecidos (Comte-Sponville, 1999, 2011).

Os adolescentes que afirmaram não haver amor argumentaram, principalmente, pela *ausência de vínculo e independência entre generosidade e amor*. A primeira compreende justificativas de que não é possível amar um desconhecido, pois eles não se conhecem, sendo, portanto, para esses entrevistados, necessário conhecer o outro para, assim, poder amá-lo. Este argumento foi mencionado principalmente pelos adolescentes de 15 anos. Nossos dados estão de acordo com os de Alves, Alencar e Ortega (2014b), uma vez que, ao ser questionado sobre a possibilidade de amar um desconhecido, a maioria dos argumentos (n=21, 35,6%) também se referia a ausência de vínculo para com estas pessoas e esta explicação também foi mais frequente com o aumento da idade (mencionado por nove crianças de seis anos e 12 de nove anos). Tais dados evidenciam, portanto, a crescente importância do vínculo na possibilidade de amar.

Por sua vez, em *independência entre generosidade e amor* foi ressaltado que se pode ajudar sem amar, ou seja, o fato de esses participantes terem escolhido a ação de generosidade para com o desconhecido não significa que eles consideram a presença do amor na relação. Destacamos que esse argumento também foi mencionado na situação de amizade. Um adolescente mencionou, ainda, a impossibilidade de amar tendo em vista que o amor não é instantâneo nem passageiro para ocorrer a um desconhecido, esta explicação incluímos em *outros*.

Ademais, os entrevistados que disseram que não era possível afirmar explicaram também pela *ausência de vínculo e a independência entre generosidade e amor*. Por fim, aqueles que afirmaram que a possibilidade de amar ou não dependia de outros

fatores, ressaltaram as características da pessoa e o fato de isso ser possível apenas depois de existir uma amizade, justificativas estas incluídas em *outros*.

Inimigo

Ao serem questionados se haveria amor na situação de inimizade, apenas 20% dos participantes (n= 8) confirmaram a presença dessa virtude, sendo cinco de 12 anos e três com 15 anos. A maioria respondeu que o personagem não amava o outro (n=29; 72,5%). Outros 5% (n= 2) disseram que a possibilidade de amar depende de outros fatores (que mencionaremos posteriormente), e ainda 2,5% (n= 1) afirmaram que não é possível afirmar. Podemos comparar nossos dados ao estudo com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014), uma vez que mais da metade dos entrevistados (55%) afirmaram não ser possível amar um inimigo. No entanto, quando analisamos as possíveis diferenças quanto à idade, vemos que no caso das crianças a possibilidade de amar um inimigo aumentou em função da idade do participante. Este fato não foi constatado na pesquisa com os adolescentes, uma vez que essas respostas foram menos mencionadas pelos mais velhos.

Diante das respostas da presença ou não do amor nessa situação de inimizade, questionamo-nos se o amor estaria relacionado à ação de ajudar ou à ação de não ajudar. Será que os participantes que optaram por não ajudar afirmaram haver amor na relação? Para responder a isso, devemos lembrar que quando questionamos qual ação o personagem deveria fazer, a maioria dos entrevistados (n=26; 65%) afirmou que deveria ajudar o outro, mas alguns (n=14; 35%) afirmaram que não deveria. Ressaltamos que essa análise não foi feita na situação de amizade e de ausência de vínculo, uma vez que todos haviam optado por ajudar. Apresentamos na Figura 5 a relação entre qual ação o personagem deveria fazer e se haveria ou não a presença do amor.

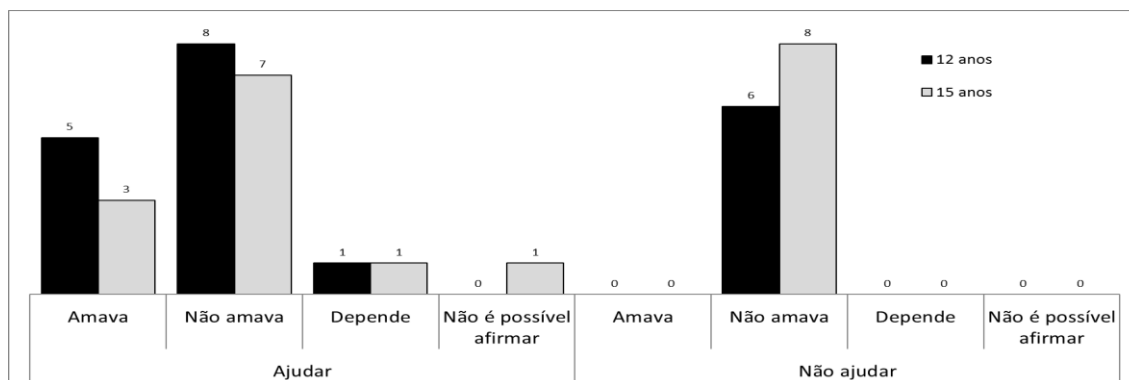


Figura 5. Comparação entre as respostas sobre a ação escolhida e a presença ou não do amor na situação de inimizade.

Desta forma, podemos verificar (na Figura 5) que todos os participantes que negaram a ajuda afirmaram não haver o amor na relação. Por sua vez, dentre aqueles que escolheram a ação de ajudar, a maioria alegou não haver o amor, outros declararam a presença do amor, poucos falaram que depende de outros fatores e um entrevistado disse que não é possível afirmar. Estes dados demonstram uma possível relação entre a ausência de ajuda e a ausência de amor. Vejamos os argumentos, para analisarmos estes aspectos, começando por aqueles que afirmam a ação de ajudar (Tabela 18).

Tabela 18. Justificativas sobre a possibilidade ou não de amar, mencionadas pelos adolescentes que optaram por **ajudar um inimigo**.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Ama	Relação entre generosidade e amor	2	14,3	2	11,1	4	12,5
	Amor ao próximo	1	7,1	1	5,6	2	6,3
	Compaixão	1	7,1	1	5,6	2	6,3
Não ama	Ausência de amor na inimizade	7	50,0	6	33,3	13	40,7
	Independência entre generosidade e amor	2	14,3	3	16,6	5	15,6
	Ausência de dados para afirmar se amava ou não	1	7,1	0	0,0	1	3,1
	Ação negativa do inimigo	0	0,0	1	5,6	1	3,1
Depende	Independência entre generosidade e amor	0	0,0	1	5,6	1	3,1
	Possibilidade de perdão	0	0,0	1	5,6	1	3,1
	Características pessoais	0	0,0	1	5,6	1	3,1
Não é possível afirmar	Ausência de dados para afirmar se amava ou não	0	0,0	1	5,6	1	3,1
TOTAL		14	100,0	18	100,0	32	100,0

Os adolescentes que confirmaram a presença do amor justificaram pela *relação entre generosidade e amor*, também mencionado na situação de amizade e de ausência de vínculo. Nesse sentido, tendo o personagem ajudado o outro, ele o amava. Assim, o argumento para o fato de amar está relacionado a ação, e não ao vínculo.

Outra explicação dada foi o *amor ao próximo*, também citada na situação com o desconhecido, que podemos relacionar ao amor *ágape*, que é amar a todos inclusive nossos inimigos (Comte-Sponville, 1999, 2011). Outros participantes declararam também a *compaixão*, conforme diz Daniel, “*Porque no fundo no fundo, ele gosta dele. Sentia dó. [...] Ele vai pensar ‘coitado dele’*”.

Por sua vez, a ausência da relação de amor foi argumentada principalmente pela própria *ausência de amor na inimizade*. Segundo Diego, “*Porque eles são inimigos. Você sabe o que é inimigo, não é? [...] Inimigo é uma pessoa que não gosta da outra. Por isso não pode amar*”. No estudo de Alves, Alencar e Ortega (2014b), as crianças entrevistadas justificaram a impossibilidade de amar um inimigo pelo sentimento de não gostar do inimigo, desta forma, não seria possível amá-lo. Tal categoria está de acordo com nosso estudo, pois ambos ressaltam a ausência de amor para com o inimigo, indicando a influência do vínculo.

A *independência entre generosidade e amor* também foi mencionada para justificar que o fato de ter ajudado não significa que há amor na relação, semelhante ao discutido nas situações de amizade e ausência de vínculo. Ainda, apenas uma adolescente, Maitê, afirmou a *ação negativa do inimigo*, ressaltando uma possível ação negativa que o inimigo possa ter causado anteriormente. No estudo de Alves, Alencar e Ortega (2014b), esta foi a justificativa mais utilizada pelas crianças. Assim como em nosso estudo, fato de já ter ocorrido ou a possibilidade de ocorrer uma ação negativa por parte do inimigo, justificaria, então, não o amar. Comparando as pesquisas verificamos que esta explicação praticamente deixa de ser mensurada pelos adolescentes.

Foi citada também a *ausência de dados para afirmar se amava ou não*. De acordo com Denilson, ele não o ama, pois “*eu não encontrei características [para afirmar isso]*”. Isso pode sugerir a ausência da influência do vínculo e também a ausência de

relação entre generosidade e amor, uma vez que o fato de ter ajudado não foi utilizado como argumento.

A respeito dos entrevistados que afirmaram que o fato de amar ou não depende de outros aspectos, justificaram pela *independência entre generosidade e amor*, declara Marly: talvez ela “*só ajudou para chamar a atenção ou para, sei lá, ajudar mesmo*”, ou seja, não há necessariamente relação entre ajudar e amar. Foi proferido também o fato de amar ou não depender da *possibilidade de perdão*, caso a pessoa o perdoe haverá o amor. E ainda depende das *características pessoais*, assim, caso a pessoa seja boa ela irá amá-lo.

Por fim, um adolescente, Márcio, disse não ser possível afirmar se ama ou não tendo em vista a *ausência de dados para afirmar se amava ou não*. Analisemos agora os argumentos dos participantes que haviam decidido por não ajudar um inimigo e afirmaram que não havia amor na relação.

As explicações para a ausência do amor, na situação de não ter ajudado, foram principalmente pela *ausência de amor na inimizade* (n=11, 73,3%), citado com maior frequência pelos adolescentes de 15 anos. Assim não há amor pois eles são inimigos. O que tem destaque então não é o fato de ter ajudado ou não, mas sim o vínculo de inimizade. Desta forma, esse argumento também foi mencionado pelos entrevistados que optaram por ajudar, mas disseram que não havia amor também pelo vínculo da inimizade.

Outra justificativa para a ausência de amor foi a possível *ação negativa do inimigo* (n=1, 6,7%), assim não ama, pois, o inimigo fez algum mal. A mesma categoria também foi referida como explicação para não amar, quando houve a ação de ajudar. Foi discutido que esse argumento é presente no discurso de crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014b) e tende a diminuir sua frequência com o aumento da idade.

Ainda, alguns entrevistados estabeleceram uma *relação entre generosidade e amor* (n=3, 20%), argumentando que não há amor, uma vez que não houve ajuda. Esta relação também foi declarada para justificar a presença do amor, pelos adolescentes que optaram por ajudar o outro (n=4, 12,5%).

Faremos, agora, uma comparação acerca da presença ou não do amor nas três situações mencionadas (amizade, ausência de vínculo e inimizade). Verificamos que a maioria dos adolescentes (n=30; 75%) considerou que o personagem amava o outro na situação de amizade, enquanto que apenas 22,5% (n=9) e 20% (n= 8) dos entrevistados fizeram esta afirmação na situação de serem desconhecidos e inimigos, respectivamente. Desta forma, a presença do amor pode estar relacionada ao vínculo existente.

Em relação às justificativas, os participantes que afirmaram a presença do amor argumentaram principalmente sobre a relação entre esta virtude e a generosidade, ou seja, como haviam optado por ajudar o outro, a pessoa ama pelo fato de ter realizado uma ação generosa. Foi citado também a amizade, assim a pessoa ama não por ter ajudado ou não, mas por existir um vínculo e o amor ao próximo (no caso de serem desconhecidos ou inimigos), neste sentido o amor transcende o vínculo ou a ação, existindo simplesmente pelo o outro existir. Neste sentido, foram poucas as explicações que enfatizam o vínculo como argumento para existir o amor.

Por sua vez, os adolescentes que negaram a presença do amor, salientaram nas três situações a independência entre generosidade e amor, assim não é pelo fato de ter ajudado que significa existir o amor. Além disso, na situação de serem desconhecidos foi ressaltado a ausência de vínculo e a ausência do amor na relação com o inimigo.

Verificamos, portanto, que a compreensão de que existe ou não uma relação amorosa é influenciada pela relação entre ajudar e o amor, além de ser destacado o vínculo de amizade para justificar a presença do amor, ou a inimizade e a ausência de vínculo para argumentar a sua ausência. Com isso, a frequência das respostas sobre amar o desconhecido e o inimigo são menores do que em relação ao amigo.

Por fim, gostaríamos de saber, caso confirmássemos a existência ou não do amor, nas três situações (amigo, desconhecido e inimigo) se os participantes optariam pela ação generosa ou não? As justificativas remeteriam a influência do vínculo ou a relação entre as virtudes? Vamos analisar essas indagações no próximo subcapítulo.

6.3.3 Escolha ou não da ação generosa na presença e ausência do amor

Até o momento analisamos frente a situação em que o outro está em dificuldades, o que deveria ser feito, e se havia ou não a presença do amor. Agora queremos verificar qual a ação escolhida, diante a mesma situação, quando confirmamos a presença ou a ausência do amor.

Para aqueles que haviam afirmado a presença do amor na relação, perguntamos caso não tenha amor, o que o personagem faria frente à pessoa com dificuldades. Da mesma forma o contrário: aqueles que defenderam a ausência do amor, questionamos caso exista amor, qual a ação do personagem. Ainda, para os participantes que não afirmaram nem a presença ou a ausência do amor (que alegaram depender de outros fatores ou não souberam responder) fizemos as duas perguntas.

Faremos esta análise seguindo as três situações: amizade, ausência de vínculo e inimizade.

Amizade

Vimos anteriormente que todos participantes consideraram que o personagem deveria ajudar o amigo que estava com dificuldades. Além disso, a maioria considerou a presença do amor (75%) nesta situação. Mas caso afirmássemos que não havia uma relação de amor, a escolha pela ação generosa se manteria? Para responder a esta indagação perguntamos aos participantes que confirmaram que havia amor (n=30) e aos que disseram não ser possível afirmar (n=7), **caso não houvesse amor, de que forma o personagem agiria diante do amigo em dificuldade** (total de 37 participantes).

Nesse caso, para 48,7% dos adolescentes (n= 18), haveria ajuda, mesmo não existindo o amor. Para outra parcela (n=14, 37,8%), caso não houvesse amor, não ajudaria, conforme afirma Danton: *“André deixaria João carregar o material com a mão machucada, deixando cair o material toda hora, fingiria que não estava vendo”*. Esta resposta foi mais frequente com participantes de 12 anos (n=9). Por fim, o restante dos entrevistados (n=5, 13,5%), principalmente os de 15 anos (n=4), afirmaram que

depende da personalidade do personagem, se ele for uma pessoa boa, ajudaria se for uma pessoa ruim, não iria ajudar. Assim, podemos supor que a ausência do amor influenciou, principalmente, os participantes mais novos quanto a possibilidade de generosidade. Vejamos as justificativas apresentadas para discutirmos esta relação (Tabela 19).

Tabela 19. Justificativas para a ação de ajudar ou não, na ausência do amor, sendo um **amigo**.

	Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ajudaria	Possibilidade de ajudar outrem	3	14,3	5	21,7	8	18,2
	Amizade	3	14,3	2	8,7	5	11,4
	Condição de necessidade do outro	3	14,3	2	8,7	5	11,4
	Ausência de motivo para não ajudar	0	0,0	3	13,0	3	6,8
	Outros	2	9,5	2	8,7	4	9,1
Não ajudaria	Relação entre generosidade e amor	8	38,0	4	17,4	12	27,2
	Outros	1	4,8	1	4,4	2	4,5
Depende	Característica pessoal	1	4,8	3	13,0	4	9,1
	Relação entre generosidade e amor	0	0,0	1	4,4	1	2,3
TOTAL		21	100,0	23	100,0	44	100,0

Os adolescentes que afirmaram a ação de ajudar na ausência do amor argumentaram, principalmente, pela *possibilidade de ajudar outrem*. Assim, a ajuda ocorreria por educação, cidadania, por ser a coisa certa a fazer ou por gentileza, não necessitando existir o amor para que a ajuda aconteça. De acordo com Matias, a possibilidade de ajudar outrem justifica a ação da personagem “*Porque é uma forma de gentileza você ajudar alguém mesmo não amando*”. Aqui não há destaque nem para a presença do amor, e nem para a relação do vínculo, o foco é a própria possibilidade da ação generosa.

Foi mencionada também a *amizade* entre os personagens da história, pois, amigos ajudam uns aos outros, como argumenta Márcio: “*porque eles são amigos. Um amigo*

ajuda o outro”, ressaltando a importância do vínculo. Conforme já mencionamos, a possibilidade de generosidade a um amigo foi mensurada no estudo com crianças e adolescentes (Vale & Alencar, 2008a, 2009).

Outros entrevistados salientaram a *condição de necessidade do outro*, assim justifica Maria: “*Porque é uma pessoa que está machucada, precisa de ajuda, porque você não vai ajudar? A pessoa está necessitada, ela está com o braço machucado*”. Também já citada em outros momentos de nossa pesquisa (conforme veremos nas Considerações finais) e nos trabalhos de Vale e Alencar (2008a, 2009). Além disso, La Taille (2006a) ressalta que a generosidade é dar o que falta ao outro, assim a análise deve ser feita na necessidade do outro.

Já a categoria *ausência de motivo para não ajudar* contempla justificativas de que, se é possível ajudar, não há razão para não o fazer. Para Maria “*Só você pegar um livro, não custa nada. Eu ajudaria mesmo se eu não amasse a pessoa, se ela não fosse minha amiga. [...] Ela está precisando de ajuda*”. Ressaltamos que essa categoria foi mencionada apenas pelos adolescentes de 15 anos. Foi mencionado também que se deve ajudar na ausência do amor devido a possibilidade de amizade, dever de ajudar, importância da ação, além de se sentir triste se não ajudar. Esses argumentos foram incluídos em *outros*.

Por sua vez, as justificativas para não ajudar na falta do amor foram acerca da *relação entre a generosidade e o amor*. Nesse sentido Dalton afirma: “*Porque se você não ama a pessoa, você num.... como é que vou explicar? Não vai se importar muito com as atitudes dela, se ela precisa de alguma coisa, se ela não precisa*”. Se não amar, não haveria motivo para ajudar. Esta categoria foi mencionada principalmente pelos adolescentes de 12 anos, demonstrando a importância da relação entre as virtudes para os mais novos.

Ainda, os entrevistados explicaram a ausência da ajuda devido à falta de preocupação com o outro e a falta de gentileza e compaixão, uma vez que “*Porque hoje é difícil você ver uma pessoa educada, uma pessoa gentil, entendeu? Uma pessoa que tem compaixão dos outros eu acho que é bem complicado isso hoje*” (Marcos), argumentos estes incluídos em *outros*. Isto nos remete a discussão de La Taille (2009b)

sobre estarmos vivendo uma cultura do tédio e da vaidade. Para o autor, cada um fica centrado em seus próprios interesses, despreocupado com o outro, uma vez que este torna-se invisível para ele. Nesse sentido, é interessante a crítica de alguns adolescentes sobre essa necessidade de se preocupar com o outro.

Por sua vez, aqueles que alegaram que a ação dependeria de outras variáveis, justificaram pela *relação entre a generosidade e o amor e característica pessoal*. A primeira categoria foi citada pela Maitê que afirmou que a ação de ajudar ou não dependeria de outros fatores, mas reconhece a relação entre as virtudes. A outra explicação ressalta a *característica pessoal*, argumentando que a ação do personagem depende das características de personalidade dele. Para eles, se for uma pessoa boa, ajudaria; se for uma pessoa ruim, não ajudaria. Nas palavras de Marly: “*Depende da pessoa que ela é. Se ela fosse generosa ela iria ajudar. Se ela fosse uma pessoa, sei lá... ou com vergonha até de ajudar alguém. Ou uma pessoa ignorante, sei lá, ela iria fingir que não viu*”.

Mas caso confirmássemos que havia uma relação de amor, será que os participantes afirmariam também uma relação de generosidade? Para responder a esta indagação perguntamos aos participantes que alegaram não haver amor na relação (n=3) e aos que disseram não ser possível afirmar (n=7), **caso houvesse amor, de que forma o personagem agiria diante do amigo em dificuldade** (total de 10 participantes).

Considerando esta situação todos os entrevistados assim questionados responderam que *ajudaria* (n=10; 100%). Passaremos a apresentar as justificativas para tais respostas a seguir.

Novamente há menção à *relação entre generosidade e amor* (n=7; 50%), compreendendo argumentos de que a presença do amor de André para com João justifica a ação do personagem. Assim, se há amor por uma pessoa, quer ajudá-la. No estudo de Alves, Alencar e Ortega (2014a), ao investigar o conceito de amor para crianças, os autores verificaram que este estava relacionado principalmente à ação para o bem do outro (n=48, 22,7% dos exemplos citados), mencionado principalmente pelas crianças mais velhas (n=28). Ressaltamos, portanto, a relação entre as virtudes.

Também foi justificada a ação de ajudar, caso houvesse amor, pela *amizade* (n=3, 21,4%) e pela *condição de necessidade do outro* (n=3, 21,4%), sendo que esta última foi considerada apenas por entrevistados de 12 anos. Destacamos que estas justificativas sugerem que a presença ou não do amor não influenciaria na escolha de ajudar. De forma semelhante há um argumento acerca da *independência entre generosidade e amor* (7,2%), no qual a ação de ajudar independente se há amor ou não entre os personagens. Nas palavras de Mauro “*Porque não precisa amar para fazer o melhor, só respeitar e ajudar já basta*”. Neste sentido, Comte-Sponville (1999) coloca que a generosidade nos convida a dar exatamente aos que não amamos. Por necessitarem ou por estarmos mais bem situados para ajudá-los.

Desconhecido

De forma semelhante à situação de amizade, perguntamos aos adolescentes que afirmaram que havia amor (n=9), que dependeria de outros fatores (n=2) e aos que disseram não ser possível afirmar (n=2), **caso não houvesse amor, de que forma o personagem agiria diante de um desconhecido em dificuldade** (total de 13 participantes).

O resultado foi que sete entrevistados (53,8%) disseram que ele não ajudaria, passaria direto ou ignoraria a situação de outro em dificuldade. Para três deles (23,1%), mesmo que não houvesse amor, o personagem iria ajudar. Por fim, segundo outros três participantes (23,1%), a ajuda depende se a pessoa é boa e generosa ou má e ignorante. Lembramos que quando perguntamos o que deveria ser feito frente a um desconhecido em dificuldades, mas não afirmamos se havia ou não amor, todos os entrevistados optaram pela generosidade. Agora, no momento que afirmamos a ausência do amor, pouco mais da metade afirma a ausência de generosidade, diferente do que propõe Comte-Sponville (1999), uma vez que para ele a generosidade ocorre justamente na ausência do amor, pois não se trata de amar, mas agir como se amássemos, podendo assim ser generoso com aqueles que não temos vínculo. Vejamos se as justificativas apontarão a relação dessas virtudes.

Aqueles que disseram que ajudariam ressaltaram, principalmente, a *condição de necessidade do outro* (n=2, 15,4%), com justificativas que tem como base a condição de dificuldade que a pessoa apresenta. Outro argumento foi o *sentimento* (n=1, 7,7%), citado por uma entrevistada de 12 anos, uma vez que deveria ajudar para que o outro não demonstrasse tristeza.

Por sua vez, os adolescentes que afirmaram que não ajudariam justificaram pela *relação entre generosidade e amor* (n= 7, 53,8%). Neste sentido, eles confirmam que há uma relação entre o amor e a generosidade, e se não há o amor, não haveria, pois, a preocupação ou interesse por outrem. Ressaltamos que esse argumento foi proferido principalmente pelos participantes de 12 anos (n=5).

Ainda, *característica pessoal* (n=2, 15,4%) foi mencionada por aqueles que afirmaram que a ação do personagem depende das características de personalidade dele. Para os entrevistados, todos de 15 anos, ajudariam se for uma pessoa boa e não ajudaria se for uma pessoa ruim, ou seja, não há relação entre as virtudes. Foi citado também, pelo adolescente de 12 anos, que a ajuda ou não *depende do sentimento* (n=1, 7,7%), assim caso o personagem pelo menos goste do outro, irá ajudá-lo.

Vejamos agora, se confirmássemos que havia uma relação de amor, será que os participantes afirmariam também uma relação de generosidade? Assim, aos entrevistados que haviam alegado que na situação de ausência de vínculo não havia amor (n=27), depende (n=2) e aos que disseram que não era possível afirmar (n=2), perguntamos **caso houvesse amor, de que forma o personagem agiria diante de um desconhecido em dificuldade** (total de 31 participantes). Assim, a maioria (n=30, 96,8%) afirmou que ele o ajudaria, e apenas um adolescente (3,2%), de 15 anos, afirmou que depende de outros fatores. Relacionamos este resultado ao que discute Comte-Sponville (1999). Segundo o autor, nem toda generosidade é amante, mas, o amor é quase sempre generoso. A seguir, apresentamos as justificativas para tais respostas (Tabela 20).

Tabela 20. Justificativas para a ação de ajudar ou não, na presença do amor, sendo um desconhecido.

Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Relação entre generosidade e amor	9	52,9	10	50,0	19	51,4
Possibilidade de amizade	3	17,7	2	10,0	5	13,5
Condição de necessidade do outro	1	5,9	1	5,0	2	5,4
Característica pessoal	0	0,0	2	10,0	2	5,4
Outros	4	23,5	5	25,0	9	24,3
TOTAL	17	100,0	20	100,0	37	100,0

Vale destacar que a principal justificativa para haver a ajuda foi a *relação entre generosidade e amor*, compreendendo explicações de que a presença do amor justifica a ação do personagem. Segundo os participantes, se há amor por uma pessoa, se quer ajudar, quer ver o bem dela.

Em *possibilidade de amizade* englobamos argumentos de que, se houvesse o amor, haveria um motivo a mais para ajudar, porque, assim, haveria um laço entre eles e uma oportunidade para se conhecerem melhor. Aqui o destaque é para o vínculo e também a um ganho desta ação: fazer uma amizade.

Por sua vez, *condição de necessidade do outro* ressalta a dificuldade que a pessoa se encontra, justificando a ação do personagem. Vemos que não há relação entre as virtudes generosidade e amor, e nem o vínculo (se é amigo, ou se pode chegar a ser), mas a condição que a pessoa se encontra é o motivo para a ação de ajudar.

Além disso, reunimos em *característica pessoal* a afirmação sobre ajudar devido a suas próprias características e não conforme a presença ou ausência do amor. Ainda, incluímos o argumento de que a ação da pessoa depende da personalidade ou características pessoais dela. Por fim, em *outros* agrupamos argumentos que envolvem o preocupar-se com outrem, amor ao próximo, boa ação, a compaixão, o benefício próprio, benefício de outrem, obrigação, o fato de que a ação não justifica amar e que não há motivos para não ajudar.

Inimigo

De forma semelhante ao que questionamos na situação de amizade e de ausência de vínculo, se fosse afirmado que não há amor, os entrevistados optariam pela ação generosa para com o inimigo? Para responder a isto, perguntamos aos participantes que afirmaram que havia amor (n=8), que dependeria de outros aspectos (n=2) e ao que disse não ser possível afirmar (n=1) **caso não houvesse amor, de que forma o personagem agiria diante de um inimigo em dificuldade** (total de 11 participantes).

O resultado foi que sete adolescentes (63,6%) disseram que ele não ajudaria e poderia, inclusive, “zombar” ou atrapalhar o outro; dois participantes (18,2%), de 12 anos, afirmaram que mesmo que não amasse, iria ajudá-lo; por fim, para outros dois participantes (18,2%), de 15 anos, a ajuda dependeria se a própria pessoa fosse boa ou má. Ressaltamos que antes de confirmar que não havia a presença do amor, mais da metade dos entrevistados (65%) havia optado pela ação generosa. Neste sentido, podemos verificar uma relação entre o amor e a generosidade, visto que no momento que afirmamos não ter o amor, a ação generosa deixa de ser proferida.

O principal argumento para o fato de não ajudar, na ausência de amor, foi a própria *relação entre generosidade e amor* (n=6, 50%), citado com maior frequência pelos entrevistados de 12 anos (n=4). Esta também foi a categoria mais mencionada na situação de serem amigos ou desconhecidos, ressaltando a ação de não ajudar tendo em vista que não há amor. Outra justificativa para a ausência de generosidade foi a *consequência negativa para o inimigo* (n=1, 8,3%), mencionado pelo Marcelo, de 15 anos: “*poderia ser só para fazer as outras pessoas rirem da pessoa. Fazer um bullying com ele. Mesmo sendo uma indireta, mas iria fazer um bullying com ele. Para as pessoas rirem dele, o fazer passar vergonha*”. Então, para este adolescente, como eles são inimigos, a própria ajuda traria uma consequência negativa, como ser zombado pelos colegas.

Por sua vez, os dois entrevistados (todos de 12 anos) que afirmaram que haveria ajuda mencionaram o *amor ao próximo* (n=1, 8,3%), a *possibilidade de gostar do outro* (n=1, 8,3%) e a *característica pessoal* (n=1, 8,3%) (ressaltamos que um adolescente citou dois argumentos). O *amor ao próximo* foi declarado por Damaris, semelhante a

ideia do amor ágape, que corresponde a amar nossos inimigos (Comte-Sponville, 1999, 2011).

Ainda, a *possibilidade de gostar do outro* engloba a resposta de Douglas, segundo o qual, mesmo que os personagens fossem inimigos, haveria a possibilidade de passarem a gostar um do outro. Este mesmo participante citou a *característica pessoal*, assim a ajuda ocorre, pois, “*Às vezes a pessoa não é cruel, a pessoa é boa, mas por fora é ruim e por dentro é um coração livre, puro*”, ou seja, a característica da pessoa em ser boa e ter um coração livre e puro a faz querer ajudar o outro, mesmo sendo inimigos.

De forma semelhante justificaram outros dois adolescentes (todos de 15 anos) afirmaram que a ação do participante dependeria da *característica pessoal* (n=2, 16,7%). Assim, se o personagem for uma pessoa generosa e boa, ajudaria, mas se for uma pessoa má não ajudaria.

Por fim, e se confirmássemos que havia uma relação de amor, mesmo na situação de inimizade, será que os participantes afirmariam também uma relação de generosidade? Para esta análise, perguntamos aos participantes que haviam afirmado que não havia amor (n=29), depende (n=2) e aos que disseram que não era possível afirmar (n=1), **caso houvesse amor, de que forma o personagem agiria diante de um inimigo em dificuldade** (total de 32 participantes).

A maioria dos entrevistados optou pela generosidade (n=25, 78,1%). Ainda, três adolescentes (9,4%), todos de 15 anos, afirmaram que não ajudaria. Também houve afirmações sobre o fato de não ser possível amar um inimigo (n=3, 9,4%), neste caso, os participantes, de 15 anos, não conseguiram afirmar se o personagem ajudaria ou não caso o amasse, pois para eles é impossível o amor ao inimigo. E, por fim, um entrevistado (3,1%), de 12 anos, respondeu que depende, pois ficaria na dúvida entre manter o orgulho ou ajudar um inimigo. Nesse sentido, verificamos uma possível relação entre generosidade e amor, visto que, no caso de haver amor para com outrem (mesmo que este seja um inimigo), a maioria dos entrevistados optou pela ação generosa.

As justificativas para tais respostas encontram-se expostas na Tabela 21.

Tabela 21. Justificativas para a ação de ajudar ou não, na presença do amor, sendo um inimigo.

	Categoria	12 anos		15 anos		Geral	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ajudaria	Relação entre generosidade e amor	11	52,3	5	23,8	16	38,1
	Condição de necessidade do outro	4	19,0	1	4,8	5	11,9
	Possibilidade de amizade	1	4,8	3	14,3	4	9,5
	Dever ou possibilidade de ajudar	1	4,8	2	9,5	3	7,1
	Outros	3	14,3	2	9,5	5	11,9
Não ajudaria	Inimizade	0	0,0	2	9,5	2	4,8
	Característica pessoal	0	0,0	1	4,8	1	2,4
	Outros	0	0,0	2	9,5	2	4,8
Depende	Característica pessoal	1	4,8	0	0,0	1	2,4
Não é possível amar um inimigo	Dado perdido	0	0,0	3	14,3	3	7,1
TOTAL		21	100,0	21	100,0	42	100,0

Os participantes que afirmaram que havendo amor, haveria a ação de ajudar, justificaram principalmente pela *relação entre generosidade e amor* e a *condição de necessidade do outro*. Estes argumentos foram mencionados com maior frequência pelos adolescentes de 12 anos.

Por sua vez, foi citada a *possibilidade de amizade*, especialmente pelos participantes de 15 anos, assim a ajuda seria realizada com base em uma possível consequência de estabelecer uma amizade. Outro argumento declarado foi o *dever ou possibilidade de ajudar* que reúne explicações como o fato de alguém ter condição de ajudar o outro, então deve fazê-lo, bem como a questão de não se prejudicar ajudando ao outro. Para Dominique “*Ela [Joana] está com o braço machucado porque alguma coisa aconteceu e ela não tem condição para fazer aquilo. Se você tem condições eu acho que com certeza você deveria ajudar*”.

Ainda, os adolescentes argumentaram que ajudariam um inimigo, na presença do amor, tendo em vista o afeto, carinho, admiração, a não intenção ao se machucar além do fato temos que mostrar que temos um bom coração. Estas justificativas foram incluídas em *outros*.

Analisando as diferenças entre as idades, verificamos que os adolescentes de 12 anos destacam a relação entre as virtudes e a condição de dificuldade que a pessoa se encontra, enquanto que os de 15 anos ressaltam a possibilidade de vínculo da amizade.

Como já mencionamos, apenas os participantes de 15 anos afirmaram que havendo amor, o personagem não ajudaria. Os argumentos foram pela *inimizade*, indicando a influência do vínculo na escolha da ação, e *característica pessoal*. Foi citado também a mágoa e a consequência negativa de ajudar, sendo que ambos foram incluídos em *outros*.

Ademais, um adolescente de 12 anos, afirmou que a escolha pela ação de ajudar ou não dependeria da *característica pessoal*. Obtivemos ainda, três *dados perdidos*, estes corresponderam aos participantes que na questão anterior afirmaram não ser possível amar um inimigo, então não responderam como agiria se amasse, nem a justificativa.

Para finalizarmos, vamos analisar a possível influência do vínculo nas respostas e justificativas mencionadas. Verificamos que quando afirmamos a ausência de amor, 48,7% (n=18) dos entrevistados confirmou a ajuda na situação de amizade, 46,2% (n=6) e 36,4% (n=4) nas situações de desconhecidos e inimigos respectivamente, demonstrando uma relação entre a ação de ajudar e a influência do vínculo. Um dos argumentos para ajudar um amigo foi o vínculo de amizade, além da condição de necessidade do outro. Este também foi citado na situação de serem desconhecidos. Por sua vez, na situação de inimigos foi afirmado o amor ao próximo, possibilidade de gostar do outro e a característica da pessoa. As explicações para não ajudar na ausência do amor foram principalmente acerca da relação entre a generosidade e o amor nas três situações, citadas com maior frequência pelos adolescentes de 12 anos, demonstrando a importância da relação entre as virtudes para os mais novos.

Quando afirmamos a presença do amor, todos os entrevistados optaram pela ação de ajudar um amigo (n=10, 100%). Ainda, 96,8% (n=31) e 78,1% (n=25) também confirmaram a ajuda na situação de serem desconhecidos e inimigos, respectivamente. Ressaltamos que embora tenha sido predominante a ação generosa, esta foi menos frequente em relação ao inimigo. Os argumentos foram principalmente sobre a relação entre generosidade e amor, nas três situações. Assim, se há amor por uma pessoa, haverá a ajuda, pela relação entre as virtudes. Com isso, nas três situações, analisamos a influência do vínculo, uma vez que possibilidade de ajudar um inimigo foi menor do que a um amigo ou desconhecido (havendo ou não amor). Além disso, quando consideramos a presença do amor, as porcentagens de respostas optando pela ajuda ao outro foi maior nas três situações do que na relação sem amor, o que destaca a influência do amor.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Até agradeço vocês terem vindo aqui porque eu acho interessante refletir porque a nossa sociedade vive, assim, falida no amor, porque hoje podemos ver vários exemplos” (Marcos, 15 anos, participante da pesquisa – nome fictício).

No presente estudo, nosso objetivo foi investigar os juízos de adolescentes no que diz respeito à concepção de amor, analisando sua relação com a generosidade, em uma perspectiva psicogenética. Para isso, verificamos acerca do conceito de amor (Estudo 1), a relação do amor e a generosidade frente à situação que contrapunha generosidade e justiça para consigo (Estudo 2), e por fim a influência do vínculo (amigo e inimigo) e sua ausência (desconhecido) na possibilidade de generosidade e sua relação com o amor (Estudo 3)⁶.

Fazendo uma análise considerando os três Estudos, verificamos que o **conceito de amor** que os adolescentes possuem contempla os três tipos de amor descritos por Comte-Sponville (1999, 2011), *eros*, *philia* e *ágape*. Aproximamos o amor *eros* à menção ao relacionamento amoroso como exemplo de amor (Estudo 1), que foi mais citado pelos adolescentes e mais frequente quando comparamos com o estudo feito em crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014a). Para Comte-Sponville (1999, 2011) *eros* é a paixão amorosa, é o amor geralmente presente nos casais, mas não o único tipo de amor que possa estar presente nos relacionamentos.

Por sua vez, o amor *philia* pode estar relacionado à declaração principalmente do amor a familiares e da amizade como exemplos de amor. Estes também foram exemplos mencionados pelas crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014a). Segundo Comte-Sponville (1999, 2011) *philia* é o amor da amizade, é desejar o bem às pessoas próximas, por amor a elas. A amizade foi argumento também para a possibilidade de amar outro adolescente do mesmo sexo, um amigo, um inimigo (a partir da

⁶ Os resumos dos resultados e discussão dos três Estudos encontram-se disponibilizado no Apêndice Digitalizado DL, assim como a Tese em formato digital (Apêndice Digitalizado DM).

possibilidade de surgimento de uma amizade), amar a partir da ação de ajudar um amigo e para a ação de ajudar, na ausência do amor, sendo um amigo.

Encontramos ainda declarações que aproximam do amor *ágape*. Foram citados a ação para o bem do outro e o amor ao próximo como exemplos de amor (Estudo 1). Vimos também o aumento na frequência das respostas quanto à possibilidade de amar desconhecido e inimigo, quando comparamos no estudo com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014b). Além disto, o argumento para amar não tendo ajudado outrem (Estudo 2) e frente a situação de ajudar ou não o desconhecido e o inimigo foram relacionados ao amor ao próximo (Estudo 3). Este é, portanto, o amor que damos àqueles que não conhecemos, e até mesmo a nossos inimigos, sem esperar nenhum retorno deste amor (Comte-Sponville, 1999, 2011).

Outro aspecto que merece destaque é a **relevância do vínculo** para o conceito de amor. Havíamos analisado esta relação no estudo com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2012, 2013, 2014a, 2014b). Nesta pesquisa com adolescentes, podemos fazer essa observação diante da menção de exemplos como o amor a familiares e a amizade, nos quais é marcada a existência de um relacionamento (Estudo 1). Além disso, vimos que os adolescentes consideram ser mais possível amar um amigo, do que um inimigo e menos ainda em relação ao desconhecido. Neste último caso, exatamente pela ausência de vínculo. Ainda, quando apresentamos uma história hipotética que contrapunha a generosidade e a justiça para consigo, alguns entrevistados afirmaram a presença do amor na relação entre os personagens, mesmo não ajudando, tendo em vista a amizade entre eles. No entanto, essa história não trazia informação acerca do vínculo (Estudo 2).

Além disso, quando mencionamos uma história na qual uma pessoa estava em dificuldades (Estudo 3), os participantes optaram pela ação generosa se o necessitado fosse um amigo, sendo que a existência do vínculo foi um dos argumentos citados. Na situação em que a pessoa era um desconhecido ou um inimigo, a ajuda seria concedida na possibilidade de tornarem amigos depois. Além disso, quando questionamos se havia amor na situação de ter ajudado um amigo, foi confirmada a presença da virtude pela própria existência do vínculo. Por fim, na situação de serem desconhecidos e serem inimigos, se houvesse amor, haveria a ação generosa pela possibilidade de

estabelecimento de uma amizade. Assim, constatamos que no conceito de amor dos adolescentes embora tenha ocorrido algumas menções ao amor *ágape* (conforme discutimos anteriormente), no qual a virtude se estabelece mesmo na ausência de vínculo, a presença do vínculo tem grande relevância para o estabelecimento de uma relação de amor.

Buscamos verificar também a **relação e independência entre o amor e a generosidade**. Na pesquisa feita com crianças vimos a proximidade entre as virtudes do amor e da generosidade, uma vez que foi mencionada como exemplo de amor a ação para o bem do outro (Alves, Alencar & Ortega, 2012). Este exemplo também foi declarado no presente estudo com adolescentes (Estudo 1).

Ainda, na história que contrapunha a generosidade e a justiça para consigo (Estudo 2), vimos que mais da metade dos participantes considerou a presença do amor na ação generosa ou justa, justificando principalmente pela própria relação entre o amor e a generosidade. Outros adolescentes, por sua vez, defenderam a independência entre as virtudes.

Na outra história (Estudo 3), que apresentava uma pessoa em dificuldades, podendo ser um amigo, desconhecido e inimigo, apesar de poucos entrevistados terem afirmado a relação de amor para com o desconhecido e o inimigo, em todas as três situações vimos que uma das justificativas para a presença do amor foi a relação entre as virtudes: se ele ajudou, então ama; se não ajudou, não ama. Da mesma forma que na história anterior, também houve argumentos que declaravam a não relação entre as virtudes.

Vemos que há tanto aqueles que defendem a relação entre o amor e a generosidade, e aqueles que afirmam o contrário. Para investigar mais, afirmamos, nas duas histórias, que não havia amor entre os personagens. Com isso, no Estudo 2, a maioria dos participantes optou pela ausência de generosidade para com o outro, argumentando pela própria relação entre as virtudes. A mesma relação encontramos no Estudo 3, quando a maioria optou pela ausência de generosidade para com o amigo, desconhecido e inimigo na ausência do amor.

Agora, quando confirmamos a presença do amor, mais da metade dos participantes escolheu a ação generosa em detrimento à ação justa (Estudo 2), a maioria optou pela generosidade para com o amigo, desconhecido e inimigo (Estudo 3), com a justificativa da relação entre as virtudes.

Verificamos, portanto, que há relação entre o amor e a generosidade para os adolescentes. Quando há amor, há generosidade; quando o amor é ausente, a generosidade torna-se menos frequente. Lembramos que Comte-Sponville (1999) afirma que o amor é generoso, no entanto, na ausência do amor, a ação generosa pode-se fazer presente, uma vez que a generosidade é dar quando nos falta amor, é dar como se amássemos, é fazer a ação aos desconhecidos ou inimigos, quando nos falta amor a estes. Nas palavras deste autor, “o amor é a finalidade, a generosidade é o caminho” (1999, p. 112).

No entanto, nos questionamos o que os participantes compreendem por ausência de amor. Será que consideram o ódio ou a inimizade e assim relacionam esta ausência de amor à ausência de generosidade? Não tivemos por objetivo analisar o juízo de adolescentes acerca da ausência do amor, não obstante destacamos a importância de novos estudos que abordem este tema para que possa ser possível discutir essa relação.

Verificamos também que os adolescentes fundamentaram seus conceitos com base principalmente **na experiência própria e experiência vivida por outro**. Esta última, quando especificada, foi exaltada à família, amigos, à mídia e o contexto em que estamos vivendo.

Desta forma foram justificados os exemplos de amor; a possibilidade de amar adolescente do sexo oposto e do mesmo sexo; além da possibilidade de amar amigo, inimigo e desconhecido (Estudo 1), como também a escolha em ajudar um inimigo quando este estava em dificuldades (Estudo 3). Ressaltamos a importância das experiências na formulação dos conceitos para os adolescentes. Fato que também foi descrito na pesquisa com crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2012, 2013, 2014a, 2014b). Assim, conforme Almeida e Denari (2013) a própria experiência e a observação podem aprimorar os conceitos em geral, por exemplo, o próprio conceito de amor. Segundo Keleman (1996) é, principalmente, na família onde aprendemos o que é o

amor. No entanto, este autor destaca que nossa forma de amar não é mera reprodução da forma que aprendemos, cada um elabora suas próprias estratégias para amar. Ainda, La Taille (2009b) reflete a importância não só da família, como também da escola no desenvolvimento moral e das virtudes.

Analisemos agora as **principais diferenças das respostas e justificativas em função da idade** dos nossos participantes (12 e 15 anos), além da comparação com pesquisas realizadas com crianças. Em relação aos exemplos e concepção de amor, verificamos uma diminuição das respostas em função da idade acerca da ação com amor (na qual o foco é a própria ação e não o outro), sendo que este decréscimo também foi verificado na pesquisa com crianças de seis e nove anos (Alves, Alencar & Ortega, 2014a). Além disso, nos dados citados pelos adolescentes foram mais frequentes as menções ao relacionamento amoroso, sentimento e amor ao próximo quando comparado a crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2014a). Assim, verificamos que a concepção de amor tende a ser direcionada a outro, a quem possamos ter um vínculo (relacionamento amoroso) ou até mesmo a quem não conhecemos (amor ao próximo), tornando-se menos centrado na própria ação.

Verificamos que a possibilidade de amar pessoa do mesmo sexo, amigo, desconhecido e inimigo foi maior nos adolescentes do que na avaliação das crianças (Alves, Alencar & Ortega, 2013, 2014b). Ressaltamos que apenas a frequência das respostas sobre amar pessoa do sexo oposto não apresentou diferenças relevantes.

Com relação às justificativas, averiguamos um aumento nos argumentos quanto ao vínculo, quando comparamos os adolescentes de 12 e 15 anos, assim, é possível amar uma pessoa do sexo oposto devido ao vínculo existente e não é possível amar um desconhecido pela ausência do vínculo. Chama-nos a atenção, com relação ao amor a pessoa do mesmo sexo, que as explicações acerca do vínculo de amizade aumentam com a idade, enquanto que a referência à família diminui. Assim, a amizade se destaca como argumento para a possibilidade de amor.

Além disso, a característica da pessoa a ser amada tende a ser menos referida como argumento para a possibilidade de amar pessoa do sexo oposto, amigo, desconhecido e inimigo. Este fato pode ser representado na situação de amizade uma

vez que, enquanto as crianças afirmam a possibilidade de amor a partir de uma mudança nas características do inimigo, os adolescentes sugerem a mudança de juízo acerca do outro. Assim, para amar não depende dos atributos do outro ou mudanças em suas características, mas o juízo próprio acerca do outro.

Por sua vez, no Estudo 2, depois de questionar qual ação o personagem deveria optar entre uma ação generosa e uma ação justa (para si mesmo), investigamos se haveria ou não a presença do amor na ação escolhida. Verificamos que principalmente os adolescentes de 12 anos afirmaram a presença do amor, enquanto que os mais velhos declararam não ser possível afirmar se havia ou não amor, argumentando especialmente pela independência entre as virtudes. Assim, podemos sugerir que a concepção de uma relação entre a generosidade e o amor tende a ser menos frequente com o aumento da idade.

Já no Estudo 3, em relação a ajudar ou não um amigo, desconhecido ou inimigo, verificamos que embora não haja diferenças relevantes quanto a idade, quando comparamos nosso estudo ao realizado com crianças e adolescentes (Vale & Alencar, 2009), todas as frequências das respostas voltadas à generosidade foram maiores em nosso estudo com adolescentes. Analisamos, portanto, que a influência do vínculo na escolha pela ação generosa tende a diminuir com o aumento da idade.

Além disso, as justificativas sobre ajudar foram devido à condição de necessidade do outro que tenderam a ser mais citadas pelos adolescentes de 15 anos, ressaltando uma característica da generosidade, dar ao outro o que lhe é de necessidade (La Taille, 2006a). Por sua vez, os mais novos destacam o dever de ajudar outrem, que embora ninguém possa ser obrigado a ser generoso, pode estar relacionado a um sentimento de dever moral (pessoal e não exterior).

Por sua vez, analisando a possibilidade de amar amigo, desconhecido e inimigo, frente à ação de ter ou não ajudado, houve diferenças relevantes nas respostas sobre amar um desconhecido. Esta foi mencionada com menor frequência pelos entrevistados de 15 anos. Uma justificativa para amá-lo, tendo ajudado, foi a relação entre generosidade e amor, sendo mais proferida pelos adolescentes de 12 anos. Por sua vez, os de 15 anos principalmente citaram a ausência de vínculo para justificar não amar, na

situação de ter ajudado. Assim, o aumento da influência da ausência de vínculo e a diminuição da relação entre generosidade e amor influenciam na quantidade de respostas sobre amar um desconhecido (que tendeu a diminuir com a idade). Também analisamos a crescente influência do vínculo, quando analisamos que aumentou o número de entrevistados que justificou não amar um inimigo, na situação de não ajudado, pela ausência de amor na inimizade.

Assim, diante a relevância do amor para o desenvolvimento moral, analisamos que o conceito de amor em adolescentes está voltado para o vínculo existente, principalmente a familiares e amigos. Verificamos, também, a menção à ação para o bem do outro, à possibilidade de amar pessoas desconhecidas e inimigas, dentre outros motivos pelo amor ao próximo, que podemos supor um caminho para um amor pleno. Este, por sua vez, pode ser associado ao amor *ágape*, como descrito por Comte-Sponville (1999, 2011). Além disto, discutimos a importância das virtudes no desenvolvimento moral, pois se refere à qualidade das pessoas, assim, à representação de si (sua identidade), sendo esta integrante a sua moralidade (La Taille, 2011), destacando a relação entre o amor e a generosidade.

Ainda, ressaltamos que a família e a escola têm papel importante na formação moral das crianças e adolescentes (La Taille, 2009b). Neste sentido, nossos participantes afirmaram o amor à família, e ainda declararam a relevância das amizades. Ainda, enfatizaram as justificativas de seus conceitos pela observação de experiência vivenciada ou vivida por outro. Sendo assim, ressaltamos que (além do papel da família) a escola pode ser um grande espaço que possibilite aos adolescentes, por meio das interações entre pares e as relações unilaterais, vivenciarem situações que possam propiciar desenvolvimento da moralidade.

Neste sentido, destacamos a relevância em se trabalhar a Educação em Valores Morais, no intuito de contribuir no desenvolvimento de pessoas autônomas (Piaget, 1930/1996), especialmente por meio do trabalho com as virtudes, uma vez que pode propiciar a construção de uma personalidade ética, a partir da reflexão de suas próprias representações de si (La Taille, 2009b). Além disso, pela relação encontrada em nosso estudo entre o amor e a generosidade e sua importância no desenvolvimento moral,

sugerimos que uma possibilidade de intervenção seja incluir a referida relação entre as virtudes mencionadas nas propostas de Educação em Valores Morais.

Por fim, apesar de o amor (e sua relação com a generosidade) ser uma virtude pouco estudada na Psicologia da Moralidade reconhecemos sua relevância e esperamos que o nosso trabalho possa contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema e propostas de intervenção em Educação em Valores Morais.

8. REFERÊNCIAS

- Alencar, H. M. de, & Ortega, A. C. (2003). O método clínico no estudo da moralidade humana. In S. R. F. Enumo, S. S. Queiroz, & A. Garcia (Orgs.). *Desenvolvimento humano e aprendizagem: algumas análises e pesquisas* (pp. 121-140). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Alves, A. D. (2011). *A gênese da concepção de amor: um estudo sob a ótica da moralidade*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES.
- Alves, A. D.; Alencar, H. M. de, & Ortega, A. C. (2010). Amor e moralidade: um estudo com participantes de 5 a 70 anos. *Revista de Ciências Humanas*, 44 (2), 363-380.
- Alves, A. D.; Alencar, H. M., & Ortega, A. C. (2012). Exemplos sobre a importância do amor: estudo com crianças no contexto da moralidade. *Temas em Psicologia* (Ribeirão Preto), 20, 261-272.
- Alves, A. D.; Alencar, H. M., & Ortega, A. C. (2013). Possibilidade de amar menino e menina: Um estudo sob a ótica de crianças. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 4 (1), 26-37.
- Alves, A. D.; Alencar, H. M., & Ortega, A. C. (2014a). Moralidade e concepção de amor em crianças de 6 e 9 anos. *Psicopedagogia* (São Paulo), 31 (94), 21-34.
- Alves, A. D.; Alencar, H. M., & Ortega, A. C. (2014b). O juízo de crianças sobre a possibilidade de amar um amigo, um inimigo e um desconhecido. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 20 (3), 529-548.
- Alves, A. D.; Alencar, H. M., Ortega, A. C., Fonseca, T. P. & Galvao, J. A. (2015). Estudo exploratório acerca da concepção do amor e possibilidade de amar para adolescentes. *Revista Ciência & Desenvolvimento*, 8 (1), 158-173.
- Andrade, A. L., & Garcia, A. (2009). Atitudes e crenças sobre o amor: Versão brasileira da Escala de Estilos de Amor. *Interpersona: An International Journal on Personal Relationships*, 3.

- Aquino et al (2012). O amor entre jovens em tempos de ficar: correlatos existenciais e demográficos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 112-125.
- Araújo, U. F. (2007). A construção social e psicológica dos valores. In Arantes, V. A. (Org). *Educação e valores: pontos e contrapontos* (pp. 17-64). São Paulo: Summus.
- Araújo, U. F. (2014). *Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na Educação*. São Paulo, Summus Editorial.
- Araújo, U. F. & Aquino, J. G. (2001). *Os direitos humanos na sala de aula*. São Paulo: Moderna.
- Aristóteles (1992). *Ética a Nicômacos* (2ª ed., M. G. Kury, Trad.). Brasília: Universidade de Brasília. (Trabalho original publicado em 384-322 a.C.).
- Arman, M. & Rehnsfeldt, A. (2006). The presence of love in ethical caring. *Nursing Forum*, 41(1), January-March, 2006
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Biaggio, A. M. B. (1997). Kohlberg e a “Comunidade Justa”: promovendo o senso ético e a cidadania na escola. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 1 (10), 47-69.
- Biaggio, A. M. B. (2006). *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. (2a ed.). São Paulo: Moderna.
- Blatt, M., & Kohlberg, L. (1975). The effects of classroom moral discussion upon children’s level of moral judgment. *Journal of Moral Education*, 4, 129-161.
- Boccalandro, M. P. R. (2003). O amor na relação terapêutica e no processo de cura. *PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 4 (1), 72-81.
- Borges, M. de L. A. (2004). *Amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Braga, T. V. M. (2012). A nova classe média no Brasil: reflexões acerca de suas expectativas. *Gestão & Sociedade Revista de Pós-Graduação da UNIABEU*, Belford Roxo, 1(2). Disponível em: <<http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/gs/article/view/386>>.

- Busquets, M.D., Cainzos, M., Fernández, T., Leal, A., Moreno, M., & Sastre G. (1998). *Temas transversais em educação. Base para uma formação integral*. São Paulo: Ática.
- Castorina, J. A., Lenzi, A., & Fernández, S. (1988). Alcances do método de exploração crítica em psicologia genética. In J. A. Castorina (Org.). *Psicologia genética: aspectos metodológicos e implicações pedagógicas* (J. C. de A. Abreu, Trad., pp. 58-83). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Comte-Sponville, A. (1999). *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes.
- Comte-Sponville, A. (2011). *O amor*. São Paulo: Martins Fontes.
- Comte-Sponville, André & Ferry, Luc (1999) A sabedoria dos modernos, dez questões para o nosso tempo. São Paulo: Martins Fontes.
- Cortella, M. S., & La Taille, Y. (2009). *Nos labirintos da moral*. Campinas, SP: Papirus.
- Costa, F. A. B. S. (2007). A importância da virtude do amor e da vontade nas representações de si de professores. In L. R. P. Tognetta (Org.). *Virtudes e educação: o desafio da modernidade* (pp. 61-93). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Costa, F. A. B. S. (2008). *Representações de si de professores do ensino fundamental: um estudo sobre a virtude do amor*. Tese de Doutorado não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Costa, V., & Fernandes, S. (2012). O que pensam os adolescentes sobre o amor eo sexo? Um estudo na perspectiva das representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 391-401.
- D´Aurea-Tardelli, D. (2007). *O herói na sala de aula: práticas morais para a utilização de filmes pelo professor no ensino fundamental e médio*. Santos: Universitária Leopoldianum.
- D´Aurea-Tardelli, D. (2008). A manifestação da solidariedade em adolescentes - um estudo sobre a personalidade moral. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(2), 288-303.

- Delval, J. (2002). *Introdução à prática do método clínico: descobrindo o pensamento das crianças* (F. Murad, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Estrella, R. N. (2011). Significado del amor en la adolescencia puertorriqueña. *Acta de Investigación Psicológica*, 1 (3), 473 – 485.
- Ferreira, A. P. (2010). As metáforas do amor em revistas para adolescentes. *Cadernos do CNLF*, 15(2).
- Ferry, Luc. (2012). *A Revolução do amor: por uma espiritualidade laica*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Ferry, Luc. (2013). *Do amor. Uma filosofia para o século XXI*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Franco, B. E. R., & Aragón, R. S. (2005) Construcción y validación de una escala para medir adicción al amor en adolescentes. *Enseñanza e Investigación en Psicología*, 10(1), 127-141.
- Freitas, L. B. de L. (2002). Piaget e a consciência moral: um Kantismo Evolutivo? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(2), 303-308.
- Freitas, L. B. de L., Silveira, P. G., & Pieta, M. A. M. (2009a). Sentimento de gratidão em crianças de 5 a 12 anos. *Psicologia em Estudo*, 14 (2), 243-250.
- Freitas, L. B. de L., Silveira, P. G., & Pieta, M. A. M. (2009b). Um estudo sobre o desenvolvimento da gratidão na infância. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 43 (1), 49-56.
- Gilligan, C. (1982). *Uma voz diferente* (N. C. Caixeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Rosa dos Tempos.
- Godbout, J. T. (1999). *O espírito da dádiva* (P. C. F. X. Guillaume, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- IBGE (2010). Rendimento Nominal Médio Mensal por Bairro de Vitória. **Censo Demográfico** – 2010.
- Jablonski, B. (2011). *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Agir.

- Kant, I. (1980). Fundamentação da metafísica dos costumes. In *Os Pensadores* (Vol. 2. pp. 101-162), (P. Quintela, Trad.). São Paulo: Ed. Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1785).
- Keleman, S. (1996). *Amor e vínculos. Uma visão somático-emocional*. São Paulo: Summus.
- Kohlberg, L. (1992). *Psicología del desarrollo moral*. Bilbao Spain: Desclée de Brouwer.
- La Taille, Y. (2000). Para um estudo psicológico das virtudes morais. *Educação e Pesquisa*, 26 (1), 109-121.
- La Taille, Y. (2001a). Desenvolvimento moral: a polidez segundo as crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 89-119.
- La Taille, Y. (2001b). A questão da indisciplina: ética, virtudes e educação. In P. Demo, Y. La Taille, & J. Hoffmann (Orgs.). *Grandes pensadores em educação: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação* (pp. 67-98). Porto Alegre: Mediação.
- La Taille, Y. (2006a). A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (1), 9-17.
- La Taille, Y. (2006b). *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed.
- La Taille, Y. (2009a). As virtudes segundo os jovens. In Y. La Taille, & M. S. de S. Menin (Orgs.). *Crise de valores ou valores em crise?* (pp. 46-69). Porto Alegre: Artmed.
- La Taille, Y. (2009b). *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed.
- La Taille, Y., Micelli, A., Domingues, C., Kravosac, D. B., Jamra, F. A., Fiorini, F. P., Bronstein, M., & Neto, S. O. (1998). *As virtudes morais segundo as crianças*. Relatório Científico FAPESP não-publicado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Lima, V. A. A. (2000). A generosidade segundo sujeitos de 6, 9, e 12 anos. Dissertação de Mestrado não-publicada. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Lourenço, O. (1991). Is the care orientation distinct from the justice orientation? Some empirical data in ten- to eleven- year- old children. *Archives de Psychologie*, 59,17-30.
- Macedo, L. (2010). *Para um amor florescer*. Trabalho não publicado. Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 4 maio, 2011, de <http://paulofreirejundiai.blogspot.com/2010/09/artigo-do-prof-dr-lino-de-macedo.html>.
- Marimon, M. M. & Vilarrasa, G. S. (2014). *Como construímos universos. Amor, cooperação e conflito*. (S. M. Felix, Trad.). São Paulo: Editora Unesp.
- Martins-Silva, P. D. O., Trindade, Z. A., & Silva Junior, A. D. (2013). Teorias sobre o amor no campo da Psicologia Social. *Psicologia: ciência e profissão*, 33 (1), 16-31.
- Menandro, M. C. S. (2004) *Gente jovem reunida: um estudo de representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968/1974 e 1996/2002)*. Tese de Doutorado não-publicada. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, UFES.
- Menandro, P. R. M., Rölke, R. K., & Bertollo, M. (2005). Concepções sobre relações amorosas/conjugais e sobre seus protagonistas: um estudo com provérbios. *Psicologia Clínica*, 17 (2), 81-100.
- Menin, M. S. de S. (2000). Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (1), 59-71.
- Menin, M. S. S. (1996). Desenvolvimento Moral: refletindo com pais e professores. In L. Macedo (Org.), *Cinco estudos sobre Educação Moral* (pp. 37-104). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Müller, A. (2008). *Educação em valores morais: o aprender e o ensinar sobre justiça*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

- Müller, A., & Alencar, H. M. (2012). Educação moral: o aprender e o ensinar sobre justiça na escola. *Educação e Pesquisa [online]*, 38 (2), 453-468.
- Parâmetros Curriculares Nacionais (2000). *Apresentação dos temas transversais: ética*. (Vol. 08, 2a ed.). Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A.
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança* (2ª ed., E. Leonardon, Trad.). São Paulo: Summus. (Trabalho original publicado em 1932).
- Piaget, J. (1996). Os procedimentos de Educação Moral. Em L. Macedo (Org.), *Cinco estudos de educação moral* (pp. 1-36). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Trabalho original publicado em 1930)
- Piaget, J. (2004). *Seis estudos de psicologia*. (24ª ed., M. A. M. D'Amorim & P. S. L. Silva, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1964).
- Piaget, J. (2005). Introdução - Problemas e métodos. In *A representação do mundo na criança* (A. U. Sobral, Trad., pp. 9-31). Aparecida, SP: Idéias e Letras. (Trabalho original publicado em 1926).
- Piaget, J. (2014). Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança. Rio de Janeiro: Walk Editora. (Trabalho original publicado em 1962)
- Piaget, J. & Inhelder, B (1970). *Da lógica da criança à lógica do adolescente*. São Paulo: Pioneira (Trabalho original publicado em 1955).
- Pieta, M. A. M., & Freitas, L. B. de L. (2009). Sobre a gratidão. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61 (1), 100-108.
- Pinheiro, V. P. G. (2009). *A generosidade e os sentimentos morais: um estudo exploratório na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), São Paulo.
- Pires, S. M. F. (2009). Amor romântico na literatura infantil: uma questão de gênero. *Educar em Revista*, (35), 81-94.

- Platão. (1983). *O banquete*. In Platão, Diálogos, 1 (J. C. Souza, trad.). São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- Puig, J. M. (1998a). *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática.
- Puig, J. M. (1998b). *Ética e valores: métodos para um ensino transversal*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Puig, J. M. (2007). Aprender a viver. In Arantes, V. A. (Org). *Educação e valores: pontos e contrapontos* (pp. 65-106). São Paulo: Summus.
- Puig, J. M., Martín, X., Escardíbul, S., & Novella, A. M. (2000). *Democracia e participação escolar*. São Paulo: Editora Moderna.
- Resolução 196/1996 do Ministério da Saúde*. (1996) Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: MS. Recuperado em 20 de abril de 2010, de <http://www.conselho.saude.gov.br>.
- Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil.
- Sales, E. da M. B. de (2000). O conceito de justiça distributiva relacionado às normas sociais escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (1), 49-58.
- Sampaio, L. R., Camino, C. P. dos S., & Roazzi, A. (2007). Justiça distributiva em crianças de 5 a 10 anos de idade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), 197-204.
- Schlösser, A., Camargo, B. V. (2014). Contribuições de pesquisas brasileiras sobre o amor e relacionamentos amorosos. *Temas em Psicologia*, 22 (4), 795-808.
- Shaffer, D. R.; Kipp, K. (2012). *Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência*. 2. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning.
- Silva, P.O.M. (2009). *Vivendo casamentos, separações e recasamentos: um estudo sobre o campo representacional da conjugalidade*. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES.
- Silva, S. P. (2002). Considerações sobre o relacionamento amoroso entre adolescentes. *Cad. Cedes*, Campinas. 22 (57), 23-43.
- Singer, H. (2010). *República de crianças: sobre experiências escolares de resistência*. São Paulo: Mercado de Letras (Coleção Educação e Psicologia em debate).

- Souza, R. M. de, & Ramires, V. R. R. (2006). *Amor, casamento, família, divórcio... e depois, segundo as crianças*. São Paulo: Summus.
- Sternberg, R. J. (1997). Construct validation of a triangular love scale. *European Journal of Social Psychology*, 27(3), 313-335.
- Tognetta, L. R. P. (2003). *A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola: uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista*. Campinas, SP: Mercado das Letras. Fapesp. (Coleção Educação e Psicologia em debate).
- Tognetta, L. R. P. (2006). *Sentimentos e virtudes: um estudo sobre a generosidade ligada às representações de si*. Tese de Doutorado não-publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Tognetta, L. R. P. (Org.). (2007). *Virtudes e educação: o desafio da modernidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Tognetta, L. R. P. (2009). *A formação da personalidade ética: estratégias de trabalho com afetividade na escola*. Campinas: Mercado das Letras.
- Tognetta, L. R. P., & Assis, O. Z. M. (2006). *A construção da solidariedade na escola: as virtudes, a razão e a afetividade*. *Educação e Pesquisa*, 32 (1), 49-66.
- Tognetta, L. R. P., & Vinha, T. P. (2009). Valores em crise: o que nos causa indignação? In Y. La Taille, & M. S. de S. Menin (Orgs). *Crise de valores ou valores em crise?* (pp. 15-45). Porto Alegre: Artmed.
- Tugendhat, E. (1996). *Lições sobre ética* (Grupo de doutorandos do curso de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Vale, L. G. (2006). *Desenvolvimento moral: a generosidade sob a ótica de crianças e adolescentes*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.
- Vale, L. G. (2012). *Desenvolvimento moral: a generosidade relacionada à justiça e à gratidão sob a ótica das crianças*. Tese de Doutorado não-publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Vale, L. G., & Alencar, H. M. (2008a). Generosidade versus interesse próprio: juízos morais de crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24 (4), 423-431.
- Vale, L. G., & Alencar, H. M. (2008b). Juízos morais de crianças e adolescentes sobre ausência de generosidade e punição. *Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 9 (2), 235-244.
- Vale, L. G., & Alencar, H. M. (2009). Generosidade para com amigo, desconhecido e inimigo: juízos morais de crianças e adolescentes. *Interação em Psicologia*, 13 (2), 299-310.
- Viera, L. J. E. S., Freitas, M. L. V., Pordeus, A. M. J., Lira, S. V. G., & Silva, J. G. (2009). “Amor não correspondido”: discursos de adolescentes que tentaram suicídio. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5), 1825-1834.
- Vinha, T. P. (2003). *Os conflitos interpessoais na relação educativa*. Tese de Doutorado não-publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Walker, L. J. (1984). Sex differences in the development of moral reasoning: a critical review. *Child Development*, 55 (3), 677-691.

APÊNDICES IMPRESSOS

Apêndice A.

Carta de aprovação do Comitê de Ética em pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO - UFES -
CAMPUS GOIABEIRA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AMOR E SUA RELAÇÃO COM A GENEROSIDADE: ESTUDO COM ADOLESCENTES SOB A ÓTICA DA MORALIDADE

Pesquisador: Ariadne Dettmann Alves

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 22630413.1.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 448.330

Data da Relatoria: 08/11/2013

Apresentação do Projeto:

A pesquisa, que tem como objetivo descrever os juízos de adolescentes no que tange ao amor e as relações de generosidade, apresenta-se como uma pesquisa descritiva, qualitativa e transversal. É baseada em teoria que sustenta a proposição dos problemas e a condução metodológica de investigação. Está descrita de maneira clara e apresenta todas as informações necessárias para decisão desse parecer.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar os juízos de adolescentes no que diz respeito à concepção de amor, analisando sua relação com a generosidade.

Verificar os exemplos e o conceito de amor, a possibilidade de amar pessoa do sexo oposto, do mesmo sexo, amigo, desconhecido e inimigo. Por meio de histórias hipotéticas, será contraposta a generosidade e a justiça para consigo, e a possibilidade de generosidade para com amigo, inimigo e desconhecido, tendo a finalidade de pesquisar a relação da virtude generosidade com o amor.

1. Investigar os exemplos de experiência de amor citados espontaneamente pelo participante;
2. Analisar o conceito de amor descrito pelo participante e as justificativas;
3. Verificar o juízo do participante quanto à possibilidade de um adolescente amar outro do sexo oposto e do mesmo sexo e as justificativas;

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário
Bairro: Golabelras **CEP:** 29.090-000
UF: ES **Município:** VITÓRIA
Telefone: (27)3335-2711 **E-mail:** thiago.moraes@ufes.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO - UFES -
CAMPUS GOIABEIRA



Continuação do Parecer: 448.330

4. Pesquisar o juízo do participante quanto à possibilidade de um adolescente amar um amigo, um desconhecido e um inimigo, além das justificativas;
5. Averiguar se o participante optará pela justiça para consigo ou pela generosidade e a justificativa da escolha;
6. Investigar se o participante considera a presença do amor na ação escolhida e a justificativa;
7. Pesquisar se a ação ocorreria na ausência e na presença do amor e a justificativa.
8. Averiguar o juízo do participante quanto a ação diante da possibilidade de generosidade, perante a um amigo, desconhecido e inimigo, e a justificativa;
9. Investigar se o participante considera a presença do amor na ação para com um amigo, desconhecido e inimigo, e a justificativa.
10. Pesquisar se a ação permaneceria na ausência ou na presença do amor para com um amigo, desconhecido e inimigo, e a justificativa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A presente pesquisa apresenta poucos riscos. Embora descreve-se que não há riscos, há, sim, o risco de um desconforto durante a pesquisa, uma vez que parte da temática pode ser parcialmente constrangedora. Porém, os riscos, nesse caso, não são dignos de maiores consequências, devendo apenas que as pesquisadoras estejam preparadas para prestar os devidos suportes psicológicos durante as entrevistas, caso elas sejam necessárias.

Os benefícios apresentados são evidentes e suficientes para a execução da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e apresenta um desenho metodológico que dá liberdade aos participantes a se manifestarem prontamente dentro dos limites que eles mesmo imporão. Na medida em que é um tema relativamente polêmico (amor, amor entre pessoas de sexo oposto, generosidade X injustiça pessoal, entre outros), é possível que alguma ordem de constrangimento possa emergir durante os debates, requerendo atenção das pesquisadoras quanto a essa questão. Por outro lado, não são temas que deixam de habitar conversas cotidianas dos sujeitos. Sendo assim, trata-se de pesquisa suficientemente apta a ser realizada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados (autorização institucional, dos pais e assentimento dos adolescentes) estão adequadamente redigidos, com linguagem propícia e com todas as referências apresentadas.

Recomendações:

Não há.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário
 Bairro: Goiabelas CEP: 29.090-000
 UF: ES Município: VITÓRIA
 Telefone: (27)3335-2711 E-mail: thiago.moraes@ufes.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO - UFES -
CAMPUS GOIABEIRA



Continuação do Parecer: 448.330

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

VITÓRIA, 06 de Novembro de 2013

Assinador por:
Thiago Drumond Moraes
(Coordenador)

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário
Bairro: Goiabelas CEP: 29.090-000
UF: ES Município: VITÓRIA
Telefone: (27)3335-2711 E-mail: thiago.moraes@ufes.br

Apêndice B.

Termo de Consentimento para a Instituição



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)

TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Pesquisadoras responsáveis: Ariadne Dettmann Alves (doutoranda do PPGP), Dr^a. Heloisa Moulin de Alencar (professora do PPGP), Jussara Abílio Galvão e Tais Peres Fonseca (alunas da Graduação em Psicologia).

Telefones para contato: (27) 8802-4020 (pesquisadora Ariadne Alves); (27) 4009-2501 (PPGP); (27) 4009-2430 (Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - Goiabeiras, e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com)

Justificativa, objetivos e procedimentos da pesquisa: Justificamos este projeto pela importância de pesquisas na área da Psicologia da Moralidade. Objetivamos investigar como pensam os participantes a respeito dos relacionamentos vivenciados em situações cotidianas. Pretendemos realizar entrevistas individuais, que serão gravadas, para posterior transcrição dos dados, atendendo exclusivamente aos objetivos da pesquisa. Asseguramos o sigilo de todas as informações coletadas.

Benefícios da pesquisa: Pretendemos divulgar os resultados da pesquisa por meio da participação em congressos e da publicação de artigos especializados. Esperamos que as informações coletadas contribuam na construção de conhecimento na Psicologia da Moralidade.

Esclarecimentos e direitos: As entrevistas individuais ocorrerão mediante a autorização, por escrito, de seu responsável e a partir de seu próprio consentimento. Serão garantidos, a qualquer momento, a liberdade e o direito de o entrevistado se recusar em participar da pesquisa. A participação neste estudo não ocasionará riscos à sua saúde física ou mental. Serão fornecidas informações sobre esta pesquisa sempre que houver necessidade.

Confidencialidade e avaliação dos registros: Todos os tipos de informação que possam identificar os participantes desta pesquisa deverão ser mantidos sob sigilo, por tempo indeterminado, tanto pelas pesquisadoras quanto pela instituição na qual os dados serão coletados. Desta forma, ficam assegurados o anonimato e o sigilo de todas as informações coletadas.

Consentimento pós-informação: Após as devidas informações e esclarecimentos sobre o conteúdo deste Termo de Consentimento e da pesquisa vinculada a ele, concordo com a participação dos alunos vinculados a esta instituição, bem como com o fato de as entrevistas individuais serem feitas nas dependências físicas deste local.

Estando, portanto, de acordo, assinam o Termo de Consentimento em duas vias.

Identificação do Responsável pela Instituição (Diretor ou Coordenador Acadêmico):

Nome da instituição: _____

Nome do responsável: _____

RG: _____ Órgão Emissor _____

Concordam com a realização da pesquisa descrita nesse documento, conforme os termos nele estipulados.

Responsável pela Instituição

Orientadora da Pesquisa

Responsável pela coleta de dados

Vitória, ____ de _____ de ____.

Apêndice C.

Termo de Consentimento para os responsáveis dos participantes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadoras: Ariadne Dettmann Alves (doutoranda do PPGP) e Dr^a. Heloisa Moulin de Alencar (professora do PPGP), Jussara Abílio Galvão e Tais Peres Fonseca (alunas da Graduação em Psicologia).

Telefones para contato: (27) 8802-4020 (pesquisadora Ariadne Alves); (27) 4009-2501 (PPGP), (27) 4009-2430 (Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - Goiabeiras, e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com)

Informações sobre o participante:

Nome: _____

Idade: _____

RG: _____

Informações sobre o responsável pelo participante menor de 18 anos:

Nome: _____

Idade: _____

RG: _____

Aceitei autorizar a participação do(a) adolescente nesta pesquisa por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso do estudo. Fui informado(a) de seus objetivos acadêmicos, que, em linhas gerais, dizem respeito à concepção que os adolescentes possuem sobre relacionamentos vivenciados em situações cotidianas.

Fui esclarecido(a) de que o estudo segue padrões éticos, sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos e que não apresenta riscos para os participantes, além de manter o completo sigilo das informações coletadas. Estou ciente de que será realizada uma entrevista, que será gravada em áudio, após a minha autorização mediante a assinatura deste documento. Fui informado(a) ainda, de que os resultados da pesquisa serão divulgados em congressos e periódicos especializados, contribuindo, assim, para a ampliação do conhecimento a respeito do tema investigado. Estou ciente, por fim, da liberdade e do direito de poder desistir de participar da pesquisa, a qualquer momento, sem prejuízo ou risco de sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Eu, _____, ao me considerar devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo deste Termo de Consentimento e da pesquisa a ele vinculada, expresse livremente meu consentimento para a inclusão do adolescente como participante deste estudo.

Estando, portanto, de acordo, assinam o Termo de Consentimento em duas vias.

Concordam com a realização da pesquisa descrita nesse documento, conforme os termos nele estipulados.

Responsável pelo participante

Responsável pela coleta de dados

Vitória, ____ de _____ de ____.

Apêndice D.

Termo de Assentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)**

**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA**

Pesquisadoras responsáveis: Ariadne Dettmann Alves (doutoranda do PPGP), Dr^a. Heloisa Moulin de Alencar (professora do PPGP), Jussara Abílio Galvão e Tais Peres Fonseca (alunas da Graduação em Psicologia).

Objetivo: Nosso objetivo é pesquisar o que os adolescentes pensam sobre relacionamentos vivenciados em situações cotidianas. Queremos saber o que cada um pensa sobre o assunto. Estamos convidando você a participar desta pesquisa. Você pode escolher se quer participar ou não. Conversamos com seus pais ou responsáveis e eles sabem que também estamos pedindo seu acordo. Você não é obrigado a participar.

Como será feita a pesquisa? Conversaremos individualmente com os adolescentes. Gravaremos as entrevistas, copiaremos (transcreveremos) o que foi dito e analisaremos.

Qual é a importância da pesquisa? Depois de analisarmos as entrevistas, divulgaremos os resultados dessa pesquisa em eventos e por meio da publicação de artigos. Esperamos contribuir com um aumento do conhecimento sobre esse assunto.

Quais são os seus direitos? Você é quem decide sobre a participação nessa pesquisa. Você só irá participar, se quiser. Se decidir não participar da pesquisa, é seu direito e nada ocorrerá. Você pode me perguntar agora ou depois sobre dúvidas quanto à pesquisa. Sua participação não provocará riscos à sua saúde física ou mental.

Outras dúvidas: Tudo o que você disser, ninguém, exceto as pesquisadoras, saberá. Manteremos em sigilo tudo o que conversarmos. Para divulgar os resultados, vamos usar nomes que não são verdadeiros, para que não seja possível reconhecer quem participou dessa pesquisa.

Estando, portanto, de acordo, assinam o Termo de Assentimento em duas vias.

Identificação do participante

Nome: _____

Idade: _____ anos

RG: _____ Órgão Emissor _____

Certidão de Nascimento: _____

Outros documentos: _____

Concordam com a realização da pesquisa descrita neste documento, conforme os termos nele estipulados.

Participante_____
Responsável pela coleta de dados

Vitória, _____ de _____ de _____.

APÊNDICES DIGITALIZADOS

Apêndice DA. Dissertação “A gênese da concepção de amor: um estudo sob a ótica da moralidade”.

Apêndice DB. Artigo “Amor e moralidade um estudo com participantes de 5 a 70 anos”.

Apêndice DC. Artigo “Moralidade e concepção de amor em crianças de 6 e 9 anos”.

Apêndice DD. Artigo “Exemplos sobre a importância do amor: estudo com crianças no contexto da moralidade”.

Apêndice DE. Artigo “Possibilidade de amar menino e menina: um estudo sob a ótica de crianças”.

Apêndice DF. Artigo “O juízo de crianças sobre a possibilidade de amar um amigo, um inimigo e um desconhecido”.

Apêndice DG. Artigo “Estudo exploratório acerca da concepção do amor e possibilidade de amar para adolescentes”.

Apêndice DH. Protocolos das entrevistas.

Apêndice DI. Panorama detalhado e resumido por questão e justificativa.

Apêndice DJ. Categorias de análise da tese.

Apêndice DK. Tabelas dos resultados da pesquisa.

Apêndice DL. Resumo dos resultados e discussão da tese.

Apêndice DM. Tese.